



PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

VOLUME 6

ORGANIZADORES

Adenízia Serafim dos Santos Farias
João Luis Josino Soares
Paulo Ricardo da Silva Pereira
Tácito Augusto Farias Júnior
Deusemar Cardoso do Nascimento



PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

VOLUME 6

ORGANIZADORES

Adenízia Serafim dos Santos Farias

João Luis Josino Soares

Paulo Ricardo da Silva Pereira

Tácito Augusto Farias Júnior

Deusemar Cardoso do Nascimento

© 2026 – Editora Maciço

<https://editoramacico.centrouimb.edu.br>

editora@centrouimb.edu.br

Editor-chefe: Me. Edilson Silva Castro

Editora-Chefe Adjunta: Ma. Julyanne Lages de Carvalho Castro

Editor Executivo: Me. Allysson Barbosa Fernandes

Projeto Gráfico: André Macário

Revisão: Respectivos autores dos artigos

Conselho Editorial

Dr. Carlos Adriano Martins	Dr. Manoel Bernardino de Santana Filho
Dr. Christian Moreira de Souza	Dr. Marcio de Carvalho Leal
Dr. Daniel de Jesus Pereira	Dr. Marcizo Veimar Cordeiro Viana Filho
Dr. Daniel González González	Dr. Marcos Antônio da Silva
Dr. Domingos Sávio Farias de Albuquerque Júnior	Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis
Dr. Edilmar Cardoso Ribeiro	Dr. Tiago Seixas Themudo
Dr. Everaldo dos Santos Mendes	Dr. Tomás Jesús Campoy Aranda
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda	Dr. Wagner Lima Amaral
Dr. Fernando Gentil de Souza	Dra. Alanna Oliveira Pereira Carvalho
Dr. Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro	Dra. Bruna Germana Nunes Mota
Dr. Iago França Lopes	Dra. Clélia Peretti
Dr. Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos	Dra. Hilda Teixeira Souto Santana
Dr. Jose Claudio Alves de Oliveira	Dra. Ivana Leila Carvalho Fernandes
Dr. José Felipe Oliveira da Silva	Dra. Juliana Zantut Nutti
Dr. José Régis de Paiva	Dra. Ligia Maria Carvalho Sousa
	Dra. Romilda Rodrigues do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pesquisas contemporâneas [livro eletrônico] : volume 6 / organizadores Adenizia Serafim dos Santos Farias... [et al.]. -- Baturité, CE : Grupo Educacional Korban, 2026.

eBook

Vários autores.

Bibliografia.

Outros organizadores: Paulo Ricardo da Silva Pereira, Tácito Augusto Farias Júnior, Sálvio Roberto Freitas Reis

ISBN 978-65-83825-12-4

1. Divulgação científica 2. Educação e ciência 3. Metodologia de pesquisa científica 4. Multidisciplinaridade 5. Pesquisa científica I. Farias, Adenizia Serafim dos Santos. II. Pereira, Paulo Ricardo da Silva. III. Farias Júnior, Tácito Augusto. IV. Reis, Sálvio Roberto Freitas.

26-373899.0

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa científica 001.42

Camila Aparecida Rodrigues – Bibliotecária CRB – SP-010133/O

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Maciço

<https://editoramacico.centrounimb.edu.br>

editora@centrounimb.edu.br

Baturité - CE

Catálogo Geral: <https://editoramacico.centrounimb.edu.br/nossos-livros>

ORGANIZADORES

Adenízia Serafim dos Santos Farias

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8687813346310493>

Paulo Ricardo da Silva Pereira

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5731190473685694>

Tácito Augusto Farias Júnior

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2308464276258405>

Sálvio Roberto Freitas Reis

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0975382336202415>

APRESENTAÇÃO

O sexto volume de *Pesquisas Contemporâneas* dá continuidade ao propósito desta coleção de fomentar a divulgação científica, fortalecer a produção acadêmica e promover o diálogo entre diferentes campos do conhecimento. Em um cenário caracterizado por constantes transformações sociais, científicas e tecnológicas, esta obra reúne pesquisas que evidenciam a diversidade temática e metodológica da ciência contemporânea, reafirmando o papel da investigação científica na compreensão dos desafios que permeiam a sociedade.

Os capítulos que compõem este volume refletem a riqueza da produção desenvolvida por pesquisadores(as), docentes e estudantes comprometidos com a construção de conhecimentos relevantes para diferentes contextos. As pesquisas abordam temáticas plurais, articulando distintos referenciais teóricos e perspectivas analíticas que ampliam as possibilidades de interpretação da realidade e evidenciam a importância da interdisciplinaridade como princípio orientador da produção científica.

Esta coletânea evidencia o conhecimento como um processo contínuo de reflexão, problematização e construção coletiva. Cada estudo aqui reunido representa uma contribuição singular para o avanço científico, demonstrando que diferentes áreas do saber, ao dialogarem entre si, potencializam a compreensão de fenômenos complexos e favorecem o desenvolvimento de respostas mais consistentes para os desafios contemporâneos.

Este volume também reafirma o compromisso da coleção com a socialização do conhecimento científico, compreendendo que a pesquisa ultrapassa os limites da academia e constitui um importante instrumento para subsidiar práticas profissionais, orientar políticas, qualificar processos formativos e estimular novas agendas de investigação. Ao reunir experiências, análises e reflexões provenientes de diferentes contextos, a obra fortalece a circulação de ideias e incentiva a construção de redes colaborativas.

Esperamos que os estudos apresentados inspirem novas reflexões, fomentem investigações futuras e contribuam para o fortalecimento de uma cultura científica pautada no rigor metodológico, na ética e no compromisso com a produção de conhecimentos capazes de compreender e transformar a realidade.

SUMÁRIO

Capítulo 1	
A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA E DAS NOVAS METODOLOGIAS NO CURRÍCULO E NA INTERATIVIDADE EDUCATIVA.....	09
Ana Paula Oliveira e Silva Campos	
Capítulo 2	
A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL: DA GÊNESE HISTÓRICA À AFIRMAÇÃO DE SUA INDISPENSÁVEL FUNÇÃO SOCIAL E A DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA "JABUTICABA".....	17
Luiz Octavio de Andrade Torno	
Capítulo 3	
A BUSCA PELA EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE INTEGRADA DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA, QUALIDADE EDUCACIONAL E PROCESSOS PEDAGÓGICOS.....	32
Ana Paula Oliveira e Silva Campos	
Capítulo 4	
CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO - COMPORTAMENTAL PARA O TRANSTORNO DEPRESSIVO MAIOR.....	40
Edmilson Monteiro Rodrigues da Silva, Gustavo Fonseca Halley	
Capítulo 5	
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA POTENCIALIZADORA DA EDUCAÇÃO MAKER.....	52
Lucimeire Pereira Coelho	
Capítulo 6	
TECNOLOGIAS INTEGRADAS À SALA DE AULA: DESAFIOS DO COTIDIANO E LIMITES DO USO.....	60
Ereci Onofre da Silva	
Capítulo 7	
METODOLOGIAS ATIVAS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO DOCENTE.....	67
Yorrana Martins Ferreira	
Capítulo 8	
AS MÍDIAS DIGITAIS E A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO.....	75
Ereci Onofre da Silva	
Capítulo 9	
TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS E O PAPEL DO PROFESSOR.....	83
Yorrana Martins Ferreira	
Capítulo 10	
RECURSOS MULTIMÍDIAS PARA A EDUCAÇÃO.....	90
Ereci Onofre da Silva	

Capítulo 11

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DA ECONOMICIDADE NOS PREGÕES REALIZADOS ENTRE OS ANOS 2016 E 2017.....98

Márcia Almeida Rodrigues

Capítulo 12

GESTÃO DA QUALIDADE E EDUCAÇÃO: INTERFACES ENTRE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E COMPROMISSO PEDAGÓGICO.....109

Fabiana Ferreira Santos

Capítulo 13

A IMPORTÂNCIA DO POSICIONAMENTO NAS REDES SOCIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA MARCA PESSOAL FORTE.....115

Adryan Brito dos Santos, Allysson Barbosa Fernandes

Capítulo 14

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM REGIÕES INTERIOANAS.....127

Amanda Ketinny Borges da Silva, Allysson Barbosa Fernandes

Capítulo 15

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO FINANCEIRA.....140

Antonio Vinicius Silva Monteiro, Allysson Barbosa Fernandes

Capítulo 16

A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CARGOS DE LIDERANÇA NA CONTABILIDADE: AVANÇOS E BARREIRAS PROFISSIONAIS..... 153

Bianca Kelli Cassiano da Silva, Maria Gorete Pessoa Pinheiro Schevchenco, Patrícia Ponsiano
Ricardo, Allysson Barbosa Fernandes

Capítulo 17

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS: NOVAS PERSPECTIVAS ECONÔMICAS APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA.....163

Micael Nogueira Ramos, Allysson Barbosa Fernandes

Capítulo 1
A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA E DAS NOVAS
METODOLOGIAS NO CURRÍCULO E NA
INTERATIVIDADE EDUCATIVA
Ana Paula Oliveira e Silva Campos

A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA E DAS NOVAS METODOLOGIAS NO CURRÍCULO E NA INTERATIVIDADE EDUCATIVA

Ana Paula Oliveira e Silva Campos

Master of Science in Emergent Technologies in Education

MUST University

RESUMO

A evolução do currículo educacional em resposta à crescente influência da tecnologia e das novas metodologias pedagógicas, além da interatividade pedagógica como elemento chave na promoção de uma aprendizagem significativa, é discutida em relação aos benefícios e aos desafios dessa evolução. A tecnologia democratizou o acesso à educação e proporcionou o desenvolvimento de videoaulas, bibliotecas digitais e cursos online, tornando o conhecimento mais acessível globalmente. Entretanto, essa mudança também traz desafios, como a desigualdade digital, questões de privacidade e o risco de desumanização do ensino devido à dependência excessiva da tecnologia, o que demonstra a importância de políticas públicas que garantam a acessibilidade à informação por meio das tecnologias digitais e a necessidade de capacitação dos professores para lidar com as novas tecnologias, tornando-se essencial uma abordagem crítica e cuidadosa na incorporação destas no currículo. Um exemplo disso é o uso de tablets e de uma plataforma online personalizada, cujo resultado foi a melhoria significativa nas habilidades dos alunos em matemática. Desse modo, baseado em pesquisa bibliográfica, a partir dos estudos de Almeida (2010), Costa (1995), Freire (2007) e Morais (2014), o presente artigo destaca a interligação entre tecnologia, currículo, interatividade e novas metodologias pedagógicas, ressaltando como esses elementos estão redefinindo a educação contemporânea e enfatizando a importância de uma abordagem equilibrada para maximizar os benefícios da tecnologia na educação.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Novas Metodologias. Currículo. Interatividade.

ABSTRACT

The evolution of the educational curriculum in response to the growing influence of technology and new pedagogical methodologies, in addition to pedagogical interactivity as a key element in promoting meaningful learning, is discussed in relation to the benefits and challenges of this evolution. Technology has democratized access to education, providing video classes, digital libraries and online courses, making knowledge more accessible globally. However, it also brings challenges, such as digital inequality, privacy issues and the risk of dehumanization of teaching due to excessive dependence on technology. The importance of public policies that guarantee accessibility to information through digital technologies is highlighted. The need for teacher training to deal with new technologies and the importance of a critical and careful approach when incorporating them into the curriculum. A practical example is presented, where the use of tablets and a personalized online platform resulted in significant improvements in students' mathematics skills. Thus, based on bibliographical research, based on studies by Almeida (2010), Costa (1995), Freire (2007) and Morais (2014), this article highlights the interconnection between technology, curriculum, interactivity and new pedagogical methodologies, highlighting how these elements are redefining contemporary education and emphasizing the importance of a balanced approach to maximizing the benefits of technology in education.

Keywords: Education. Technology. New Methodologies. Curriculum. Interactivity.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é relacionar tecnologia, novas metodologias, currículo e interatividade e analisar os impactos da tecnologia no currículo, explorando tanto os benefícios quanto os desafios que essa evolução trouxe para a educação contemporânea.

Nos últimos anos, a intersecção entre tecnologia e educação tem revolucionado significativamente o campo educacional. A rápida evolução da tecnologia digital, juntamente com o surgimento de novas abordagens pedagógicas, tem desencadeado mudanças profundas no currículo e na forma como os educadores e alunos interagem no ambiente escolar. Percebemos uma crescente influência da tecnologia e das metodologias inovadoras no desenvolvimento do currículo e na promoção da interatividade educativa. À medida que nos aventuramos nesta era de aprendizado digital, é importante compreender como esses avanços estão moldando a educação e redefinindo os papéis dos educadores e dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

O advento da tecnologia digital e da internet trouxe mudanças profundas na forma como aprendemos e ensinamos. Este fenômeno é evidente em diversos aspectos, tendo em vista que a tecnologia vem democratizando o acesso à educação. Plataformas de aprendizado online, cursos em vídeo, e-books e recursos educacionais digitais estão disponíveis para um público global, tornando o conhecimento mais acessível do que nunca. Isso é especialmente importante em regiões onde o acesso à educação presencial é limitado ou quando não se dispõe de muito tempo para estar integralmente na escola.

A tecnologia vem desafiando a estrutura tradicional do currículo, permitindo a personalização do ensino para atender às necessidades individuais dos alunos. Essa flexibilidade no currículo é fundamental para manter os estudantes engajados e motivados. As metodologias ativas são as novas metodologias pedagógicas, ou seja, a aprendizagem é baseada em projetos e no "faça você mesmo". Essas abordagens promovem a participação ativa dos alunos, incentivando o protagonismo, a interatividade e a colaboração. Essa interatividade se tornou um pilar central da aprendizagem eficaz. A tecnologia tem possibilitado a interação entre professores e alunos, bem como entre os próprios alunos, criando um ambiente de aprendizado dinâmico e cooperativo.

Nessa perspectiva, tecnologia, currículo, interatividade e as novas metodologias passam a estabelecer uma estreita relação, cuja simbiose analisaremos neste artigo a partir da revisão bibliográfica - nossa metodologia de pesquisa - do referencial teórico abordado nesta disciplina.

2 IMPACTOS DA TECNOLOGIA NO CURRÍCULO, NAS NOVAS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS E NA INTERATIVIDADE ESCOLAR

O avanço tecnológico nas últimas décadas transformou profundamente a sociedade e, por extensão, o sistema educacional. O currículo, como componente central da educação, não escapou a essas transformações. Alguns impactos positivos da tecnologia no currículo podem ser citados:

- **Acesso a Recursos Educacionais:** A tecnologia ampliou o acesso a uma vasta gama de recursos educacionais, desde videoaulas até bibliotecas digitais, tornando o aprendizado mais acessível a todos, independentemente da localização geográfica;
- **Personalização do Ensino:** Plataformas de aprendizado online e algoritmos de recomendação permitem a adaptação do currículo de acordo com as necessidades e habilidades individuais dos alunos, promovendo um aprendizado mais eficaz;
- **Aprendizado Ativo:** Ferramentas interativas, como simulações e jogos educacionais, engajam os alunos de forma mais efetiva, tornando o processo de aprendizado mais dinâmico e envolvente.

Entretanto, para Almeida (2010), não se deve apenas se preocupar em ofertar aos alunos o acesso à tecnologia, mas ensinar a fazer uso desta de maneira mais profusa para se alcançar os objetivos pedagógicos.

Como desafio ou ponto de atenção temos a desigualdade digital, isto é, nem todos os alunos têm acesso igualitário à tecnologia e à internet, criando disparidades no acesso ao currículo digital e exacerbando as desigualdades educacionais. Além disso, podem também ser observados problemas na privacidade e segurança, porque a coleta de dados dos alunos pelas plataformas educacionais levanta preocupações sobre a privacidade e a segurança das informações pessoais dos estudantes. E, por fim, cabe também apontar a desumanização do ensino, ou seja, a dependência excessiva da tecnologia que pode levar à perda da interação humana no processo educacional, prejudicando aspectos sociais e emocionais do discente.

A tecnologia tem, inegavelmente, impactado o currículo educacional de maneira profunda e seus benefícios são evidentes na acessibilidade, personalização e dinamismo do ensino. No entanto, desafios como a desigualdade digital e questões éticas destacam a importância de uma abordagem crítica e cuidadosa na incorporação da tecnologia no currículo. O equilíbrio entre o potencial da tecnologia e as preocupações legítimas deve ser buscado, garantindo que o currículo continue a evoluir para atender às necessidades educacionais da sociedade contemporânea. Morais (2014) ressalta que a tecnologia, através das TIC's, devem

ser contextualizadas para que façam sentido no ato de ensinar do professor e que impactem positivamente na aprendizagem dos alunos.

O acesso à informação por meio da internet e das tecnologias digitais se perpetua cada vez mais na sociedade e integra de forma essencial os ambientes escolares. Seu uso está pertinente à pesquisa, estudos para atualidades, desenvolvimento de projetos, entre outros. Deste modo, faz-se necessário observarmos e refletirmos sobre o modo com que nossos jovens abstraem, como consomem e produzem informação, dando um olhar especial e significativo para o público estudantil em sua totalidade. É de suma importância, para educadores, compreender o modo como a escola tem contribuído para o uso e a produção da informação de forma conscientizada, inclusiva e assertiva.

A demanda de acesso às mídias digitais que a atual sociedade promove pode provocar mudanças na aquisição de hábitos em nossos jovens, bem como em seu comportamento e possíveis oportunidades. Para Costa (1995), as novas tecnologias de informação têm o potencial de influenciar os hábitos, comportamentos, atitudes e oportunidades dos indivíduos, com impactos que se estendem para toda a sociedade.

Estes aspectos faz-nos refletir sobre o modo como temos educado dentro da escola nossos discentes, preferencialmente estudantes de ensino médio, observando a grande demanda de acesso que possuem, enquanto outros que fazem parte de seu círculo social carecem de inclusão e de informação, o que prejudica sua aquisição de conhecimento e cultura. Enquanto educadores, devemos ter um olhar mais amplo para o que as políticas públicas promovem sobre a inclusão do acesso à informação para nossos jovens. Segundo Freire (2007), para ser uma mediadora eficaz, a informação deve ser reconhecida como um bem social passível de compartilhamento, em linha com setores como educação, saúde e infraestrutura de transportes. Portanto, a disponibilidade e a acessibilidade das tecnologias digitais de informação e comunicação devem ser consideradas elementos fundamentais nas estratégias de formulação de políticas públicas.

A capacitação para a educação tecnológica torna-se uma realidade cada vez mais pertinente aos professores de ensino médio, pois, devido ao novo modelo deste, denominado Novo Ensino Médio, a ele é atribuída uma nova configuração, como a inclusão de uma parte diversificada e uma parte técnica e profissionalizante, que nos transporta para uma nova realidade de inclusão digital, posto que as partes mencionadas urge, sobretudo, disciplinas de Cultura Digital, Trilhas de Aprendizagem, disciplinas Eletivas e Educação Técnica Profissionalizante. Para a atuação nestas áreas do conhecimento, faz-se necessário um domínio amplo dos docentes para a utilização de ferramentas tecnológicas de forma abrangente, eficaz,

inclusiva e assertiva. Freire (2007) justifica que, para ser uma mediadora eficaz, a informação deve ser reconhecida como um bem social passível de compartilhamento, em linha com setores como educação, saúde e infraestrutura de transportes. Portanto, a disponibilidade e a acessibilidade das tecnologias digitais de informação e comunicação devem ser consideradas elementos fundamentais nas estratégias de formulação de políticas públicas.

Sabemos que, no mundo tecnológico e digital, o acesso à informação através das tecnologias digitais na educação e a inclusão digital são ferramentas essenciais como forma de complementação ao ensino, para a pesquisa e ao conhecimento formal escolar, fatores indispensáveis para um melhor aproveitamento dos componentes curriculares, essenciais à formação do indivíduo. Isto se deve ao fato de que quanto mais acesso à informação, mídias educacionais, vídeos educativos, acervos e bibliotecas digitais, interações virtuais de cunho pedagógicos, dentre outros, o indivíduo tiver, melhor será o seu embasamento cultural e posterior eficácia cognitiva nos estudos disciplinares. Desta forma, a Ciência da Informação tem um papel significativo no auxílio pedagógico e para a capacitação de professores na busca de uma educação assertiva na escola.

Na dinâmica educacional contemporânea, é atribuída ao professor a função de atuar como mediador na comunicação entre indivíduos em busca de conhecimento para seu desenvolvimento pessoal e social, e as vastas reservas de informações acumuladas e disponíveis na sociedade. Freire (2007), ao discutir a educação na era da informação, enfatiza a competência primordial que os professores deveriam possuir no processo de ensino-aprendizagem: a "fluência científica e tecnológica", ou seja, a habilidade de utilizar informações de forma hábil, culminando na geração de novos conhecimentos.

Nesse contexto, os professores precisariam constantemente estar envolvidos em atividades de atualização profissional e interagir com diferentes realidades e culturas – especializar-se no sentido de estar em contato com as mudanças do mundo real para modernizar e democratizar o sistema educativo (Freire, 2007: 143).

Exemplo dos conceitos desenvolvidos anteriormente é a experiência vivida na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Anchieta, coordenada pedagogicamente pela autora deste trabalho, em que um professor de matemática implementou um programa de ensino personalizado apoiado por TICs. Aos alunos foram fornecidos tablets e acesso a uma plataforma de aprendizado online que adaptava o conteúdo com base no progresso individual. Os estudantes puderam trabalhar em seu próprio ritmo, recebendo tarefas e recursos digitais adequados ao seu nível de habilidade. Além disso, a plataforma incluiu jogos educativos e vídeos interativos que tornaram a matemática mais envolvente e divertida. Esse trabalho foi

proposto a partir dos resultados das avaliações diagnósticas que foram aplicadas na rede de ensino e que forneceram aos professores e gestores dados da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, incluindo nominalmente em que nível de aprendizagem cada aluno se encontrava, com vistas às avaliações externas.

Essa prática inovadora modificou o currículo ao permitir uma abordagem mais flexível e personalizada para o ensino de matemática. Os alunos demonstraram melhorias significativas em suas habilidades matemáticas, pois receberam apoio adaptado às suas necessidades individuais. Além disso, o currículo foi atualizado para incluir o uso de TICs em outras disciplinas, reconhecendo o potencial dessas tecnologias para aprimorar a aprendizagem. Essa experiência demonstrou como as TICs podem desempenhar um papel fundamental na transformação educacional, tornando o ensino mais acessível e eficaz.

Por fim, podemos elucidar que a educação e a tecnologia são duas vertentes importantíssimas para a construção e desenvolvimento de um processo de ensino democrático, com acesso às tecnologias de comunicação e informação, que trazem consigo as novas metodologias de ensino, de modo a acrescentar e envolver todos os discentes em uma ampla formação cognitiva, reconhecendo suas habilidades e edificando suas capacidades e competências como estudante e ser social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou destacar aspectos positivos dos impactos da tecnologia no currículo e na educação contemporânea, explorando os benefícios e os desafios dessa evolução. Pudemos constatar, a partir do diálogo entre as diferentes fontes consultadas, que a união entre tecnologia e educação tem revolucionado o campo educacional, promovendo a acessibilidade por meio de recursos digitais, personalização do ensino e a introdução de metodologias inovadoras, como o aprendizado baseado em projetos. Um exemplo prático é apresentado, demonstrando que o uso de tecnologias, tal como tablets e uma plataforma online personalizada, resultou em melhorias significativas nas habilidades dos alunos em matemática.

A interligação entre tecnologia, currículo, interatividade e novas metodologias pedagógicas ressalta como esses elementos estão redefinindo a educação contemporânea, através das TICs, e enfatiza a importância de uma abordagem equilibrada para maximizar os benefícios da tecnologia no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. Web **Currículo, caminhos e narrativas**. In: SEMINÁRIO WEB CURRÍCULO, 2., 2010, São Paulo. Anais do II Seminário Web Currículo. São Paulo: PUC-SP, 2010. 3 p.

COSTA, S. M. de S. Impactos Sociais das Tecnologias de Informação. **Revista de Biblioteconomia**, v. 19, n. 1, p. 3-22, 1995.

FREIRE, I. M. Informação e educação: parceria para inclusão social. **Inclusão Social**, v. 2, n. 2, p. 142-145, 2007.

MORAIS, C. **Práticas Pedagógicas Inovadoras com TIC**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, p. 165, 2014.

Capítulo 2
A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL: DA GÊNESE
HISTÓRICA À AFIRMAÇÃO DE SUA INDISPENSÁVEL
FUNÇÃO SOCIAL E A DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA
"JABUTICABA"

Luiz Octavio de Andrade Torno

A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL: DA GÊNESE HISTÓRICA À AFIRMAÇÃO DE SUA INDISPENSÁVEL FUNÇÃO SOCIAL E A DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA "JABUTICABA"

Luiz Octavio de Andrade Torno

Master of Science Legal Studies Emphasis in International Law

MUST University

RESUMO

O estudo investiga a centralidade da Justiça do Trabalho no panorama jurídico e social brasileiro. Partindo de um referencial teórico que situa sua origem na crise do Estado Liberal e na emergência do Estado Social, o estudo percorre a trajetória histórica da instituição, desde sua criação na Era Vargas até sua consolidação como ramo autônomo e essencial do Poder Judiciário. A análise aprofunda-se na multifacetada função social da Justiça do Trabalho, destacando seu papel na correção da assimetria contratual, na pacificação de conflitos e na promoção da cidadania laboral. Por fim, o artigo se dedica a uma rigorosa desconstrução da falácia retórica que a qualifica como uma "jabuticaba" – uma anomalia brasileira –, por meio de uma extensa análise de direito comparado que evidencia a existência de jurisdições laborais especializadas em dezenas de países, tanto de tradição *Civil Law* quanto *Common Law*. Argumenta-se que os ataques a essa instituição derivam de uma matriz ideológica neoliberal que colide frontalmente com os princípios constitucionais da valorização social do trabalho e da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho. Função Social do Direito. Estado Social. Mito da Jabuticaba. Direito Comparado do Trabalho. Princípio da Proteção.

ABSTRACT

This study investigates the centrality of Labor Justice in the Brazilian legal and social landscape. Starting from a theoretical framework that situates its origins in the crisis of the Liberal State and the emergence of the Social State, the study traces the institution's historical trajectory, from its creation during the Vargas Era to its consolidation as an autonomous and essential branch of the Judiciary. The analysis delves into the multifaceted social function of the Labor Justice, highlighting its role in correcting contractual asymmetry, in social pacification, and in promoting labor citizenship. Finally, the article undertakes a rigorous deconstruction of the rhetorical fallacy that labels it a "jabuticaba"—a Brazilian anomaly—through an extensive comparative law analysis that demonstrates the existence of specialized labor jurisdictions in dozens of countries, from both *Civil Law* and *Common Law* traditions. It is argued that the attacks on this institution stem from a neoliberal ideological matrix that directly collides with the constitutional principles of the social value of labor and the dignity of the human person.

Keywords: Labor Justice; Social Function of Law; Social State; Jabuticaba Myth; Comparative Labor Law; Principle of Protection.

1 INTRODUÇÃO

A Justiça do Trabalho no Brasil representa um dos mais significativos avanços civilizatórios do século XX, consolidando-se como uma instituição vital para a estabilidade democrática e a promoção da justiça social. Conforme assinalou o Ministro João Oreste Dalazen, em célebre discurso, este ramo especializado do Judiciário logrou um feito notável: levar o Direito às classes populares, atuando como um mediador essencial no perene conflito entre capital e trabalho (DALAZEN, 2011). Em uma nação estruturalmente desigual como o Brasil, sua existência é um pilar para a preservação da paz social.

Contudo, apesar de sua importância histórica e de seu papel crucial na concretização de direitos fundamentais, a Justiça do Trabalho é alvo de ataques cíclicos e de narrativas que visam deslegitimar sua existência. Dentre estas, destaca-se a falácia de que seria uma "jabuticaba", uma criação exótica e exclusiva do ordenamento jurídico pátrio. Tal argumento, frequentemente mobilizado por setores que defendem a desregulamentação máxima das relações de trabalho, ignora tanto a trajetória histórica que tornou sua criação imperativa quanto a realidade jurídica internacional.

Este capítulo propõe-se a realizar uma defesa acadêmica e aprofundada da Justiça do Trabalho. Para tanto, o percurso argumentativo se inicia com a contextualização teórica de seu surgimento, vinculando-o à superação do paradigma do Estado Liberal e à ascensão do Estado Social. Em seguida, será detalhada sua evolução histórica no Brasil, desde a concepção na Era Vargas até sua plena integração ao Poder Judiciário. O cerne do trabalho residirá na análise de sua indispensável função social, que ultrapassa a mera resolução de litígios. Por fim, o artigo se dedicará a refutar, de maneira sistemática e com base em ampla pesquisa de direito comparado, o mito da "jabuticaba", demonstrando que a jurisdição laboral especializada é uma instituição presente e consolidada nas mais diversas democracias do mundo.

O objetivo é, portanto, reafirmar a legitimidade e a necessidade da Justiça do Trabalho não como um entrave ao desenvolvimento, mas como condição *sine qua non* para um desenvolvimento econômico que seja socialmente justo, sustentável e democraticamente orientado.

2 A CRISE DO LIBERALISMO E A EMERGÊNCIA DO ESTADO SOCIAL

A compreensão da gênese da Justiça do Trabalho exige um recuo teórico ao século XIX e à crise do paradigma do Estado Liberal. O modelo liberal clássico, fundado no individualismo, na autonomia da vontade e na abstenção estatal nas relações privadas, mostrou-se incapaz de responder à "questão social" – o conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos gerados

pela Revolução Industrial, conforme analisado por Karl Polanyi (2000) em sua obra seminal sobre a grande transformação do Ocidente. A ficção da igualdade formal entre as partes no contrato de trabalho mascarava uma profunda desigualdade material, submetendo a classe trabalhadora a condições aviltantes de exploração.

Essa realidade de pauperização e conflito social crescente demonstrou que o mercado, deixado à sua própria sorte, não era autorregulável no campo social. A tensão entre o capital e o trabalho ameaçava a própria estabilidade do sistema, tornando a intervenção estatal não uma opção, mas uma necessidade para a sua sobrevivência. É nesse contexto que emerge o Estado Social (ou Estado de Bem-Estar Social), que passa a intervir na ordem econômica e social para garantir padrões mínimos de dignidade, segurança e bem-estar aos cidadãos (SÜSSEKIND *et al.*, 2010).

O Direito do Trabalho e, por conseguinte, a Justiça do Trabalho, são filhos diretos dessa transformação. Eles nascem como um microssistema jurídico de caráter tutelar, cujo propósito é reequilibrar a relação assimétrica entre empregado e empregador por meio de um conjunto de normas imperativas e de uma jurisdição especializada. Como ensina Mauricio Godinho Delgado (2019), o princípio da proteção é a viga mestra de todo o Direito do Trabalho, manifestando-se em regras como o *in dubio pro operario* e a aplicação da norma mais favorável. A Justiça do Trabalho, portanto, não é um corpo estranho ao sistema jurídico, mas o braço jurisdicional de um projeto de Estado que reconheceu a insuficiência do direito civil tradicional para regular as relações laborais.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido por meio do método de abordagem dedutivo. A base procedimental consiste na pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica será realizada a partir da análise de doutrinas clássicas e contemporâneas do Direito do Trabalho, da Teoria do Estado e da Sociologia Jurídica, de autores nacionais e estrangeiros, a fim de construir o referencial teórico e a análise crítica do tema. A pesquisa documental se valerá da análise de textos constitucionais, legislação infraconstitucional (como a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), discursos oficiais, dados estatísticos de tribunais e artigos publicados em periódicos especializados. A análise de direito comparado será fundamental para a desconstrução do "mito da jabuticaba", utilizando como fontes as legislações e os sites oficiais dos sistemas judiciários de outros países.

4 GÊNESE E EVOLUÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

4.1 O Contexto Político-Social da Era Vargas

A instalação da Justiça do Trabalho em 1º de maio de 1941 não foi um ato isolado, mas o corolário de um complexo projeto político liderado por Getúlio Vargas. O Brasil das primeiras décadas do século XX passava por um acelerado, ainda que tardio, processo de industrialização e urbanização, que intensificava os conflitos trabalhistas. Greves e movimentos operários, muitas vezes reprimidos com violência, evidenciavam a urgência de um canal institucional para a mediação dessas tensões (GOMES, 2005).

O governo Vargas, embora autoritário, percebeu a necessidade de incorporar as massas trabalhadoras ao projeto de nação, utilizando a legislação social como um instrumento de controle, mas também de concessão de direitos. A criação da Justiça do Trabalho, como anunciado por Vargas em seu discurso, visava "defender de todos os perigos nossa modelar legislação social-trabalhista" (VARGAS, 1941). O objetivo, portanto, era duplo: garantir a aplicação de um arcabouço protetivo e, ao mesmo tempo, canalizar os conflitos para a esfera do Estado, evitando rupturas sociais.

4.2 De Órgão Administrativo a Pilar do Judiciário

A trajetória institucional da Justiça do Trabalho reflete seu fortalecimento progressivo. Prevista nas Constituições de 1934 e 1937, ela foi inicialmente criada como um órgão vinculado ao Poder Executivo. Sua plena integração ao Poder Judiciário, conferindo-lhe a autonomia e as garantias da magistratura, ocorreu apenas com a Constituição democrática de 1946. Este foi um passo fundamental para consolidar seu caráter jurisdicional e sua independência frente aos demais poderes (NASCIMENTO, 2017).

Desde então, sua competência e estrutura foram continuamente aprimoradas. O marco mais recente e significativo foi a Emenda Constitucional nº 45/2004 (Reforma do Judiciário), que ampliou sobremaneira a competência da Justiça do Trabalho, passando a abranger não apenas as relações de emprego tradicionais, mas todas as controvérsias oriundas da "relação de trabalho" (BRASIL, 1988, art. 114). Essa ampliação reconheceu as transformações no mundo do trabalho e reafirmou a centralidade desta justiça especializada.

5 A FUNÇÃO SOCIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO: A CONCRETIZAÇÃO DA CIDADANIA LABORAL

A importância da Justiça do Trabalho transcende a mera adjudicação de litígios individuais. Ela se configura como um pilar fundamental para a concretização do Estado Democrático de Direito, intrinsecamente ligada à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho, fundamentos da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, art. 1º, incisos III e IV). Sua função social, portanto, é multifacetada e essencial para a manutenção do equilíbrio social e para o avanço civilizatório.

Apesar de sua relevância, a Justiça do Trabalho tem enfrentado, ao longo de sua história, tentativas de extinção, as quais, felizmente, foram rechaçadas. Essas investidas são frequentemente associadas a um segmento conservador do capital, que, segundo o texto original, remonta a uma "mentalidade fincada na cultura escravista do início do século passado", resistente à consolidação dos direitos sociais e trabalhistas e à existência de uma corte especializada (cf. Dalazen, 2011). Tal perspectiva atribui aos trabalhadores a culpa por crises financeiras e busca a precarização do Direito do Trabalho, apesar de as estatísticas demonstrarem os altos lucros do setor financeiro, que paradoxalmente ataca a Justiça do Trabalho. O ex-Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles já alertou que "a extinção da Justiça do Trabalho representaria um retrocesso".

A Ministra do TST e Doutora em Políticas Públicas, Kátia Magalhães Arruda, em seu artigo "Reflexões sobre Coisas que Não Deveriam Existir no Brasil" (2017), ressalta diversas problemáticas nacionais, como a pobreza, a discriminação, a corrupção e o desprezo pelos direitos sociais. Ela argumenta que a Justiça do Trabalho sofre ataques por incomodar os detentores do capital ao fazer cumprir a lei, inserindo-se em um contexto de "coisas que não deveriam existir", como a escravidão, o clientelismo e o patrimonialismo, que dificultam a valorização social do trabalho. Arruda (2017) questiona a superficialidade do debate sobre o trabalho no Brasil, dado o alto índice de acidentes e mortes no trabalho, baixos salários e o déficit educacional da força de trabalho, defendendo que a consolidação do Estado Democrático de Direito exige a defesa dos fundamentos constitucionais e o combate à "banalização do mal e da exploração".

Reconhecida por sua celeridade em comparação com outros ramos do Judiciário, a Justiça do Trabalho se empenha em garantir a rápida prestação jurisdicional, apesar do grande volume de serviços. Embora haja necessidade de aprimoramentos, esses desafios não justificam as ameaças de extinção defendidas por setores conservadores (cf Dalazen, 2011).

5.1 O Princípio da Proteção e a Correção da Assimetria Contratual: Pilar da Dignidade Humana

A função mais elementar e, ao mesmo tempo, mais profunda da Justiça do Trabalho reside na aplicação do princípio da proteção, a "viga mestra" do Direito do Trabalho (DELGADO, 2019, p. 201). A relação de trabalho é, por natureza, assimétrica, marcada pela hipossuficiência econômica e jurídica do empregado frente ao poder diretivo e econômico do empregador. Sem um aparato jurídico que busque reequilibrar essa balança, a liberdade de contratar tornar-se-ia uma liberdade para explorar.

A Justiça do Trabalho, ao tutelar os direitos mínimos dos trabalhadores – sejam eles relativos a jornada, salário, segurança ou estabilidade – não o faz por mera liberalidade, mas em observância ao imperativo constitucional de proteger a dignidade da pessoa humana. Esse princípio se desdobra em diversas regras processuais e materiais, como o *in dubio pro operario* (interpretação da norma de forma mais favorável ao trabalhador), a primazia da realidade (prevalência dos fatos sobre as formalidades), e a irrenunciabilidade de direitos (impossibilidade de o trabalhador dispor livremente de direitos mínimos). Ao fazer cumprir estas normas, a Justiça do Trabalho garante que o trabalhador não seja reduzido a uma mera engrenagem de produção, mas seja reconhecido como sujeito de direitos e cidadão. Essa correção de rota impede que a desigualdade material se traduza em uma "subcidadania", onde o acesso aos direitos fundamentais seria condicionado à força de mercado.

5.2 Pacificação Social e Estabilidade Democrática: O Papel de Válvula de Escape

A imagem do Ministro Dalazen sobre a Justiça do Trabalho atuando como "algodão entre cristais" no conflito capital-trabalho (DALAZEN, 2011) é extremamente pertinente. Em uma sociedade complexa e com histórico de tensões sociais como a brasileira, a ausência de um canal institucional e acessível para a resolução de conflitos trabalhistas poderia ter consequências catastróficas. A Justiça do Trabalho funciona como uma válvula de escape, canalizando ressentimentos e disputas para a esfera jurídica, onde podem ser dirimidas pacificamente, com base na lei e na equidade, e não na força ou na violência.

Ao oferecer um foro legítimo para a busca de direitos, a Justiça do Trabalho contribui diretamente para a pacificação social. Os dados estatísticos confirmam essa função: em 2016, por exemplo, as Varas do Trabalho receberam quase 2,8 milhões de processos e solucionaram mais de 2,6 milhões, sendo que 38,8% deles foram resolvidos por acordo entre as partes. Essa elevada taxa de conciliação demonstra a capacidade da instituição de mediar interesses e reconstruir pontes de diálogo. Como destaca Cesarino Junior (1950, p. 25-26), "o fim imediato

das leis sociais é a proteção aos fracos" e, por intermédio dessa proteção, "o que o Estado realmente visa é assegurar a paz social, o interesse geral, o bem comum". A garantia de que há um local onde o "fraco" pode buscar seus direitos fortalece a confiança nas instituições e a adesão ao Estado de Direito, elementos cruciais para a estabilidade democrática. Nessa mesma linha, Luiz Eduardo Gunther (2013, p. 34) ressalta que, havendo uma função social do processo, "incumbe ao juiz estar atento para poder garantir, na medida do possível, segurança e previsibilidade ao conviver dos homens", sendo o reconhecimento dessa função essencial para a construção de um Estado Democrático.

5.3 Dimensão Pedagógica e Promotora de Desenvolvimento Sustentável: Indução de Comportamentos Éticos e Concorrência Leal

A atuação da Justiça do Trabalho vai além da resolução individualizada de conflitos, exercendo uma poderosa função pedagógica e indutora de comportamentos. As decisões judiciais, ao coibir práticas ilegais e abusivas, enviam sinais claros ao mercado, moldando condutas empresariais e estimulando a conformidade com a legislação trabalhista. Um sistema de justiça laboral eficaz desencoraja a informalidade e a precarização, contribuindo para a construção de um ambiente de negócios mais ético e com concorrência leal.

Empresas que investem na valorização de seus empregados, pagando salários justos, respeitando jornadas e garantindo ambientes seguros, não podem ser desfavorecidas por concorrentes que obtêm vantagens competitivas ilícitas através da sonegação de direitos. A Justiça do Trabalho, ao nivelar o campo de jogo, premia a boa gestão e a responsabilidade social corporativa. Além disso, ao promover melhores condições de trabalho, ela contribui para o desenvolvimento de capital humano, aumentando a produtividade e a saúde da força de trabalho, o que se traduz em externalidades positivas para a economia como um todo. A preocupação da Ministra Kátia Magalhães Arruda (2017) com a realidade de um país que é o segundo do mundo em acidentes e mortes no trabalho e que apresenta alta precarização salarial, reforça que o debate sobre a Justiça do Trabalho é intrínseco a uma discussão mais ampla sobre saúde, educação e relações de trabalho para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

5.4 Acesso à Justiça e Democratização do Direito: Superando Barreiras para as Classes Populares

Um dos feitos mais notáveis da Justiça do Trabalho, conforme a eloquente citação do Ministro Dalazen (2011), é ter "conseguido levar o Direito às classes populares". Historicamente, o acesso ao Poder Judiciário tem sido um privilégio das camadas mais

abastadas da sociedade. A Justiça do Trabalho, no entanto, foi concebida com características que facilitam o acesso dos trabalhadores, tradicionalmente desprovidos de recursos e conhecimento jurídico.

A previsão da gratuidade de justiça para aqueles que comprovarem hipossuficiência financeira, a relativa informalidade de alguns de seus procedimentos, e, historicamente, a existência do *jus postulandi* (a capacidade de as partes atuarem em juízo sem advogado, embora mais limitada atualmente) foram e são mecanismos que democratizam o acesso à jurisdição. A capilaridade das Varas do Trabalho, presentes em diversas comarcas por todo o território nacional, garante que o trabalhador, mesmo em regiões distantes dos grandes centros, tenha um local físico para buscar seus direitos.

Esse acesso efetivo à justiça é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, conforme o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que garante que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (BRASIL, 1988). Para milhões de brasileiros, a Justiça do Trabalho é, muitas vezes, o único ponto de contato com o sistema jurídico capaz de concretizar direitos fundamentais.

6. A RETÓRICA ANTITRABALHISTA E O MITO DA “JABUTICABA”

6.1 A Matriz Ideológica dos Ataques

As investidas contra a Justiça do Trabalho não são novas e, em geral, intensificam-se em períodos de crise econômica ou de ascensão de ideologias neoliberais. A matriz desses ataques reside na crença de que a proteção social ao trabalho é um "custo" que entrava o desenvolvimento, a competitividade e a geração de empregos. Essa visão, que enxerga o trabalho apenas como um fator de produção a ser barateado, ignora que os direitos trabalhistas são, na verdade, investimentos em capital humano, em coesão social e no fortalecimento do mercado consumidor interno.

Conforme apontado por sociólogos como José de Souza Martins (2009), essa mentalidade refratária aos direitos sociais no Brasil pode ser parcialmente atribuída a uma cultura que nunca assimilou plenamente o fim da escravidão, enxergando os direitos como uma concessão indevida, e não como uma conquista civilizatória. A tentativa de extinguir ou enfraquecer a Justiça do Trabalho é, no fundo, uma tentativa de remover o principal obstáculo à precarização irrestrita das relações de trabalho.

6.2 Desconstruindo o Mito: Uma Análise Robusta de Direito Comparado

A afirmação de que a Justiça do Trabalho é uma "jabuticaba" — uma criação exótica e singularmente brasileira — constitui uma das mais persistentes falácias no debate público sobre as relações de trabalho no Brasil. Essa narrativa, embora retoricamente eficaz para seus proponentes, desmorona diante de uma análise séria e aprofundada dos sistemas jurídicos ao redor do mundo. A realidade é que a especialização da jurisdição para lidar com os conflitos entre capital e trabalho, longe de ser uma anomalia, é uma solução institucional adotada por dezenas de nações, que reconhecem a natureza única e assimétrica dessas relações.

A seguir, apresentamos uma análise detalhada da sistemática adotada em países representativos das duas grandes famílias do direito ocidental — *Civil Law* e *Common Law* —, evidenciando que, embora as formas institucionais variem, o princípio da especialização é a norma, e não a exceção.

Nos países de tradição romano-germânica, onde o direito é predominantemente codificado e a lei é a fonte primária, a criação de ramos judiciários ou seções especializadas é um caminho natural para lidar com matérias de alta complexidade e relevância social.

- **Alemanha:** O sistema alemão é, talvez, o paradigma de jurisdição trabalhista especializada e autônoma. Sua estrutura tripartite é notavelmente semelhante à brasileira e goza de imenso prestígio e legitimidade social.

- **Estrutura:** O sistema é composto por três instâncias: os Tribunais do Trabalho de primeira instância (*Arbeitsgerichte*), os Tribunais Regionais do Trabalho de apelação (*Landesarbeitsgerichte*) e o Tribunal Federal do Trabalho (*Bundesarbeitsgericht*), como corte suprema.

- **Sistemática e Experiência:** Uma característica distintiva é a composição dos tribunais de primeira e segunda instância, que são formados por um juiz togado (profissional) e juízes leigos (*ehrenamtliche Richter*), sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados. Essa composição paritária visa trazer para o julgamento a perspectiva prática e a realidade do mundo do trabalho, enriquecendo a decisão judicial e aumentando sua aceitação social. O processo é orientado pela celeridade, com uma fase inicial obrigatória de conciliação (*Güteverhandlung*). A experiência alemã demonstra que uma justiça especializada, técnica e com participação social não apenas é viável, mas contribui para a estabilidade das relações industriais em uma das maiores economias do mundo.

- **França:** Berço de muitas revoluções sociais, a França possui um dos mais antigos sistemas de jurisdição laboral, os *Conseils de Prud'hommes*, cuja origem remonta a 1806.

- **Estrutura:** Trata-se de um órgão jurisdicional de primeira instância com uma composição estritamente paritária, formado por um número igual de conselheiros eleitos pelos empregados e pelos empregadores. Não há juízes togados nesta fase.

- **Sistemática e Experiência:** O procedimento é dividido em duas fases. A primeira, perante o *bureau de conciliation et d'orientation*, busca exaustivamente o acordo. Apenas se a conciliação falhar, o caso segue para o *bureau de jugement*, onde será proferida a decisão. Em caso de empate na votação, um juiz togado do tribunal de instância (*juge départiteur*) é convocado para resolver o impasse. A experiência francesa, embora alvo de debates sobre sua eficiência, reflete uma profunda opção política pela autocomposição e pela gestão do conflito pelos próprios atores sociais, sob a tutela do Estado, reconhecendo a especificidade irreduzível do litígio trabalhista.

- **Espanha:** O sistema espanhol destaca-se pelo elevado grau de especialização, consolidado na "Jurisdição Social".

- **Estrutura:** O sistema é plenamente integrado ao Poder Judiciário e se organiza em quatro níveis: os *Juzgados de lo Social* (juízos de primeira instância); as *Salas de lo Social de los Tribunales Superiores de Justicia* (nas comunidades autônomas); a *Sala de lo Social de la Audiencia Nacional* (para conflitos de âmbito supra-regional); e, no topo, a *Sala Cuarta, de lo Social, del Tribunal Supremo*.

- **Sistemática e Experiência:** A competência da Jurisdição Social é ampla, abrangendo não apenas conflitos individuais e coletivos de trabalho, mas também questões de seguridade social. A experiência espanhola mostra um modelo de alta especialização técnica, com magistrados de carreira dedicados exclusivamente à matéria, o que garante profundidade e coerência jurisprudencial, sendo um pilar para a aplicação do complexo *Estatuto de los Trabajadores*.

- **Itália:** A Itália adota um modelo de especialização funcional dentro de uma estrutura judiciária unificada.

- **Estrutura:** Não há um ramo autônomo da justiça, mas sim um juiz especializado, o *Giudice del Lavoro*, que atua como uma seção especializada dentro dos tribunais ordinários (*Tribunale ordinario*).

- **Sistemática e Experiência:** O processo do trabalho italiano (*processo del lavoro*) é regido por regras próprias que visam a oralidade, a concentração dos atos e a celeridade. Essa solução demonstra que, mesmo em sistemas de jurisdição una, reconhece-se a necessidade de criar procedimentos e magistrados especializados para dar uma resposta adequada e tempestiva aos litígios trabalhistas, refutando a ideia de que a matéria possa ser tratada como um simples ramo do direito civil.

Nos países de tradição anglo-saxã, o pragmatismo e a criação de órgãos especializados (*tribunals*) para lidar com questões específicas são comuns. O direito do trabalho não é exceção.

- **Reino Unido:** O sistema britânico é um exemplo robusto de uma jurisdição laboral especializada, ágil e acessível.

- **Estrutura:** O sistema é composto, em primeira instância, pelos *Employment Tribunals* (ETs) e, como instância recursal, pelo *Employment Appeal Tribunal* (EAT).

- **Sistemática e Experiência:** Os ETs são projetados para serem menos formais e mais acessíveis que as cortes ordinárias. Sua composição, semelhante à alemã, geralmente inclui um juiz qualificado em direito (*Employment Judge*) e dois membros leigos: um com experiência em gestão de negócios (indicado por organizações de empregadores) e outro com experiência em relações de trabalho do ponto de vista dos empregados (indicado por sindicatos). Eles julgam uma vasta gama de questões, como demissões injustas (*unfair dismissal*), discriminação no trabalho, litígios salariais e violações de contratos. A experiência britânica prova que mesmo um dos berços do liberalismo econômico reconhece que os conflitos laborais demandam um foro próprio, com expertise técnica e prática, para serem resolvidos de forma justa.

- **Estados Unidos:** Este é o caso mais frequentemente distorcido pela retórica antitrabalhista. A ausência de uma *corte federal autônoma* para o trabalho não significa, em absoluto, a inexistência de uma forte e complexa jurisdição laboral especializada. A especialização se manifesta de outras formas:

- **Agências Administrativas com Poder Adjudicatório:** Esta é a principal forma de especialização. Órgãos como o **National Labor Relations**

Board (NLRB) são cruciais. O NLRB é uma agência federal independente que atua como um verdadeiro tribunal administrativo para julgar práticas antissindicais (*unfair labor practices*) por parte de empregadores e sindicatos, além de supervisionar as eleições sindicais. Suas decisões têm força de lei e são executáveis nas cortes federais de apelação.

- **Outras Agências:** A **Equal Employment Opportunity Commission (EEOC)** investiga e processa judicialmente casos de discriminação, e o **Department of Labor (DOL)** possui diversas agências com poder de fiscalização e adjudicação em áreas como saúde e segurança no trabalho (OSHA) e salários e jornada (Wage and Hour Division).

- **Cortes Federais e Estaduais:** Embora não exclusivas, essas cortes julgam um volume imenso de ações trabalhistas, especialmente as baseadas em leis federais como o *Fair Labor Standards Act* (sobre salários e horas extras) e o *Title VII* da Lei dos Direitos Civis (sobre discriminação). A litigiosidade é tão alta que uma parcela significativa dos casos da Suprema Corte é de natureza trabalhista (CASAGRANDE, 2018).

- **Arbitragem:** A arbitragem, tanto em contextos sindicais (para interpretar convenções coletivas) quanto em contratos individuais (frequentemente obrigatória), é outra forma de resolução de conflitos por um terceiro especializado. A experiência norte-americana, portanto, não nega a especialização; ela a organiza de forma diferente, por meio de um mosaico de agências administrativas poderosas, cortes ordinárias com alta carga de trabalho na área e mecanismos privados de resolução.

- **Austrália e Canadá:** Ambos os países, também de tradição *Common Law*, possuem robustos sistemas de tribunais administrativos especializados. Na Austrália, a **Fair Work Commission** é o tribunal nacional de relações de trabalho, com ampla competência para fixar salários mínimos, aprovar acordos coletivos, julgar demissões injustas e resolver disputas. No Canadá, a jurisdição é majoritariamente provincial, com cada província mantendo um **Labour Relations Board** com poderes similares.

Há, também, Justiça do Trabalho na Finlândia, Costa Rica, Suíça, República Dominicana, Peru, Panamá, Nicarágua, Irlanda, Noruega, Guatemala, Singapura, Nova Zelândia, Nigéria e Israel.

Em suma, a análise comparada revela um cenário diametralmente oposto ao propagado pelo mito da "jabuticaba". A esmagadora maioria das democracias industriais e pós-industriais, independentemente de sua tradição jurídica, desenvolveu mecanismos jurisdicionais especializados para o mundo do trabalho. As diferenças estruturais refletem as particularidades históricas e culturais de cada nação, mas a premissa fundamental é a mesma: o contrato de trabalho não é um contrato civil comum, e seus conflitos demandam um tratamento diferenciado, célere e especializado, capaz de reconhecer e mitigar a assimetria de poder que lhe é inerente. Ignorar essa realidade global não é apenas um erro factual, mas uma tentativa deliberada de isolar o Brasil em um debate cujo objetivo final é a supressão de direitos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a Justiça do Trabalho é uma instituição historicamente necessária, teoricamente fundamentada e socialmente indispensável. Sua criação no Brasil, longe de ser um capricho, foi uma resposta do Estado à "questão social", um mecanismo para mediar o conflito capital-trabalho e para dar efetividade a um projeto de cidadania que inclui o mundo do trabalho.

Sua função social transcende a simples solução de controvérsias, atuando como um pilar para a correção de desigualdades, para a pacificação social e para a promoção de um ambiente de negócios ético. A jurisdição trabalhista é, em última análise, um instrumento de concretização dos fundamentos da República Federativa do Brasil, notadamente a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

A retórica que a qualifica como uma "jabuticaba" foi aqui categoricamente refutada. A análise de direito comparado revela que a especialização da justiça para causas laborais é uma tendência global, presente nas mais diversas e desenvolvidas nações. Os ataques à Justiça do Trabalho, portanto, não se sustentam em argumentos técnicos ou comparativos, mas em uma visão ideológica que busca a desregulamentação a qualquer custo, mesmo que o preço seja o retrocesso social e o aumento da instabilidade.

Os desafios futuros são imensos, especialmente diante das novas formas de trabalho. Mais do que nunca, a sociedade brasileira precisará de uma Justiça do Trabalho forte, independente e modernizada. Aprimorá-la, sim. Extingui-la, jamais. A sua defesa é a defesa de um projeto de nação mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, K. M. Reflexões sobre Coisas que Não Deveriam Existir no Brasil. **JOTA**, 11 mar. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

CASAGRANDE, C. A Justiça do Trabalho nos EUA: Mitos e Fatos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL "A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL E NO MUNDO", 2018, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: TST, 2018.

DALAZEN, J. O. **Discurso de Abertura da Sessão Solene Comemorativa dos 70 Anos da Instalação da Justiça do Trabalho no Brasil**. Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, 2011.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

GOMES, Â. de C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

GUNTHER, L. E. **A função social do processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2013.

MARTINS, J. de S. **A sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2009.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SÜSSEKIND, A. *et al.* **Instituições de Direito do Trabalho**. 23. ed. São Paulo: LTr, 2010. v. 1.

VARGAS, G. **Discurso de Instalação da Justiça do Trabalho**. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1941. Acervo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC).

Capítulo 3
A BUSCA PELA EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO: UMA
ANÁLISE INTEGRADA DA AVALIAÇÃO EM LARGA
ESCALA, QUALIDADE EDUCACIONAL E PROCESSOS
PEDAGÓGICOS

Ana Paula Oliveira e Silva Campos

A BUSCA PELA EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE INTEGRADA DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA, QUALIDADE EDUCACIONAL E PROCESSOS PEDAGÓGICOS

Ana Paula Oliveira e Silva Campos

Master of Science in Emergent Technologies in Education

MUST University

RESUMO

A busca pela qualidade na educação é fundamental para o desenvolvimento social e intelectual das sociedades. O presente artigo investiga a interconexão entre três pilares fundamentais para a excelência na educação: a avaliação em larga escala, a qualidade educacional e a análise dos processos pedagógicos. Desse modo, baseado em pesquisa bibliográfica, a partir dos estudos de Freire (2007), Freire (1882), Garcia (1995), Huberman (1973), Saviani (1995) e Vianna (2005), o artigo destaca a importância da avaliação em larga escala, exemplificada pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), que fornece dados precisos e atualizados, possibilitando uma análise precisa das necessidades educacionais. A qualidade educacional abrange recursos escolares, currículo, ambiente de aprendizado e a qualificação dos professores. Além disso, a análise dos processos pedagógicos explora a importância de métodos de ensino e estratégias pedagógicas inovadoras. Ao entender como esses componentes se relacionam e se influenciam mutuamente, podemos criar uma base sólida para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e a promoção de uma educação equânime e de qualidade.

Palavras-chave: Avaliação em Larga Escala. Qualidade Educacional. Processos Pedagógicos.

ABSTRACT

The search for quality in education is fundamental for the social and intellectual development of societies. This article investigates the interconnection between three fundamental pillars for excellence in education: large-scale assessment, educational quality and the analysis of pedagogical processes. Thus, based on bibliographical research, based on studies by Freire (2007), Freire (1882), Garcia (1995), Huberman (1973), Saviani (1995) and Vianna (2005), the article highlights the importance of evaluating on a large scale, exemplified by the Ceará Permanent Basic Education Assessment System (SPAECE), which provides accurate and updated data, enabling a precise analysis of educational needs. Educational quality encompasses school resources, curriculum, learning environment and teacher qualifications. Furthermore, the analysis of pedagogical processes explores the importance of innovative teaching methods and pedagogical strategies. By understanding how these components relate and influence each other, we can create a solid foundation for developing effective public policies and promoting equitable, quality education.

Keywords: Large-Scale Assessment. Educational Quality. Pedagogical Processes.

1 INTRODUÇÃO

A excelência na educação é um objetivo universalmente almejado, fundamental para o desenvolvimento social, econômico e intelectual de uma sociedade. No entanto, alcançar essa excelência é um desafio complexo que requer uma abordagem holística, considerando diversos fatores interconectados. Este artigo propõe uma análise integrada da busca pela excelência na educação, explorando três pilares essenciais: a avaliação em larga escala, a qualidade educacional e os processos pedagógicos.

O filósofo da educação John Dewey afirmou com perspicácia que "a educação não é preparação para a vida; a educação é a própria vida". Isso ressalta a importância de uma educação de qualidade, que não seja apenas uma preparação para o futuro, mas uma experiência que enriqueça a vida dos alunos no presente. No entanto, medir essa qualidade e promovê-la eficazmente é uma tarefa complexa. É nesse contexto que a avaliação em larga escala surge como uma ferramenta essencial.

A avaliação em larga escala, como exemplificada pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará, conhecido como SPAECE, é uma ferramenta essencial para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da educação no estado. A importância desse sistema de avaliação reside em sua capacidade de fornecer dados concretos e atualizados sobre o desempenho dos estudantes cearenses, permitindo uma análise precisa das necessidades e desafios educacionais da região.

A qualidade educacional engloba uma série de fatores interdependentes, incluindo recursos escolares, currículo, ambiente de aprendizado e qualificação dos professores. Ela busca proporcionar uma educação que nutra tanto o intelecto quanto o desenvolvimento social e emocional dos alunos. A qualidade da educação reside na qualidade da interação entre professores e alunos. Essa interação reflete a essência da qualidade educacional.

Além disso, a qualidade educacional está intrinsecamente ligada aos processos pedagógicos. Os métodos de ensino, estratégias pedagógicas e a capacidade de adaptação às necessidades individuais dos alunos desempenham um papel vital na promoção do aprendizado eficaz. A transição para modelos de ensino centrados no aluno, como a aprendizagem ativa e a personalização do ensino, destaca a evolução dos processos pedagógicos para atender às demandas de uma sociedade em constante mudança.

Este artigo busca explorar a complexa interação entre esses três pilares da excelência na educação: avaliação em larga escala, qualidade educacional e processos pedagógicos. Por meio de uma análise crítica, pretendemos fornecer insights valiosos para educadores, pesquisadores

e formuladores de políticas, demonstrando a importância de uma abordagem integrada na busca pela excelência educacional.

2 TRÊS PILARES DA EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA, QUALIDADE EDUCACIONAL E PROCESSOS PEDAGÓGICOS

2. 1 Avaliação em Larga Escala: A Necessidade de Medir o Desempenho Educacional

A busca pela excelência na educação começa com uma compreensão sólida do ponto de partida, e a avaliação em larga escala desempenha um papel crucial nesse aspecto. Para Vasconcellos (1995) a avaliação representa um amplo procedimento na vida humana, envolvendo análise crítica da ação para identificar progressos, desafios e tomada de decisões para superar barreiras. O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) é um exemplo valioso de como as avaliações em larga escala podem fornecer dados concretos para orientar políticas educacionais. O SPAECE não apenas mede o desempenho dos alunos, mas também ajuda a identificar tendências e desigualdades educacionais dentro do estado.

Uma das principais contribuições do SPAECE é a criação de um diagnóstico detalhado do sistema educacional cearense. Através da aplicação de testes padronizados em alunos de diferentes níveis de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, o sistema gera informações cruciais sobre os saberes e as habilidades dos estudantes. Isso permite identificar as desigualdades educacionais que precisam ser consideradas.

Com base nos resultados do SPAECE, as autoridades educacionais do Ceará podem tomar decisões informadas na elaboração de políticas públicas. Essas políticas podem incluir a revisão de currículos, o desenvolvimento de programas de formação de professores, a alocação de recursos em áreas específicas e a implementação de estratégias pedagógicas direcionadas. Entretanto Vianna (2009) enfatiza a importância de não limitar a utilização dos dados da avaliação educacional à mera tomada de decisões administrativas de alto escalão. Em vez disso, destaca a necessidade de empregar esses dados de forma formativa com o propósito de aprimorar a aprendizagem dos alunos.

Além disso, o SPAECE fornece uma base sólida para o estabelecimento de metas educacionais realistas e mensuráveis. As metas claras são fundamentais para orientar o progresso educacional e garantir que os esforços se concentrem nas áreas mais críticas. Com a disponibilidade de dados confiáveis, o governo do Ceará pode estabelecer metas que reflitam as necessidades reais dos estudantes e da educação em geral.

Em resumo, o SPAECE desempenha um papel fundamental na formulação de políticas públicas para a educação no Ceará. Sua capacidade de fornecer informações precisas, identificar áreas de melhoria e estabelecer metas alcançáveis o torna uma ferramenta valiosa para a promoção de um sistema educacional mais eficaz e equitativo no estado. Portanto, o investimento contínuo no SPAECE e na análise cuidadosa de seus resultados é essencial para o progresso educacional do Ceará.

2.2 Qualidade Educacional: A Base Para o Sucesso

A qualidade educacional é um pilar essencial da excelência na educação. Ela vai além das estatísticas e dos testes, abrangendo uma gama de fatores que moldam a experiência do aluno. Recursos escolares adequados, um currículo relevante, um ambiente de aprendizado seguro e estimulante e professores qualificados são componentes críticos dessa qualidade. Freire (1982), enfatiza a importância da interação entre professores e alunos e ilustra como a qualidade educacional está profundamente enraizada nas relações pedagógicas.

A presença de recursos escolares adequados desempenha um papel crítico na promoção da qualidade educacional. Esses recursos englobam desde instalações físicas bem mantidas até o acesso a materiais didáticos atualizados e tecnologia educacional. Uma infraestrutura sólida fornece aos alunos as condições ideais para a aprendizagem e o crescimento.

A relevância do currículo é um elemento-chave na determinação da qualidade educacional. Um currículo que seja atualizado, alinhado com as necessidades do mundo contemporâneo e que aborde questões sociais e culturais é essencial para preparar os alunos de forma abrangente. Além disso, a adaptação do currículo para atender às necessidades individuais dos alunos é um marco da qualidade, pois reconhece a diversidade de talentos e interesses dentro da sala de aula.

Um ambiente de aprendizado seguro e estimulante é fundamental para promover o bem-estar dos alunos e seu sucesso acadêmico. Ambientes onde os alunos se sintam seguros e apoiados têm maior probabilidade de inspirar a curiosidade intelectual, a criatividade e a participação ativa dos estudantes. O ambiente da escola deve ser não apenas livre de ameaças, mas também enriquecedor, oferecendo oportunidades para a exploração, o diálogo e a expressão.

A qualidade educacional está intrinsecamente ligada à qualificação e capacitação dos professores. A atuação pedagógica do professor e do aluno está direcionada a uma prática histórica concreta. Conforme Freire (1975), educador e educando são protagonistas do processo educacional, evoluindo juntos dentro desse enfoque. Essa interação não se trata apenas do

domínio do conteúdo, mas também de como os professores conseguem envolver e inspirar os alunos, criando um ambiente de aprendizado enriquecedor. Professores bem qualificados e em constante aprimoramento são uma âncora da qualidade educacional, pois moldam diretamente a experiência dos alunos.

Por fim, a qualidade educacional abrange uma série de componentes interdependentes que moldam a experiência de aprendizado dos alunos. Recursos escolares adequados, currículos relevantes, ambientes seguros e estimulantes, juntamente com professores qualificados e envolventes, são peças cruciais desse quebra-cabeça. A promoção e a garantia da qualidade educacional são essenciais para preparar os alunos não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para uma participação significativa na sociedade e uma vida enriquecedora.

2.3 Processos Pedagógicos: Adaptação e Inovação no Ensino

Os processos pedagógicos desempenham um papel vital na promoção da excelência educacional. Huberman (1973) aponta para a necessidade de se buscar novos e diferentes resultados na educação. Métodos de ensino, estratégias pedagógicas e a capacidade de adaptação às necessidades individuais dos alunos são elementos-chave. A mudança em direção a modelos de ensino centrados no aluno, como a aprendizagem ativa e a personalização do ensino, demonstra como os educadores estão se adaptando às demandas de uma sociedade em constante evolução. A eficácia dos processos pedagógicos influencia diretamente a qualidade da educação.

Os processos pedagógicos representam o cerne da experiência educacional, desempenhando um papel central na busca pela excelência. Para Garcia (1995), é necessário promover modificações em diversos elementos no ambiente escolar, começando pela revisão fundamental do próprio processo pedagógico de ensino. Os métodos de ensino e estratégias pedagógicas empregados pelos educadores são cruciais para promover o aprendizado eficaz e engajador. A mudança notável em direção a modelos de ensino centrados no aluno, como a aprendizagem ativa e a personalização do ensino, reflete a adaptação contínua dos educadores às demandas de uma sociedade em constante evolução. Essas abordagens colocam o aluno no centro do processo de aprendizado, permitindo que eles se tornem participantes ativos na construção de seu conhecimento, ao invés de meros receptores passivos de informações.

A evolução dos processos pedagógicos também está profundamente interligada com a inovação tecnológica. O uso de tecnologia educacional oferece oportunidades sem precedentes para personalização, acesso a recursos variados e aprimoramento da experiência de aprendizado. Freire (2007) compreende que os componentes essenciais para a chamada

"inclusão digital" vão além do mero acesso físico à Internet e a computadores. São fundamentais, sobretudo, a capacitação das pessoas para utilizar eficazmente esses meios de comunicação da informação e, de maneira crucial, para estimular a criação e o compartilhamento de conteúdos digitais. A capacidade de adaptação às necessidades individuais dos alunos é potencializada pela tecnologia, permitindo que os educadores ofereçam uma educação mais personalizada e eficaz. A combinação de métodos tradicionais e tecnológicos abre caminho para uma educação mais rica e inclusiva.

A eficácia dos processos pedagógicos tem uma influência direta na qualidade da educação proporcionada. Os educadores têm a responsabilidade de criar ambientes de aprendizado que inspirem a curiosidade, o pensamento crítico e a criatividade. Saviani (1995) sugere que para inovar é preciso colocar a experiência educacional a serviço de novas finalidades. A capacidade de adaptar métodos e estratégias pedagógicas para atender às necessidades individuais dos alunos é fundamental para atingir esse objetivo. Em última análise, a excelência educacional é alcançada quando os processos pedagógicos são moldados para nutrir o potencial de cada aluno, incentivando o crescimento intelectual e o desenvolvimento integral.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou destacar a importância de reconhecer a interconexão e a convergência entre os três pilares analisados: a avaliação em larga escala, a qualidade educacional e os processos pedagógicos. Ao explorar esses elementos, fica evidente que a busca pela excelência na educação é um esforço holístico que exige uma compreensão profunda de como eles se influenciam mutuamente. O estudo ressaltou a necessidade de abordagens integradas e políticas públicas informadas pela avaliação precisa e pela promoção ativa da qualidade educacional e da inovação nos processos pedagógicos.

Além disso, este trabalho destacou a importância de traduzir as conclusões desta análise em ações práticas. Os dados confiáveis provenientes da avaliação em larga escala, combinados com uma compreensão sólida da qualidade educacional e dos métodos pedagógicos, devem guiar a tomada de decisões para melhorar efetivamente o sistema educacional. A busca pela excelência na educação é um compromisso contínuo, e a implementação de estratégias que abordem as áreas identificadas como necessárias é fundamental para alcançar esse objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, I. M. Informação e educação: parceria para inclusão social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 142-145 2007.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade:** e outros escritos. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GARCIA, W. E. (Coord.). **Inovação educacional no Brasil:** problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação:** subsídios para o estudo da inovação. São Paulo: Cultrix, 1973.

SAVIANI, D. A Filosofia da educação e o problema da inovação em educação. *In:* GARCIA, W. E. (Coord.). **Inovação Educacional no Brasil:** problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

VASCONCELLOS, C. S. Finalidade da avaliação. *In:* VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação:** concepção dialética - libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994.

VIANNA, H. M. **Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional.** Brasília: Liber Livro, 2005.

Capítulo 4
CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO -
COMPORTAMENTAL PARA O TRANSTORNO DEPRESSIVO
MAIOR

Edmilson Monteiro Rodrigues da Silva
Gustavo Fonseca Halley

CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO - COMPORTAMENTAL PARA O TRANSTORNO DEPRESSIVO MAIOR

Edmilson Monteiro Rodrigues da Silva

Graduação em Psicologia

Centro Universitário Farias Brito

Gustavo Fonseca Halley

Mestrado em Psicologia

Universidade de Fortaleza

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as contribuições da Teoria Cognitivo-Comportamental (TCC) em pacientes com o transtorno depressivo maior. Parte da premissa de que atualmente é crescente o número de pacientes com depressão, sendo que existem vários tipos deste transtorno, com sintomas variados, por isso, a escolha recaiu sobre a sua modalidade mais clássica que é o transtorno depressivo maior. A metodologia explorada escolhida é de ênfase qualitativa, através de uma revisão literária narrativa que, por meio das fontes bibliográficas disponíveis sobre o tema, especialmente produções científicas tanto históricas como recentes, a fim de constatar o modo em que abordam a aplicação da referida Teoria como tratamento para o transtorno depressivo. Constata-se que a depressão continua sendo uma doença em evidência, às vezes menosprezada e não tratada em modo eficaz, mas, uma vez que a TCC é uma abordagem que lida sobretudo com pensamentos e comportamentos, a sua aplicação ao transtorno depressivo maior pode ser associada em modo multidisciplinar, juntamente com fármacos e o devido acompanhamento de profissionais qualificados que, juntos, favorecerão o tratamento e o resgate da dignidade do paciente, em vistas a uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Teoria Cognitivo – Comportamental. Depressão. Contribuições.

ABSTRACT

This study aims to analyze the contributions of Cognitive-Behavioral Therapy (CBT) in patients with major depressive disorder. It starts from the premise that the number of patients with depression is currently increasing, and that there are several types of this disorder with varying symptoms; therefore, the choice fell on its most classic form, which is major depressive disorder. The chosen methodology is qualitative, through a narrative literature review that, using available bibliographic sources on the subject, especially historical and recent scientific productions, aims to ascertain how they address the application of this theory as a treatment for depressive disorder. It is evident that depression remains a prevalent illness, sometimes underestimated and not treated effectively. However, since CBT (Cognitive Behavioral Therapy) is an approach that deals primarily with thoughts and behaviors, its application to major depressive disorder can be multidisciplinary, alongside medication and proper monitoring by qualified professionals who, together, will promote treatment and restore the patient's dignity, leading to a better quality of life.

Keywords: Cognitive – Behavioral Theory. Depression. Contributions.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a OMS, o domínio de depressão na rede de atenção primária de saúde é 10,4%, sendo assim mais de 300 milhões de pessoas. Em casos mais graves, a depressão pode levar ao suicídio. Cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio a cada ano - sendo essa a segunda principal causa de morte entre pessoas com idade entre 15 e 29 anos. A depressão situa-se em 4º lugar entre as principais causas de ônus, respondendo por 4,4% dos ônus acarretados por todas as doenças durante a vida (OPAS; OMS, 2022).

Compete destacar que o termo “depressão” pode designar múltiplas categorias diagnósticas. Noutras palavras, na versão mais recente do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos mentais, o DSM-5 TR, existe uma série de transtornos depressivos, a saber: transtorno disruptivo de desregulação do humor, transtorno depressivo maior, transtorno depressivo persistente, transtorno disfórico pré-menstrual, transtorno depressivo induzido por substância medicamento, transtorno depressivo devido à outra condição médica, outro transtorno depressivo especificado, transtorno depressivo não especificado e transtorno do humor não especificado (APA, 2023). Por apresentar, a condição mais prevalente e clássica, conforme Monteiro e Deslandes (2021), o foco deste trabalho incidirá sobre o transtorno depressivo maior (TDM). Assim sendo, o termo “depressão” será empregado como sinônimo de TDM.

O Transtorno Depressivo Maior (TDM) é definido pela presença de episódio depressivo, único ou múltiplos, sem a presença de mania ou hipomania ao longo da vida. Um episódio depressivo é caracterizado por período distinto de, pelo menos, duas semanas de duração (embora a maioria dos episódios dure um tempo consideravelmente maior), envolvendo alterações no humor, na cognição, na psicomotricidade, na percepção dolorosa e nas funções neurovegetativas (HOFMANN, 2014).

De acordo com Donadon e Marback, a depressão tem o seu tratamento com fármacos prescritos pelo médico psiquiatra, os quais atuam nas condições biológico-físicas e químicas do paciente, no entanto, como ora já é um dado adquirido, se sabe que ela tem causa profundas que estão na psiquê da pessoa doente e que também necessitam ser conhecidas e tratadas. Nela, existem processos psicológicos no paciente que, se tratados indevidamente, serão cada vez mais presentes e recorrentes em ciclos de manutenção que se retroalimentam, sendo justamente ali que ingressa a psicologia com o seu ferramental terapêutico a fim de auxiliar no conhecimento dessas causas e processos e assim evitar a retroalimentação que leva às consequências extremas já citadas (DONADON; MARBACK 2022).

Segundo Barlow (2023), os estudos fundamentais nos apontam a psicoterapia como um caminho de tratamento para o transtorno depressivo maior, podendo ser usada de maneira isolada ou associada a outros métodos terapêuticos. Essa abordagem psicoterápica visa auxiliar os entes a desenvolverem instrumentos adaptativos para serem mais funcionais em suas vidas e enfrentarem efetivamente a depressão, aliviando os sintomas de fase ativa. Esse tipo de tratamento deve ser conduzido por profissionais adequadamente treinados com fidelidade a técnicas com eficácia comprovada. Uma vantagem desse tratamento, que difere da farmacoterapia, é que seus benefícios frequentemente persistem. Assim, melhora a qualidade de vida dos pacientes, principalmente após a terapia cognitivo-

comportamental (TCC). Portanto, ajuda a evitar futuras recidivas e a manter a resposta de tratamento favorável durante um longo período (BARLOW, 2023).

O célebre teórico Aaron Beck há aproximadamente 50 anos desenvolveu uma forma de psicoterapia, que inicialmente foi chamada de “terapia cognitiva”, sendo a mesma para depressão estruturada, de rápida duração voltada para o presente (BECK, 2022).

O adoecimento psiquiátrico não é um fato recente, a história apresenta inúmeros personagens que foram afetados em suas capacidades e faculdades mentais comprometendo os sucessos das suas carreiras e causando uma destruição nas suas atividades. Na vida das pessoas que compõem a grande massa da sociedade está sendo cada vez mais comuns encontrar pessoas que adoeceram e tiveram o curso normal das suas existências comprometido seriamente pelas doenças psiquiátricas e psicológicas, alguns associados a outros fatores como a falta de tratamento ou um preconceito exagerado levando ao descaso ou falta de tratamento adequado, quando não às consequências extremas como a morte precoce ou autoextermínio (CINTRA; CORREIA; NAKAO, 2019).

Em sua classificação como “essencial” seria decorrente de eventos traumáticos, com duração variável (de horas a meses) deixando a pessoa praticamente sujeita a toda forma de adoecimento dado o impacto da falta de elaboração psíquica, gerando um comprometimento da sua vida cotidiana (GUERSOLA; BECKER, 2020).

A teoria cognitivo-comportamental é apontada como um modelo consistente, (HOFMANN, 2014), contudo não envolve apenas uma única abordagem. Como citado anteriormente a teoria TCC está em evolução passando por mudanças conforme se amplia o conhecimento, sendo mais fácil compreendê-la como uma disciplina científica em amadurecimento ao invés de um conjunto de técnicas específicas de tratamento, uma possível evidência é o esplêndido compromisso com o empreendimento científico e a brecha para traduzir e integrar novos achados empíricos sobre a psicopatologia em um modelo funcional da teoria cognitivo comportamental do transtorno, no presente artigo evidenciaremos o transtorno depressivo maior.

Assim, a pergunta norteadora deste trabalho é: Quais são as contribuições da teoria cognitivo-comportamental no tratamento de pacientes com transtorno depressivo maior? Com base nisso temos por objetivo identificar na literatura especializada quais as contribuições da teoria cognitivo-comportamental em pacientes com depressão.

2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura de cunho qualitativo. (ROTHER, 2007) As revisões são publicações amplas com a função de argumentar o desenvolvimento de um assunto sob entendimentos diferentes. Esse tipo de estudo constitui basicamente da investigação da literatura publicada em artigos científicos, livros, na interpretação e análise crítica do autor, com o objetivo de permitir ao leitor um maior aprofundamento a partir da compreensão de um definido tema (ROTHER, 2007)

Para tal revisão, foi realizada uma busca por artigos, livros, manuais. As buscas ocorreram no período de 22 de fevereiro à 30 de maio de 2023, e as palavras-chave utilizadas na busca foram: transtorno depressivo maior, teoria cognitivo-comportamental, depressão, psicoterapia, paciente, ciclos de manutenção, métodos e técnicas.

Como critério de inclusão dos materiais literários neste estudo, utilizamos as publicações mais recentes (preferencialmente dos últimos 10 anos), tendo em vista a evolução de pesquisas em Teoria Cognitivo-comportamental e no transtorno depressivo maior – depressão, revisitando também os clássicos em teoria cognitivo comportamental Aaron Beck e Judith Beck. Além disso, incluíram-se apenas artigos e livros disponibilizados em português. Como critérios de exclusão, foram dispensados conteúdos de outra língua bem com aqueles que não tinham relação direta com o tema proposto do trabalho.

Após ser realizada a busca e aplicados os critérios de inclusão e exclusão foram selecionados um total de 12 materiais, que se realizou uma análise cautelosa que estão resumidos em uma tabela. O resumo foi organizado de forma a apresentar a estrutura dos trabalhos em tópicos, compostos por: nome do autor, ano de publicação, formato do material e principais resultados obtidos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Transtorno Depressivo Maior - Depressão

A depressão é um transtorno comum, mas sério, que interfere na vida cotidiana, capacidade de trabalhar, dormir, estudar, comer e aproveitar a vida. É despertada por uma aliança de fatores genéticos, biológicos, ambientais e psicológicos (OPAS; OMS, 2022). Em outras palavras outros autores caracterizam a depressão um transtorno mental caracterizado por alterações cognitivas, afetivas, neurovegetativa, causando inúmeros prejuízos vindo a afetar nas atividades domésticas, profissionais e até mesmo um gravíssimo risco de morte precoce (suicídio) (DONADON; MARBACK 2022). Transtorno Depressivo Maior (TDM), também conhecido de Depressão Unipolar, é definido pela presença de episódio depressivo, único ou múltiplos, sem a presença de mania ou hipomania ao longo da vida (PATROCÍNIO, 2019).

Dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que a depressão deve se tornar a doença mais comum do mundo, atingindo mais pessoas do que qualquer outro problema de saúde, incluindo doenças cardíacas e câncer, a depressão será também a doença que mais gerará custos econômicos e sociais para os governos, devido aos gastos com tratamento para a população e às perdas de produção. (OMS - 2009). Existe o risco de diagnosticar equivocadamente o transtorno bipolar como depressão unipolar devido à importância da depressão na apresentação do transtorno bipolar I (APA, 2023).

Vale ressaltar ainda que existe um conjunto de sintomas e sinais tais como a tristeza, o medo, a raiva, contudo sendo emoções capazes de se apresentar em algum momento da vida, tendo que lhe dar

com as mesmas apenas como um sentimento não vindo a ser uma depressão (GUERSOLA; BECKER, 2020). Além das reduções prescritas pela depressão, é frequente a presença de comorbidades psiquiátricas, sendo as mais comuns os transtornos de pânico, obsessivo-compulsivo, de ansiedade social e de abuso ou dependência de álcool (DONADON; MARBACK 2022).

Sendo assim de acordo com o (APA, 2023) cinco ou mais dos sintomas permanecerem ativas durante o mesmo período de duas semanas e retratam uma mudança em relação ao procedimento antecedente; sendo um dos sintomas humor deprimido ou perda de interesse ou prazer. Sendo o humor deprimido em grande parte do dia, por vários dias, retratando subjetivamente (por exemplo: vazio, sem esperança, sentimento de tristeza) ou análise feita por outras pessoas (por exemplo: parece chorosa). Perda de peso significativa sem nenhum tipo de dieta. Agitação ou retardo psicomotor com frequência. Sintomas de inutilidade ou culpabilidade rotineiramente. Capacidade reduzida de pensar ou se concentrar, ou indecisão quase todos os dias. Pensamentos recorrentes de morte (não apenas medo de morrer), ideação suicida recorrente sem um plano específico, ou tentativa de suicídio ou plano específico para cometer suicídio.

3.2 A Teoria Cognitivo - Comportamental, Historicidade e Métodos

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é reconhecida por auxiliar pacientes no aprendizado de novos padrões de pensamento e comportamento. A terapia cognitiva ressalta a importância de examinar a percepção das pessoas sobre seus conhecimentos (MARTINS, 2012). A TCC como modelo cognitivo sugere que o pensamento disfuncional sendo este comum a todos os transtornos psicológicos (BECK, 2022).

Em meados da década de 1950 o Dr. Beck que era um psicanalista certificado; em que seus pacientes realizavam associações livres em um divã em paralelo ele as eludcia, Beck percebeu a necessidade de validar experimentalmente na tentativa que a escola de psicoterapia fosse reconhecida pela comunidade científica. No início de década de 1960, Beck resolve testar o conceito psicanalítico de que a depressão é decorrente da batalha voltada contra si mesmo (BECK, 2022).

Nas mais diversas formas da TCC a partir do modelo de Beck, o tratamento está pautado em uma formulação cognitiva: crenças mal - adaptativas, as estratégias comportamentais e a manutenção dos fatores que constituem um transtorno específico (BECK, 2022).

A terapia cognitivo-comportamental sendo uma configuração psicoterapia baseada epistemologicamente empírica da psicologia. Abrangendo métodos específicos e não específicos, com comprovação em evidências com base em pensamentos, emoções, comportamentos.

A TCC vem sendo muito pesquisada e investigada nos dias contemporâneos na tentativa de melhoria no manejo com pacientes com Transtorno Depressivo Maior, e seus desenredo têm se exposto eficientes e positivos, direcionando os pacientes a regularem o humor depressivo. O tratamento do TDM é baseado no entendimento individual do paciente, auxiliando na identificação de crenças específicas e padrões de comportamento, a fim de construir uma mudança cognitiva, gerando, assim, uma mudança

emocional e comportamental, reorganizando pensamentos e sistemas de crenças do próprio paciente (DONADON; MARBACK 2022).

4 DISCUSSÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DA TCC NO TRANSTORNO DEPRESSIVO MAIOR

Seguem as tabelas dos artigos e livros que contribuíram na construção do presente trabalho.

Quadro 1: Resultado de Pesquisa em Livros

ANO	AUTORES	TIPO DE TRABALHO
2020	Abreu; Abreu	Ativação comportamental na depressão – Livro
2022	Beck	Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática – Livro
2019	Cintra; Correia; Nakao.	Ciclos de manutenção em terapia cognitivo-comportamental – Capítulo de Livro
2022	Donadon; Marback	Transtorno depressivo maior - Capítulo de Livro
2020	Guersola; Becker	Terapia cognitivo-comportamental: estudos de casos desafiadores da prática clínica – Livro
2014	Hofmann	Introdução à terapia cognitivo-comportamental contemporânea - Livro

Fonte: Planilha elaborada a partir dos dados coletados pelo autor (2023).

Quadro 2: Resultado de Pesquisa em Artigos

ANO	AUTORES	TÍTULO DO ARTIGO	REVISTA
2019	Agostinho; Donadon; Bullamah.	Terapia cognitivo-comportamental e depressão: intervenções no ciclo de manutenção.	Revista Brasileira de Terapias Cognitivas 2019 •pp. 59-65
2017	Carneiro; Dobson.	Tratamento cognitivo-comportamental para depressão maior: uma revisão narrativa.	Revista Brasileira de Terapias Cognitivas 2017 •pp. 42-49
2019	Oliveira.	Eficácia da terapia cognitivocomportamental no tratamento da depressão: revisão integrativa	Revista Brasileira de Terapias Cognitivas 2019 •pp. 29-37

Fonte: Planilha elaborada a partir dos dados coletados pelo autor (2023).

O indivíduo com transtorno depressivo maior, pode ser dividido em leve, moderado ou grave. Costumeiramente no caso leve é exposto algumas objeções em atividade do cotidiano, trabalho, vida acadêmica, mas sem maiores prejuízos. No caso de grave é pouco provável que o indivíduo possa desempenhar com esmero tais atividades (GUERSOLA; BECKER, 2020).

A TCC vem demonstrando eficácia na prevenção de reincidência na fase mais leve e moderada da depressão, contudo é imprescindível estudos para avançar cada vez mais na eficácia em minimizar o adoecimento de pacientes mais graves com transtorno depressivo maior (OLIVEIRA, 2019).

No que compreende as questões cognitivas, contempla-se nos pacientes depressivos paradigmas de pensamentos e crenças negativas, sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre o futuro. Eles se exergam como incapazes, falhos, imperfeitos, duvidam de suas competências, autocrítica,

negação de si e dos outros. Abaixo apresentamos o modelo clássico da depressão apresentado por Aaron Beck pai da TCC, designamos como Tríade Cognitiva da Depressão (GUERSOLA; BECKER, 2020).

Elencamos alguns principais ciclos de manutenção da depressão da tentativa de identificar e contribuir o paciente com tais comportamentos, destacamos os pensamentos automáticos, ruminação e autocrítica, humor e emoção, evitação e esquiva, comportamentos disfuncionais, ativação comportamental, exercícios físicos. Os Pensamentos automáticos que periodicamente são negativos, Exemplo: “Ele nunca gostou de mim de verdade” (CINTRA; CORREIA; NAKAO, 2019). Os pensamentos automáticos são um fluxo de pensamentos que coexiste com um fluxo de pensamentos mais manifestos (BECK, 1964).

Na parte significativa do tempo, quase não temos sapiência desses pensamentos, embora com apenas um pouco de exercícios possamos facilmente trazê-los à consciência. Quando tomamos consciência de nossos pensamentos, podemos automaticamente fazer uma análise da realidade para ver se não estamos padecendo de disfunção psicológica (BECK, 2022). Os pensamentos automáticos específicos contribuem para uma ponderação cognitiva mal-adaptativa da situação ou do evento, levando a uma resposta emocional (HOFMANN, 2014).

Podemos perceber a ruminação sobre o aborrecimento com o namoro, sempre diante de uma relação em que demanda as mesmas atividades, sem nenhum estímulo diferente (ABREU; ABREU, 2020). do computador, era incompatível com a realização das tarefas. Observação de pensamentos e crenças automáticas disfuncionais: Ao fixar seus pensamentos disfuncionais, o paciente pôde encontrar de forma mais clara seus padrões de pensamento e incluir melhor o quanto determinados comportamentos são atravessados de forma expressiva em suas cognições e seu humor (AGOSTINHO; DONADON; BULLAMAH, 2019).

As emoções são de importância fundamental na TCC, afinal um dos objetivos do tratamento é auxiliar os pacientes a se sentirem melhor diminuindo a emoção negativa e potencializando a emoção positiva, reconhecendo cada uma delas, vale ressaltar o cuidado no que é pensamento automático já mencionado anteriormente das emoções, em que o indivíduo pode sentir algum tipo de emoção negativa, tendo o cuidado para não tornar excessivo demais (BECK, 2022).

A técnica da TCC da psicoeducação, que satisfaz um papel importante tendo um direcionamento em inúmeros aspectos, seja sobre as inferências do comportamento, seja sobre a composição de crenças, valores, emoções e sua influência na vida dos pacientes (DONADON; MARBACK 2022). A psicoeducação é um instrumento central da TCC que normalmente encontra – se na fase inicial de todo tratamento. Sendo de suma importância que o paciente tenha conhecimento prévio de seu estado clínico, bem como sobre o modelo cognitivo que elucida seus problemas, de tal modo a manutenção deles. Um dos objetivos é o ganho da aceitação e autocompaixão, em contrapartida da negação e autosabotagem excessiva, favorecendo o engajamento no tratamento (GUERSOLA; BECKER, 2020).

Resaltando a conversão dos processos de manutenção comuns dos quadros depressivos, o tratamento comum em Depressão na Terapia Cognitivo-Comportamental costumeiramente integra as

seguintes metas: alterar o viés negativo e promover um panorama mais real adaptando-se de si mesmo, dos que estão ao redor e do posterior, restabelecer o nível de atividade que o paciente tinha antes da depressão, potencializando a interação e técnicas na resolução de problemas (GUERSOLA; BECKER, 2020).

A ativação comportamental (AC) é um tratamento proposto por psicólogos cognitivos comportamentais como forma de investigar resultados de efetividade similares à da TCC tradicional, tem por modelo os princípios do condicionamento operante e considera que a depressão deve ser conceitualizada a partir do contexto da pessoa e entendida como uma série de ações e comportamentos que ocorrem em um ambiente. Podendo ser iniciada logo nas primeiras sessões em pacientes com transtorno depressivo maior, para avaliar o nível de comprometimento, habilidades como por exemplo: administrar o tempo (CINTRA; CORREIA; NAKAO, 2019).

Predisposições de esquiva representam um papel fundamental na persistência do transtorno mental. Técnicas de aceitação e exposição podem atingir de modo direto e empírico dos comportamentos de esquiva e, assim, impossibilitar o ciclo positivo de feedback que leva à manutenção do transtorno (HOFMANN, 2014). A queixa e os pedidos de ajuda são esquivas passivas bastante prevalentes no repertório depressivo (ABREU; ABREU, 2020). Sendo comum que pessoas deprimidas evitem pessoas, se isolem, ou até mesmo desistam de realizar suas atividades (DONADON; MARBACK 2022).

É sugerido um planejamento de atividades semanais (PAS) como formar de ativar a capacidade desses pacientes deprimidos, onde é possível avaliar o nível de atividade real do paciente: avaliar o seu comprometimento com atividades rotineiras, organizar o tempo do paciente, atividades que promovam a ideia de realização e prazer. Recomenda-se ainda que o preenchimento se dê quando ocorre tais atividades para que não haja um eventual esquecimento, podendo ser atividades consideradas simples desde dar uma volta no quarteirão até mesmo abrir o portão de casa. Tendo em vista o estágio depressivo de tais pacientes vale a pena atribuir uma nota de 0 a 10 para tais atividades associando assim ao prazer e realização delas (CINTRA; CORREIA; NAKAO, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos propostos e da análise da literatura especializada, pode-se inferir que, apesar dos grandes avanços da sociedade, a depressão ainda é vista como aquilo que o senso comum chama de “tristeza”, não levando em conta as condições físicas, biológicas de cada indivíduo no modo de lidar (encarar) com o transtorno depressivo maior (depressão), não podendo assim relativizar, o sujeito pode sim ter momento de tristeza, solidão e não necessariamente está num estágio depressivo.

Os estudos sobre a compreensão da depressão crescem a cada dia, como foi possível apresentar aquilo que os estudiosos desde de Beck até os mais contemporâneos como André Moreno com as mais diversas contribuições a partir do olhar da Teoria Cognitivo Comportamental (TCC), examinar a literatura especializada possibilitou uma análise de como era o tratamento (único) no caso da depressão e como hoje é possível outras formas de tratamento, ressaltando a multidisciplinariedade entre o uso de

produtos fármacos através do médico psiquiatra por exemplo, até o manejo clínico do psicólogo nas mais diversas contribuições de tratamento no resgate do paciente com depressão.

De modo geral, a investigação demonstrou que não é raro o preconceito e muitas vezes a não informação sobre o que é um paciente em estado depressivo, sem sobra de dúvidas foi possível responder com a pesquisa realizada a resposta à motivação inicial do trabalho que foi tentar responder minimamente: Quais são as contribuições da teoria cognitivo comportamental no tratamento de pacientes com transtorno depressivo maior? Pesquisando manejos a luz da TCC no tratamento de pacientes depressivos, a partir da Ativação Comportamental, Psicoeducação, Emoção entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, P. R.; ABREU, J. H. dos S. S. **Ativação comportamental na depressão**. Barueri: Manole, 2020.
- AGOSTINHO, T. F.; DONADON, M. F.; BULLAMAH, S. K. Terapia cognitivo-comportamental e depressão: intervenções no ciclo de manutenção. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 12, n. 1, p. 59-65, 2019.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: dsm-5-tr**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- BARLOW, D. H. **Manual clínico dos transtornos psicológicos: tratamento passo a passo**. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- BECK, J. S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.
- CARNEIRO, A. M.; DOBSON, K. S. Tratamento cognitivo-comportamental para depressão maior: uma revisão narrativa. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 12, n. 1, p. 42-49, 2017.
- CINTRA, A. D. dos R.; CORREIA, S. K. B.; NAKAO, F. de O. E. Intervenções nos processos de manutenção da depressão. In: NICOLETTI, Ê. A.; DONADON, M. F. (org). **Ciclos de manutenção em terapia cognitivo-comportamental: formulação de caso, plano de tratamento e intervenções específicas**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2019. Cap. 3. p. 67-93.
- DONADON, M. F.; MARBACK, R. F. Transtorno depressivo maior. In: MORENO, A. L.; MELO, W. V. (org). **Casos clínicos em saúde mental: diagnóstico e indicação de tratamentos baseados em evidências**. Porto Alegre: Artmed, 2022. p. 17-30.
- GUERSOLA, A. T. C.; BECKER, P. L. Transtorno Depressivos. In: SILVA, J. V. A.; SCHUTZ, N. T. (org). **Terapia cognitivo-comportamental: estudos de casos desafiadores da prática clínica**. Curitiba: Juruá, 2020. Cap. 3. p. 37-57.
- HOFMANN, S. G. **Introdução à terapia cognitivo-comportamental contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- MARTINS, A. L. **O livro da psicologia**. São Paulo: Globo, 2012.
- MELEIRO, A. M. A. da S. **Psiquiatria estudos fundamentais**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
- OLIVEIRA, Antoniel Campos. Eficácia da terapia cognitivocomportamental no tratamento da depressão: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 15, n. 1, p. 29-37, 2019.
- OPAS; OMS. **Depressão**. 2022.

PATROCÍNIO, M. C. A. **Psicofarmacologia e psiquiatria geral:** para graduandos e generalistas. Fortaleza: Edunichristus, 2019.

Capítulo 5
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA
POTENCIALIZADORA DA EDUCAÇÃO MAKER
Lucimeire Pereira Coelho

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA POTENCIALIZADORA DA EDUCAÇÃO MAKER

Lucimeire Pereira Coelho

Master of Science in Emergent Technologies in Education

MUST University

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir de que modo a inteligência artificial pode atuar como ferramenta potencializadora da educação maker, favorecendo ambientes de aprendizagem mais personalizados, criativos, colaborativos e eficazes. Parte-se da compreensão de que as transformações tecnológicas do século XXI exigem práticas pedagógicas centradas no protagonismo discente, na construção ativa do conhecimento e na resolução de problemas. Nesse contexto, a cultura maker, fundamentada na experimentação prática e na filosofia do “faça você mesmo”, apresenta-se como estratégia pedagógica alinhada às competências contemporâneas. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, com base em autores que discutem tanto os fundamentos da educação maker quanto as aplicações da inteligência artificial na educação. Os resultados indicam que a integração entre inteligência artificial e educação maker amplia as possibilidades pedagógicas por meio da personalização da aprendizagem, da tutoria inteligente, da gamificação e da análise de dados educacionais, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI e para a inovação dos ambientes educacionais.

Palavras-chave: Educação Maker. Inteligência Artificial. Aprendizagem Ativa. Tecnologias Digitais.

ABSTRACT

This article aims to discuss how artificial intelligence can act as a tool to enhance maker education, favoring more personalized, creative, collaborative, and effective learning environments. It is based on the understanding that the technological transformations of the 21st century demand pedagogical practices centered on student protagonism, active knowledge construction, and problem solving. In this context, maker culture, grounded in hands-on experimentation and the “do it yourself” philosophy, emerges as a pedagogical strategy aligned with contemporary competencies. The methodology adopted is bibliographic in nature, based on authors who address the foundations of maker education and the applications of artificial intelligence in education. The analysis indicates that the integration between artificial intelligence and maker education expands pedagogical possibilities through personalized learning, intelligent tutoring, gamification, and educational data analysis, contributing to the development of essential 21st-century skills and to innovation in educational environments.

Keywords: Maker Education. Artificial Intelligence. Active Learning. Digital Technologies.

1 INTRODUÇÃO

A educação tem acompanhado as transformações sociais, tecnológicas e econômicas do século XXI, exigindo das instituições escolares novas formas de ensinar e aprender. Nesse cenário, ganham relevância propostas pedagógicas que valorizam a aprendizagem ativa, criativa e significativa, entre as quais se destaca a educação maker. Fundamentada na cultura do *Do It Yourself* (DIY) e na experimentação prática como meios de construção do conhecimento. Esses ambientes configuram-se como espaços de aprendizagem nos quais os estudantes têm a oportunidade de transformar ideias em projetos concretos, articulando teoria e prática de forma significativa e contextualizada.

Paralelamente, a inteligência artificial (IA) tem se consolidado como uma das tecnologias mais impactantes da contemporaneidade, oferecendo possibilidades para a personalização do ensino, a análise de dados educacionais, a tutoria inteligente e a criação de ambientes interativos de aprendizagem. Ao permitir que sistemas computacionais aprendam com dados, reconheçam padrões e ofereçam respostas adaptativas, a IA amplia consideravelmente as estratégias pedagógicas disponíveis aos educadores e favorece o acompanhamento mais individualizado das trajetórias de aprendizagem.

A integração entre a cultura maker e a IA representa, portanto, uma oportunidade de potencializar práticas pedagógicas inovadoras, ampliando as possibilidades de criação, experimentação e desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI. Essa aproximação mostra-se relevante porque reúne duas dimensões centrais da educação contemporânea: a aprendizagem pela criação e o uso inteligente de dados para apoiar decisões pedagógicas. Ao unir a aprendizagem prática e colaborativa característica dos espaços maker com a capacidade analítica e adaptativa da inteligência artificial, cria-se um ambiente educacional mais responsivo, personalizado e dinâmico.

Diante desse contexto, esse estudo tem como objetivo discutir como a inteligência artificial pode atuar como ferramenta potencializadora da educação maker, promovendo ambientes de aprendizagem mais personalizados, criativos, colaborativos e eficazes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Blikstein *et al.*, (2020), Costa Júnior *et al.*, (2023), Figueiredo *et al.*, (2023) e Tavares *et al.*, (2020), que abordam os fundamentos da cultura maker e as aplicações da IA na educação.

Para atingir esse objetivo, no primeiro momento será discutida a educação maker como estratégia pedagógica centrada na construção ativa do conhecimento, destacando suas bases conceituais, os espaços maker e o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI. Na sequência, será analisado como a inteligência artificial pode potencializar esses

ambientes, ampliando as possibilidades pedagógicas por meio da personalização da aprendizagem, da tutoria inteligente, da gamificação e da análise de dados educacionais, evidenciando a integração entre IA e cultura maker como caminho promissor para a inovação educacional.

2 EDUCAÇÃO MAKER E A CONSTRUÇÃO ATIVA DO CONHECIMENTO

O movimento maker, originado nos Estados Unidos no início dos anos 2000 com a publicação da Make Magazine, fundamenta-se na filosofia do “faça você mesmo” e na valorização da aprendizagem prática e colaborativa (Junior *et al.*, 2023). Ao ser incorporado ao contexto educacional, esse movimento dá origem à educação maker, uma abordagem que rompe com o modelo tradicional centrado na memorização e coloca o estudante como protagonista do processo de aprendizagem.

Os makerspaces, espaços equipados com ferramentas manuais, digitais e tecnológicas, tornam-se ambientes propícios à experimentação, à criatividade e à resolução de problemas reais. Conforme Costa Junior *et al.*, (2023), esses espaços permitem que os alunos transformem ideias em projetos concretos, desenvolvendo pensamento crítico, colaboração e autonomia. Nesses ambientes, a tecnologia não é apenas um recurso complementar, mas parte estruturante do processo de criação e aprendizagem.

Blikstein *et al.*,(2020), destacam que a presença das tecnologias digitais nos espaços maker amplia significativamente as possibilidades de construção do conhecimento, não apenas como instrumentos auxiliares, mas como elementos centrais do processo criativo. Impressoras 3D, cortadoras a laser, softwares de programação e prototipagem digital expandem o repertório dos estudantes e favorecem a interdisciplinaridade.

Nesse contexto, começam a emergir recursos baseados em inteligência artificial que ampliam ainda mais essas possibilidades. Ferramentas de IA podem auxiliar na modelagem de protótipos, na simulação de testes, na programação assistida e na análise de desempenho dos projetos desenvolvidos pelos estudantes (Costa Júnior *et al.*, 2023). Isso significa que o estudante não apenas constrói, mas recebe apoio inteligente durante todo o processo de criação.

Além das habilidades técnicas, a cultura maker favorece o desenvolvimento de soft skills e competências socioemocionais, como empatia, comunicação e trabalho em equipe. Essa abordagem dialoga diretamente com as competências propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), que valoriza a criatividade, a resolução de problemas e o protagonismo do estudante.

A incorporação de tecnologias inteligentes nesses ambientes contribui para personalizar as experiências de aprendizagem, respeitando o ritmo e as necessidades individuais dos alunos, ao mesmo tempo em que fortalece a aprendizagem colaborativa (Figueiredo *et al.*, 2023). A IA pode sugerir trilhas de aprendizagem, indicar ajustes nos projetos e oferecer feedbacks imediatos, tornando o processo mais eficiente e significativo.

Costa Junior *et al.*, (2023), ressaltam que esses ambientes favorecem o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI, como pensamento crítico, colaboração, autonomia e criatividade. A utilização de ferramentas tecnológicas, incluindo recursos de inteligência artificial, potencializa esse processo ao permitir feedbacks mais rápidos, simulações mais realistas, testes virtuais e maior interação entre estudantes, projetos e conhecimentos (Tavares *et al.*, 2020).

Assim, a educação maker configura-se como uma estratégia pedagógica potente para a construção do conhecimento de forma individual e coletiva, preparando os estudantes para contextos complexos e incertos. Ao integrar tecnologias digitais e recursos de inteligência artificial, esses ambientes tornam-se ainda mais dinâmicos, interativos e alinhados às demandas contemporâneas da educação.

3 A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO POTENCIALIZADORA DA APRENDIZAGEM NOS AMBIENTES MAKER

A inteligência artificial pode ser compreendida como um conjunto de tecnologias capazes de realizar tarefas tradicionalmente associadas à inteligência humana, como aprendizado, raciocínio e tomada de decisão (Gomes, 2010, citado por Figueiredo *et al.*, 2023). No contexto dos espaços maker, essa capacidade amplia as possibilidades de acompanhamento, criação e experimentação pedagógica.

Segundo Costa Júnior *et al.*, (2023), a IA aplicada à educação permite a criação de ambientes de aprendizagem personalizados e adaptativos, nos quais algoritmos analisam o desempenho dos estudantes, identificam lacunas de conhecimento e oferecem recursos sob medida. Em um contexto maker, isso significa que cada estudante pode receber orientações específicas para o desenvolvimento de seus projetos, respeitando seu ritmo e estilo de aprendizagem.

A teoria da tutoria inteligente, conforme (Woolf, 2008, como citado em Costa Júnior *et al.*, 2023), reforça essa perspectiva ao demonstrar que sistemas baseados em IA podem fornecer feedback imediato e personalizado, estimulando a metacognição e a autorregulação da aprendizagem.

Tavares *et al.*, (2020), apontam que a IA pode ser aplicada por meio de aprendizagem adaptativa, sistemas de recomendação, mundos virtuais, gamificação e mineração de dados educacionais. Essas aplicações tornam o ambiente maker ainda mais dinâmico, interativo e motivador, pois permitem simulações complexas, desafios personalizados e acompanhamento contínuo do progresso do estudante.

A gamificação baseada em IA cria simulações e desafios que estimulam a criatividade e a resolução de problemas de forma lúdica. Já os assistentes virtuais inteligentes auxiliam os estudantes com tutoriais, orientações em tempo real e acesso a comunidades de aprendizagem colaborativa, ampliando a autonomia discente.

Além disso, diferentes abordagens de IA, baseadas em regras, aprendizado de máquina, redes neurais, algoritmos genéticos e lógica fuzzy, permitem análises sofisticadas do processo de aprendizagem, considerando não apenas respostas corretas, mas também criatividade, processos de pensamento e habilidades socioemocionais (Costa Júnior *et al.*, 2023).

Figueiredo *et al.*, (2023), destacam que a IA também auxilia os professores a identificarem necessidades individuais dos alunos, oferecendo subsídios para intervenções pedagógicas mais precisas. Dessa forma, a tecnologia atua como apoio ao educador, e não como substituta.

A integração entre IA e educação maker, favorece diretamente o desenvolvimento das chamadas competências do século XXI: criatividade, pensamento crítico, colaboração, comunicação e resolução de problemas. A personalização da aprendizagem permite que cada estudante avance no seu ritmo, enquanto a cultura maker promove a aprendizagem coletiva, fortalecendo o protagonismo discente.

Apesar das potencialidades, o uso da IA exige atenção a questões éticas, como transparência dos algoritmos, proteção de dados, imparcialidade e desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes sobre o uso da tecnologia. A formação docente é essencial para que a IA seja utilizada de forma pedagógica, consciente e crítica.

Assim, a IA não apenas complementa a cultura maker, mas a potencializa, tornando os ambientes de aprendizagem mais inteligentes, personalizados e alinhados às demandas contemporâneas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste artigo permite compreender que a integração entre a educação maker e a inteligência artificial representa um caminho promissor para a inovação pedagógica nas instituições educacionais. Os achados indicam que essa articulação não deve

ser compreendida apenas como soma de ferramentas tecnológicas, mas como possibilidade de reorganizar práticas pedagógicas em torno da criação, da experimentação, da colaboração e do acompanhamento personalizado. A cultura maker, ao valorizar a experimentação, a criatividade e a aprendizagem colaborativa, configura-se como uma abordagem potente para o desenvolvimento de competências essenciais no contexto contemporâneo. Quando associada às potencialidades da inteligência artificial, essa abordagem ganha ainda mais força, pois passa a contar com recursos capazes de personalizar a aprendizagem, oferecer feedbacks imediatos, analisar dados educacionais e apoiar tanto estudantes quanto professores no processo de ensino e aprendizagem.

Observa-se que a IA não substitui o papel do educador, mas atua como ferramenta de apoio que amplia as possibilidades didáticas, favorecendo intervenções pedagógicas mais precisas e alinhadas às necessidades individuais dos estudantes. Além disso, a presença de tecnologias inteligentes nos espaços maker torna os ambientes mais dinâmicos, interativos e adaptativos, fortalecendo o protagonismo discente e a construção de conhecimentos significativos. Esse aspecto reforça que a inovação educacional depende da articulação entre tecnologia, intencionalidade pedagógica e mediação docente qualificada.

Entretanto, o uso da inteligência artificial na educação exige atenção a questões éticas, à formação docente e ao desenvolvimento do pensamento crítico sobre o uso das tecnologias. Desse modo, a IA somente potencializa a educação maker quando é utilizada de forma planejada, crítica e orientada por objetivos pedagógicos claros. Assim, conclui-se que a articulação entre educação maker e inteligência artificial contribui significativamente para a construção de ambientes de aprendizagem inovadores, criativos e alinhados às demandas do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLIKSTEIN, P.; VALENTE, J.; MOURA, É. M. de. Educação maker: Onde está o currículo? **Revista E-Curriculum**, v. 18, n. 2, p. 523-544, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

COSTA JÚNIOR, J. F. *et al.* O futuro da aprendizagem com a inteligência artificial aplicada à educação 4.0. **Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2023.

COSTA JÚNIOR, J. F. *et al.* A importância do espaço maker na escola. In: DUQUE, R. de C. S. *et al.* (Org.). **A cultura maker: E suas implicações no contexto educacional**. Editora Educação Transversal, 2023. p. 9-50.

FIGUEIREDO, L. de O. *et al.* Desafios e impactos do uso da inteligência artificial na educação. **Educação On-Line**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 44, e18234408, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36556/eol.v18i44.1506>. Acesso em: 5 jun. 2026.

TAVARES, L. A.; MEIRA, M. C.; AMARAL, S. F. do. Inteligência artificial na educação: Survey. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 48699-48714, 2020.

Capítulo 6
TECNOLOGIAS INTEGRADAS À SALA DE AULA:
DESAFIOS DO COTIDIANO E LIMITES DO USO
Ereci Onofre da Silva

TECNOLOGIAS INTEGRADAS À SALA DE AULA: DESAFIOS DO COTIDIANO E LIMITES DO USO

Ereci Onofre da Silva

Master of Science in Emergent Technologies in Education

MUST University

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a integração das tecnologias digitais no ambiente escolar, discutindo os desafios enfrentados pelos docentes no cotidiano e os limites que permeiam esse uso no processo de ensino-aprendizagem. A temática se insere em um cenário no qual a sociedade contemporânea é profundamente marcada pela presença das tecnologias digitais em praticamente todos os âmbitos da vida humana, impondo à escola a necessidade de ressignificar suas práticas pedagógicas. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de caráter qualitativo, tendo como base artigos científicos, livros e publicações acadêmicas nas áreas de educação e tecnologia, selecionados em bases de dados como Google Acadêmico, Scielo e periódicos especializados. Os resultados apontam que, apesar do avanço das tecnologias digitais e de sua presença crescente nas instituições de ensino, ainda existem barreiras significativas relacionadas à infraestrutura, à formação docente e ao uso pedagógico adequado dos recursos tecnológicos. Identificou-se, ainda, que desigualdades de acesso e a falta de políticas públicas consistentes comprometem a efetividade da integração tecnológica, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Conclui-se que a simples inserção de dispositivos tecnológicos na escola não garante melhoria na aprendizagem; é necessário um projeto pedagógico consistente, formação continuada dos professores e políticas públicas que sustentem essa transformação de forma equitativa e eficaz.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais. Educação. Formação Docente. Integração Tecnológica. Prática Pedagógica.

ABSTRACT

This study aims to analyze the integration of digital technologies in the school environment, discussing the challenges faced by teachers in their daily work and the limitations that permeate this use in the teaching-learning process. The theme is situated within a context where contemporary society is profoundly marked by the presence of digital technologies in practically all aspects of human life, imposing on schools the need to redefine their pedagogical practices. The methodology adopted was a qualitative literature review, based on scientific articles, books, and academic publications in the areas of education and technology, selected from databases such as Google Scholar, SciELO, and specialized journals. The results indicate that, despite the advancement of digital technologies and their growing presence in educational institutions, significant barriers related to infrastructure, teacher training, and the appropriate pedagogical use of technological resources still exist. It was also identified that inequalities in access and the lack of consistent public policies compromise the effectiveness of technological integration, especially in contexts of socioeconomic vulnerability. It can be concluded that simply introducing technological devices into schools does not guarantee improved learning; a consistent pedagogical project, ongoing teacher training, and public policies that support this transformation in an equitable and effective way are necessary.

Keywords: Digital Technologies. Education. Teacher Training. Technological Integration. Pedagogical Practice.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é profundamente marcada pela presença das tecnologias digitais em praticamente todos os âmbitos da vida humana. No campo educacional, essa realidade impõe desafios significativos, na medida em que as instituições de ensino são convocadas a incorporar ferramentas e metodologias que dialoguem com o perfil dos estudantes do século XXI, denominados frequentemente como nativos digitais (Prensky, 2001). Contudo, a integração tecnológica na sala de aula vai muito além da simples disponibilização de dispositivos; ela demanda planejamento pedagógico, formação continuada dos professores e condições estruturais adequadas.

Nesse contexto, a disciplina EDU 670, Tecnologia Baseada em Computador na Sala de Aula, evidencia a necessidade de uma análise crítica e fundamentada sobre o papel das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Compreender tanto as potencialidades quanto os limites dessas ferramentas é essencial para que educadores possam fazer escolhas conscientes e eficazes em suas práticas pedagógicas (Valente, 2014).

O objetivo deste estudo é analisar os desafios cotidianos e os limites do uso das tecnologias integradas à sala de aula, com base em revisão bibliográfica de caráter qualitativo. O trabalho está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico que discute a relação entre tecnologia e educação; em seguida, abordam-se os principais desafios e limitações identificados na literatura; e, por fim, são tecidas as considerações finais.

Esta pesquisa adotou como metodologia a revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, realizada a partir de artigos científicos, livros acadêmicos e publicações especializadas nas áreas de educação e tecnologia, selecionados em bases de dados como Google Acadêmico, Scielo e periódicos da área de informática na educação.

2 TECNOLOGIAS INTEGRADAS À SALA DE AULA: FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS

A relação entre tecnologia e educação não é recente. Desde o advento do rádio e da televisão educativos, passando pelas salas de informática dos anos 1990 e chegando às plataformas digitais do século XXI, a escola tem sido constantemente desafiada a ressignificar suas práticas diante das inovações tecnológicas. Para Kenski (2012), a tecnologia e a educação estão intimamente ligadas, pois cada época histórica é marcada por formas específicas de comunicar e transmitir o conhecimento, e a escola precisa acompanhar essas transformações.

Com a popularização da internet e dos dispositivos móveis, o acesso à informação tornou-se praticamente ilimitado, o que alterou de forma significativa o papel do professor e do

estudante no processo educativo. O docente deixa de ser o único detentor do saber e passa a atuar como mediador e curador do conhecimento, enquanto o aluno torna-se mais ativo em sua aprendizagem (Moran, Masetto & Behrens, 2013). Nesse novo cenário, as tecnologias digitais podem potencializar o engajamento dos estudantes, facilitar o acesso a conteúdos diversificados e promover experiências de aprendizagem mais dinâmicas e colaborativas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) brasileira, homologada em 2018, reforça essa perspectiva ao incluir a competência digital entre as dez competências gerais da educação básica. O documento propõe que os estudantes desenvolvam habilidades para utilizar as tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética (Brasil, 2018). Esse reconhecimento oficial da importância da cultura digital no currículo escolar representa um avanço importante, mas também impõe responsabilidades às escolas e aos professores.

2.1 Desafios Cotidianos da Integração Tecnológica

Apesar do reconhecimento de que as tecnologias podem enriquecer o processo educativo, sua integração efetiva na sala de aula enfrenta inúmeros obstáculos no dia a dia escolar. Um dos desafios mais recorrentes na literatura é a questão da infraestrutura. Muitas escolas brasileiras ainda carecem de conectividade adequada, de equipamentos em bom estado de funcionamento e de suporte técnico eficiente. Segundo pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2022), embora a presença de computadores nas escolas públicas tenha aumentado nos últimos anos, a qualidade da conexão e a manutenção dos equipamentos ainda são pontos críticos que comprometem o uso pedagógico das tecnologias.

Outro desafio fundamental refere-se à formação docente. A maioria dos professores em exercício não recebeu, em sua formação inicial, preparo suficiente para utilizar as tecnologias digitais de forma pedagogicamente significativa. Muitos dominam ferramentas básicas, como processadores de texto e apresentações de slides, mas encontram dificuldades para incorporar recursos mais complexos, como plataformas colaborativas, ambientes virtuais de aprendizagem e aplicativos educacionais (Valente, 2014). A formação continuada, quando existe, nem sempre é suficientemente prática ou contextualizada às realidades específicas de cada escola.

Há também o desafio da resistência cultural. Parte dos educadores, especialmente aqueles com trajetórias mais longas na profissão, pode demonstrar resistência à adoção de novas tecnologias por razões que vão desde o desconforto com o novo até preocupações legítimas sobre os impactos dessas ferramentas na disciplina, na atenção dos alunos e na qualidade das interações em sala de aula. Essa resistência não deve ser ignorada ou simplesmente descartada; ao contrário, precisa ser acolhida e trabalhada por meio de estratégias de formação que

valorizem a experiência docente e promovam reflexão crítica sobre o uso das tecnologias (Kenski, 2012).

2.2 Limites do Uso das Tecnologias em Contexto Escolar

Além dos desafios de ordem prática, o uso das tecnologias na sala de aula apresenta limites que precisam ser compreendidos criticamente. O primeiro deles diz respeito à ilusão da neutralidade tecnológica. Todo recurso tecnológico carrega em si determinadas lógicas, valores e interesses que precisam ser questionados. Aplicativos educacionais desenvolvidos por grandes empresas de tecnologia, por exemplo, podem priorizar o engajamento superficial e a gamificação em detrimento de processos reflexivos e aprofundados de aprendizagem (Moran et al., 2013).

Outro limite importante refere-se à desigualdade de acesso. O uso de tecnologias na educação pode, paradoxalmente, aprofundar desigualdades sociais quando não é acompanhado de políticas públicas que garantam acesso igualitário a dispositivos e conectividade. Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica muitas vezes não dispõem de equipamentos adequados ou de conexão estável à internet em casa, o que compromete sua participação em atividades que dependem dessas condições (CGI.br, 2022). A pandemia de COVID-19 escancarou esse abismo digital, evidenciando que a transição para o ensino remoto impactou de forma desigual alunos de diferentes contextos socioeconômicos.

Há ainda os limites relacionados à própria natureza da aprendizagem. Tecnologias digitais não substituem a relação humana que está no centro do processo educativo. O vínculo afetivo entre professor e aluno, a escuta ativa, o acolhimento das dificuldades individuais e o diálogo são dimensões pedagógicas que as máquinas não podem reproduzir. Nesse sentido, a tecnologia deve ser compreendida como meio, e não como fim em si mesma. Como bem argumenta Valente (2014, p. 141), "a tecnologia por si só não muda a educação; ela apenas potencializa o que o professor e o projeto pedagógico já propõem".

Por fim, é preciso considerar os riscos associados ao uso inadequado das tecnologias, como o cyberbullying, a disseminação de desinformação, a exposição a conteúdos inapropriados e a violação da privacidade. A escola tem papel fundamental na promoção de uma cultura de cidadania digital, orientando os estudantes sobre direitos, deveres e comportamentos responsáveis no ambiente online (Ribeiro & Silva, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar os desafios cotidianos e os limites do uso das tecnologias integradas à sala de aula, evidenciando que a questão é complexa e multidimensional. A revisão bibliográfica realizada confirma que as tecnologias digitais têm potencial significativo para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, desde que sejam integradas de forma intencional, planejada e sustentada por sólida formação docente e por políticas públicas comprometidas com a equidade educacional.

Conclui-se que a transformação tecnológica da educação não se resume à aquisição de equipamentos ou ao acesso à internet; ela exige uma mudança cultural profunda nas escolas, que coloque a aprendizagem e o desenvolvimento humano integral no centro de toda decisão pedagógica. Recomenda-se que investigações futuras aprofundem a análise de práticas concretas de integração tecnológica bem-sucedidas, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social, onde os desafios são ainda mais agudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018.

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC Educação 2022: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras**. São Paulo: Cetic.br, 2022.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. **On the Horizon**, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.

RIBEIRO, A. E.; SILVA, L. M. Educação, práticas digitais e novos riscos em rede. *In*: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA (WIE), CBIE, 2019. **Anais [...]**. SBC, 2019.

VALENTE, J. A. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. **Educar em Revista**, n. 4, p. 79-97, 2014.

Capítulo 7
METODOLOGIAS ATIVAS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS
PELO DOCENTE
Yorrana Martins Ferreira

METODOLOGIAS ATIVAS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO DOCENTE

Yorrana Martins Ferreira

Master of Science in Emergent Technologies in Education

MUST University

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade construir uma visão entre as metodologias ativas e os desafios enfrentados pelo docente no século XXI. Para isso, se faz necessário compreender as mudanças ocorridas no cenário educacional ao longo dos anos em relação a forma como a educação é desenvolvida no ambiente escolar, do ensino tradicional ao ensino com uso de metodologias ativas. Constata-se então, que o perfil do aluno também ocorreu mudança, pois o discente atual é totalmente inserido em informações a todo momento e muito facilmente perde-se a concentração caso tal assunto não seja do seu interesse, por isso o uso das metodologias ativas é um instrumento a favor do professor. No trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica com várias leituras e pesquisas aprofundadas para referências teóricas, desde os textos apresentados ao longo do curso a sites de pesquisa referentes ao tema proposto. As metodologias ativas procuram proporcionar situações de aprendizagem para que os alunos possam colocar conhecimentos em práticas, pensem e entendam conceitos, criem saberes e soluções de situações problemas, além de incentivarem o trabalho coletivo, compartilhando feedbacks sobre as ações e claro trazendo o seu protagonismo para a cena educacional. Contudo, pode-se concluir que evidentemente há uma necessidade de um olhar mais cuidadoso para a preparação dos docentes para a formação continuada e claro, um investimento maior por parte das instituições sejam públicas por parte do Estado ou de instituições privadas, para que os profissionais da educação consigam se atualizar com as novas práticas educacionais.

Palavras-chave: Metodologias Ativas. Práticas Educacionais. Ensino-Aprendizagem. Docente.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to build a vision between active methodologies and the challenges faced by teachers in the 21st century. To do this, it is necessary to understand the changes that have taken place in the educational scenario over the years in relation to the way education is developed in the school environment, from traditional teaching to teaching using active methodologies. The profile of the student has also changed, as today's student is totally immersed in information at all times and very easily loses concentration if the subject is not of interest, which is why the use of active methodologies is an instrument in favor of the teacher. A bibliographical review was carried out with various readings and in-depth research for theoretical references, from the texts presented throughout the course to research sites relating to the proposed topic. Active methodologies seek to provide learning situations so that students can put knowledge into practice, think about and understand concepts, create knowledge and solutions to problems, as well as encouraging collective work, sharing feedback on actions and, of course, bringing their. However, it can be concluded that there is clearly a need for a more careful look at preparing teachers for continuing education and, of course, greater investment on the part of institutions, whether public or private, so that education professionals can keep up to date with new educational practices.

Keywords: Active Methodologies. Educational Practices. Teaching and Learning. Teacher.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade construir uma visão entre as metodologias ativas e os desafios enfrentados pelo docente no século XXI. Para isso, se faz necessário compreender as mudanças ocorridas no cenário educacional ao longo dos anos em relação a forma como a educação é desenvolvida no ambiente escolar, do ensino tradicional ao ensino com uso de metodologias ativas.

Para esse propósito, foi construída uma revisão bibliográfica com várias leituras e pesquisas aprofundadas para referências teóricas, desde os textos apresentados ao longo do curso a sites de pesquisa referentes ao tema proposto. Ante o exposto, é notório que na educação atual há uma necessidade de que o aluno esteja no centro do processo de ensino-aprendizagem onde o docente tornar-se um mediador e facilitador desse cenário, promovendo que o aluno se engaja no processo de conhecimento.

Diante disso, nota-se que o progresso na área educacional proporcionou que o docente caminhasse no mesmo sentido, não ficando estagnado em um ensino arcaico e desatualizado. À medida que os alunos têm mais contato com uso das tecnologias seu grau de atenção torna-se cada vez mais limitado e as aulas na visão deles, tornam-se desinteressantes e monótonas. Nessa percepção o docente tem acesso a novas metodologias que podem trazer o grau de interesse e protagonismo do discente na construção do processo de ensino-aprendizagem.

Nota-se que na atualidade, é exigido que os professores de maneira geral, dominem todas as novas funcionalidades tecnológicas e usem todas as metodologias ativas presentes para que o aluno chegue ao entendimento de determinados conteúdos e consiga ser um cidadão crítico e atuante na sociedade, porém os docentes enfrentam muitas dificuldades principalmente na aceitação das mudanças da maneira de ensinar e lacunas na formação e possibilidade de capacitação continuada. Assim como explicita, Kenski:

Precisamos agora refletir mais profundamente sobre as novas práticas docentes e reconhecer as fragilidades técnicas e operacionais do ambiente de trabalho, ter consciência que a sociedade contemporânea exige uma educação para todos, que o governo está equipando as escolas cada vez mais para sua informatização e que está havendo uma reformulação na formação dos professores, porém o essencial ainda precisa ser feito, que é a conscientização sobre as fragilidades emocionais e tecnológicas de cada docente e de cada instituição que ainda está longe de estar imersa, realmente, no contexto tecnológico (Kenski, 2015).

Ante o exposto, fica evidente que há uma necessidade de um olhar mais cuidadoso para a preparação dos docentes para a formação continuada e claro, um investimento maior por parte

das instituições sejam públicas por parte do Estado ou de instituições privadas, para que os profissionais da educação consigam se atualizar com as novas práticas educacionais.

Logo, compreende-se que a formação continuada é uma ferramenta essencial para que os profissionais da educação possam dominar com êxito o uso das metodologias ativas e proporcionar aulas que se tornem cada vez mais atrativas e tragam o aluno para o centro do protagonismo educacional. Porém, é necessário frisar sobre a saúde do profissional da educação que anda debilitada pelas altas demandas e a falta de infraestrutura nas escolas. Esse olhar é primordial para um bom ambiente escolar tanto para o professor quanto para o aluno.

Sendo assim, é fulcral salientar que um ensino das metodologias ativas proporciona um maior aprendizado e gera um interesse bem maior por parte dos alunos para compreender os conteúdos apresentados pelo professor e nesse artigo serão apresentados algumas dessas práticas com intuito de incentivar os docentes a utilizarem e proporcionarem momentos mais interativos e inovadores para suas aulas, deixando sempre o aluno como o grande protagonista da proposta. Dessa maneira convido a ter uma boa leitura e reflexão sobre o tema aqui exposto com o intuito de abrir para novas práticas pedagógicas.

2 METODOLOGIAS ATIVAS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO DOCENTE

Nota-se que o ensino tradicional principalmente no século XX, foi o grande direcionador no sistema educacional focado totalmente no conteúdo e tendo o professor como o único responsável para o processo de ensino-aprendizagem em relação ao discente.

Consoante a isso, em Melhor Escola (2024), versa que:

Uma escola tradicional, ou seja, que utiliza essa linha pedagógica, parte do princípio que um aluno crítico e criativo é resultado de uma bagagem de conhecimentos adquiridos. Desse modo, o estudante não é considerado um sujeito ativo no processo de aquisição de conhecimento, mas alguém que deve aprender com o professor, este sim, figura central no processo de ensino e aprendizado. Por isso, as aulas costumam ser expositivas - quando o professor expõe o conteúdo para todos os alunos de um mesmo modo -, com bastante teoria e exercícios para reforçar e sistematizar a memorização do conteúdo.

Ao serem analisadas as características do ensino tradicional podemos perceber que com a chegada do século XXI juntamente com os avanços tecnológicos e com o novo perfil de aluno que está em constante contato com as novas tecnologias, as metodologias educacionais tinham que avançar no sentido de fazer com que o aluno pudesse estar mais interessado e focado no seu processo de ensino-aprendizagem.

Com a pandemia da Covid-19 o mundo educacional passou por mudanças significativas, tanto docentes quanto discentes tiveram que ser inseridos em uso de tecnologias que antes não havia profundos conhecimentos e com esse grande passo não teve como voltar ao ensino de fato focado no tradicional.

Constata-se então, que o perfil do aluno também ocorreu mudança, pois o discente atual é totalmente inserido em informações a todo momento e muito facilmente perde-se a concentração caso tal assunto não seja do seu interesse, por isso o uso das metodologias ativas é um instrumento a favor do professor.

As metodologias ativas procuram proporcionar situações de aprendizagem para que os alunos possam colocar conhecimentos em práticas, pensem e entendam conceitos que fazem, criem saberes e soluções de situações problemas, além de incentivarem o trabalho coletivo, compartilhando feedbacks sobre as ações e claro trazendo o seu protagonismo para a cena educacional. Essas ações trazem o aluno para trabalhar sua autonomia, a problematização da realidade e sua criatividade. Logo, o papel do professor é mediar, facilitar e direcionar o discente para que este possa se engajar e focar no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, o professor pode trabalhar com os alunos a dramatização que está inserida em diversas áreas, principalmente a de artes cênicas. A representação teatral pode-se ser gerada a partir de um tema ou conteúdo a qual o professor esteja ou vai trabalhar em sala. Dessa maneira essa ação proporcionará o trabalho criativo e em equipe, estimulando os alunos a trabalharem sua capacidade de pensar, organizar e planejar. Logo, é um instrumento que pode propiciar momentos de descontração, alegria e interatividade.

Já o “design thinking é uma metodologia inspirada em como os designers fazem para resolver problemas, propondo soluções que se baseiam nas necessidades das pessoas e nos contextos, desfazendo a visão associada ao design como desenvolvimento de produtos esteticamente diferenciados. ” (Rocha, como citado em Bacich & Morán, 2018). Essa metodologia estimula a inteligência coletiva, incentiva as várias formas de pensar sobre o futuro buscando a solução de problemas em diferentes perspectivas, trazendo a criatividade e o próprio aluno como o grande transformador do processo de elaboração dessa mudança.

Ressalta-se que o design thinking, estimula a empatia, o otimismo e mais uma vez o trabalho em equipe que é tão importante em uma geração onde grande parte dos jovens gostam de viver isolados e sem muito contato com outras pessoas, exatamente pelo consumo desfreado do uso das tecnologias trazendo males do século XXI como ansiedade e depressão.

Ainda trazendo as metodologias ativas como instrumento educacional, o professor pode desenvolver a apresentação de seminários com o intuito de aprimorar as competências no

âmbito discursivo, argumentativo e crítico, além de incentivar a participação deles no processo de planejamento para as apresentações de forma espontânea e criativa. Nessa perspectiva, o docente fará a separação de temas que foram ou serão estudadas, no sentido de aprofundamento dos conteúdos, estimulando assim o aluno na produção do conhecimento.

Na sequência outra maneira de estimular o processo de memorização, organização, resumo e compreensão, são a elaboração de mapas mentais conceituais que ajudam a concentrar informações de um determinado assunto a ser estudado de uma maneira lúdica e com uma visualização melhor do conteúdo a ser aprendido. A tarefa pode parecer simples, porém ajuda ao aluno também a associar sentidos com pequenas palavras chaves como se fosse um brainstorm (tempestade de ideias).

Sobretudo, tantas atividades diferentes e criativas também se fazem necessário que o docente esteja preparado para estimular e desenvolver as propostas da melhor maneira possível. Porém, sabe-se que falta incentivos para os profissionais da educação terem a possibilidade de realizarem cursos de capacitação continuada no intuito de enriquecer não somente o currículo profissional, mas obviamente o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Muitos profissionais não têm de fato, condições financeiras para executar cursos com os temas propostos. Cada instituição cobra do professor maneiras diferentes para as aulas serem lecionadas, porém poucas oferecem formações pedagógicas voltadas para essas questões apresentadas, deixando a cargo do profissional sozinho no progresso da sua própria formação continuada.

Na sequência pode-se mencionar a falta de infraestrutura das escolas, principalmente as públicas que não oferecem ambientes adequados, internet e materiais pedagógicos tecnológicos para o aprimoramento e execução das aulas. Sem insumos há uma grande dificuldade em realizar o trabalho com excelência.

Vale ressaltar que as questões emocionais interferem diretamente na realização do trabalho docente e isso pode estar ligado a diversos fatores desde a baixa remuneração de uma maneira geral, em grande parte do nosso país; a falta de valorização do trabalho do professor que o leva a adoecer nos aspectos físicos e psicológicos, chegando muitas vezes ao Burnout. Segundo a reportagem da CNN Brasil em 2023, aproximadamente um terço dos professores sofre da síndrome de Burnout de acordo com estudo feito na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Dentre os fatores mencionados, a pesquisa indica que a violência nas escolas e pressão por resultados interfere no trabalho saudável.

Portanto, a partir dos problemas mencionados acima e do bom interesse obviamente das instituições e do Estado, a possibilidade para melhorar ou diminuir essas questões sociais, seria

a possibilidade de uma reflexão sobre a prática e a integração da teoria e a prática, claro tendo um olhar mais cuidadoso principalmente aos professores que trabalham na linha de frente do cenário educacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, levando em consideração todos os pontos abordados neste trabalho, buscou-se refletir sobre o uso das metodologias ativas e os desafios enfrentados pelo docente, compreendendo-se a relevância das práticas pedagógicas ativas com o intuito de promover a autonomia, criatividade, desenvolvimento crítico, argumentativo, verbal, empático e claro, a possibilidade de saber trabalhar em equipe no intuito de cooperação e colaboração. Dessa forma, direcionando o discente no centro do processo de ensino-aprendizagem sendo o protagonista na construção do seu conhecimento.

Contudo, é importante salientar que o docente enfrenta diversos desafios que o impossibilitam de exercer com excelência o seu trabalho desde: investimentos na capacitação contínua, violência nas escolas, falta de infraestrutura, baixa remuneração, problemas emocionais e doenças. Entretanto, com um olhar mais cuidadoso por parte das instituições e do próprio Estado o professor pode sim conseguir, ser de fato o mediador e facilitador por meio das metodologias ativas, do bom e criativo processo de ensino-aprendizagem para possibilitar o crescimento do aluno de uma maneira leve e lúdica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CNN BRASIL. **Síndrome de burnout atinge um a cada três professores infantis**, aponta estudo. 2023.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2015. E-book.

MELHOR ESCOLA. **Pedagogia tradicional**: confira como é o método de ensino mais comum do Brasil. 2024.

MUNHOZ, A. S. **Aprendizagem Ativa via Tecnologias**. Curitiba: InterSaberes, 2019. E-book.

ROCHA, J. Design Thinking na formação de professores: novos olhares para os desafios da educação. *In*: BACICH, L.; MORÁN, J. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. E-book.

Capítulo 8
AS MÍDIAS DIGITAIS E A INCLUSÃO DE ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
Ereci Onofre da Silva

AS MÍDIAS DIGITAIS E A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Ereci Onofre da Silva

Master of Science in Emergent Technologies in Education

MUST University

RESUMO

A inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar tem se tornado uma das principais discussões no campo educacional contemporâneo, especialmente diante do avanço das tecnologias digitais e da ampliação do acesso às mídias digitais no contexto escolar. O presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição das mídias digitais para a inclusão de estudantes com deficiência no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em artigos científicos, livros e documentos publicados entre os anos de 2019 e 2025. O trabalho discute a importância das tecnologias digitais como ferramentas capazes de favorecer acessibilidade, comunicação, participação e autonomia dos estudantes com deficiência. Além disso, aborda os desafios relacionados à formação docente, infraestrutura tecnológica e desigualdade de acesso aos recursos digitais. Os resultados evidenciam que as mídias digitais, quando utilizadas de maneira planejada e inclusiva, contribuem significativamente para a aprendizagem, interação social e desenvolvimento educacional dos estudantes, promovendo práticas pedagógicas mais acessíveis e democráticas. Conclui-se que a utilização das tecnologias digitais no contexto educacional deve estar associada a metodologias inclusivas e à formação continuada dos professores, garantindo maior efetividade no processo de inclusão escolar.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Mídias Digitais. Tecnologia Educacional. Deficiência. Aprendizagem.

ABSTRACT

The inclusion of students with disabilities in the school environment has become one of the main discussions in contemporary education, especially due to the advancement of digital technologies and the expansion of access to digital media in schools. This study aims to analyze the contribution of digital media to the inclusion of students with disabilities in the teaching and learning process. The research is characterized as a qualitative bibliographic review based on scientific articles, books and documents published between 2019 and 2025. The study discusses the importance of digital technologies as tools capable of promoting accessibility, communication, participation and autonomy for students with disabilities. In addition, it addresses challenges related to teacher training, technological infrastructure and unequal access to digital resources. The results show that digital media, when used in a planned and inclusive manner, significantly contribute to learning, social interaction and educational development, promoting more accessible and democratic pedagogical practices. It is concluded that the use of digital technologies in education must be associated with inclusive methodologies and continuous teacher training in order to ensure greater effectiveness in the process of school inclusion.

Keywords: School Inclusion. Digital Media. Educational Technology. Disability. Learning.

1 INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias digitais transformou significativamente as formas de comunicação, interação e produção do conhecimento na sociedade contemporânea. No contexto educacional, as mídias digitais passaram a ocupar espaço relevante nas práticas pedagógicas, contribuindo para novas possibilidades de ensino e aprendizagem. Nesse cenário, a inclusão de estudantes com deficiência ganhou maior visibilidade, principalmente pela necessidade de garantir acessibilidade, participação e igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

A utilização das mídias digitais na educação inclusiva representa um importante recurso para favorecer o desenvolvimento cognitivo, social e comunicacional dos estudantes com deficiência. Ferramentas digitais, softwares educativos, aplicativos acessíveis, plataformas virtuais e recursos multimídia podem contribuir para a adaptação das atividades pedagógicas e para a ampliação do acesso ao conhecimento. Segundo Moran (2020), as tecnologias digitais possibilitam práticas mais dinâmicas, interativas e centradas no estudante, favorecendo processos de aprendizagem mais significativos.

Além disso, as políticas públicas educacionais brasileiras têm reforçado a importância da inclusão escolar e da acessibilidade tecnológica nas instituições de ensino. A Base Nacional Comum Curricular destaca a necessidade do desenvolvimento de competências digitais, bem como da utilização crítica e ética das tecnologias no processo educativo (Brasil, 2018).

Entretanto, apesar dos avanços tecnológicos e legais, ainda existem desafios relacionados à inclusão digital e educacional dos estudantes com deficiência. Dificuldades envolvendo formação docente, infraestrutura escolar, acesso à internet e adaptação de recursos tecnológicos ainda limitam a efetividade das práticas inclusivas em muitas instituições de ensino.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a contribuição das mídias digitais para a inclusão de estudantes com deficiência na educação, discutindo potencialidades, desafios e possibilidades pedagógicas relacionadas ao uso das tecnologias digitais no contexto escolar. A metodologia utilizada baseia-se em revisão bibliográfica qualitativa, fundamentada em estudos publicados entre 2019 e 2025.

2 AS MÍDIAS DIGITAIS E A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO

A inclusão escolar busca garantir o acesso, a permanência e a participação de todos os estudantes no ambiente educacional, respeitando as diferenças e promovendo igualdade de

oportunidades. Nesse contexto, as tecnologias digitais assumem papel importante na construção de práticas pedagógicas mais acessíveis e inclusivas.

Segundo Bacich e Moran (2021), as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de personalização do ensino, permitindo que os estudantes aprendam de maneiras diferentes, de acordo com suas necessidades e potencialidades. Para estudantes com deficiência, esses recursos podem favorecer a autonomia, a comunicação e a participação nas atividades escolares.

As mídias digitais incluem diferentes ferramentas e recursos tecnológicos, como computadores, tablets, aplicativos, plataformas digitais, jogos educativos, vídeos, leitores de tela e softwares de comunicação alternativa. Esses recursos possibilitam adaptações pedagógicas que contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem e para a redução de barreiras educacionais.

No caso de estudantes com deficiência visual, por exemplo, os leitores de tela, audiobooks e aplicativos de descrição de imagens favorecem o acesso às informações e conteúdos escolares. Já para estudantes com deficiência auditiva, recursos como legendas automáticas, vídeos em Libras e plataformas visuais contribuem para ampliar a comunicação e compreensão dos conteúdos.

Além disso, estudantes com transtorno do espectro autista, deficiência intelectual e dificuldades de comunicação podem se beneficiar de aplicativos interativos, jogos educativos e recursos audiovisuais que tornam o processo de aprendizagem mais significativo e motivador. Conforme apontam Silva e Almeida (2022), a utilização de tecnologias assistivas e mídias digitais promove maior engajamento e participação dos estudantes nas atividades escolares.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de flexibilização das práticas pedagógicas. O uso das mídias digitais permite diversificar estratégias de ensino, respeitando diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Essa flexibilidade favorece o desenvolvimento de uma educação mais democrática e inclusiva.

2.1 A Mediação Pedagógica e o Papel do Professor na Educação Inclusiva Digital

Embora as tecnologias digitais sejam importantes ferramentas para inclusão escolar, seu uso isolado não garante práticas pedagógicas inclusivas. O papel do professor continua sendo essencial na mediação da aprendizagem e na organização de estratégias que favoreçam a participação de todos os estudantes.

Segundo Kenski (2021), a integração das tecnologias digitais à educação exige mudanças nas práticas docentes e no planejamento pedagógico. O professor deixa de ocupar

apenas a função de transmissor do conhecimento e passa a atuar como mediador, orientador e facilitador da aprendizagem.

Na educação inclusiva, essa mediação torna-se ainda mais importante, pois o docente precisa compreender as necessidades específicas dos estudantes e selecionar recursos tecnológicos adequados às suas condições de aprendizagem. Dessa forma, o uso das mídias digitais deve estar associado a práticas pedagógicas que promovam acessibilidade, interação e participação.

A formação continuada dos professores também é um elemento fundamental nesse processo. Muitos profissionais ainda enfrentam dificuldades relacionadas ao uso pedagógico das tecnologias digitais e às estratégias de inclusão escolar. Conforme destaca Lima (2023), a ausência de formação adequada pode limitar o potencial das tecnologias na promoção da aprendizagem inclusiva.

Além disso, o professor precisa desenvolver sensibilidade para compreender que a inclusão não se resume apenas ao acesso físico ou tecnológico, mas envolve participação ativa, valorização das diferenças e construção de ambientes acolhedores. Nesse sentido, o uso das mídias digitais deve favorecer a autonomia e o protagonismo dos estudantes.

Outro fator importante refere-se ao planejamento pedagógico inclusivo. A utilização das tecnologias deve estar alinhada aos objetivos educacionais e às necessidades da turma, evitando o uso apenas mecânico ou descontextualizado dos recursos digitais. Quando utilizadas de forma crítica e planejada, as mídias digitais tornam-se importantes aliadas na construção de aprendizagens significativas.

2.2 Desafios da Inclusão Digital de Estudantes com Deficiência

Apesar dos avanços relacionados à inclusão escolar e às tecnologias digitais, ainda existem diversos desafios que dificultam a efetivação de práticas inclusivas nas instituições de ensino.

Um dos principais desafios está relacionado à desigualdade de acesso às tecnologias. Muitas escolas públicas ainda apresentam limitações de infraestrutura, acesso precário à internet e ausência de recursos tecnológicos adaptados para estudantes com deficiência. Segundo dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2023), a exclusão digital continua sendo um problema significativo no contexto educacional brasileiro.

Outro desafio refere-se à formação docente insuficiente para utilização das tecnologias digitais na educação inclusiva. Muitos professores não receberam preparação adequada para trabalhar com tecnologias assistivas, plataformas acessíveis e metodologias digitais inclusivas.

Essa realidade pode gerar insegurança e dificuldades no desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Além disso, existem desafios relacionados à adaptação dos materiais didáticos e das plataformas digitais. Nem todos os recursos educacionais disponíveis são acessíveis para estudantes com deficiência visual, auditiva ou intelectual, o que limita a participação e aprendizagem desses estudantes.

A resistência às mudanças pedagógicas também pode dificultar a implementação das mídias digitais na educação inclusiva. Em alguns contextos escolares, ainda predominam práticas tradicionais centradas na transmissão de conteúdos e na padronização das atividades, reduzindo as possibilidades de inovação e inclusão.

Outro aspecto importante envolve a necessidade de maior participação das famílias e da comunidade escolar no processo de inclusão digital. O acompanhamento familiar e o diálogo entre escola e família são fundamentais para fortalecer o desenvolvimento educacional dos estudantes com deficiência.

Mesmo diante dessas dificuldades, é importante reconhecer que as tecnologias digitais oferecem inúmeras possibilidades para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, desde que sejam utilizadas de forma planejada, acessível e comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes.

2.3 Possibilidades Pedagógicas das Mídias Digitais na Educação Inclusiva

As mídias digitais podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. O uso de vídeos educativos, jogos digitais, plataformas colaborativas, recursos audiovisuais e tecnologias assistivas amplia as formas de acesso ao conhecimento e favorece diferentes experiências de aprendizagem.

Uma das principais possibilidades pedagógicas das mídias digitais está relacionada à personalização do ensino. Os recursos digitais permitem adaptar conteúdos, atividades e estratégias de acordo com as necessidades específicas dos estudantes, favorecendo maior autonomia e participação.

Os jogos digitais educativos, por exemplo, podem estimular habilidades cognitivas, atenção, memória e resolução de problemas de forma lúdica e motivadora. Para estudantes com deficiência, esses recursos contribuem para tornar a aprendizagem mais dinâmica e significativa.

As plataformas virtuais de aprendizagem também possibilitam ampliar a comunicação entre professores e estudantes, favorecendo o acesso aos conteúdos em diferentes formatos,

como vídeos, textos, imagens e áudios. Essa diversidade de linguagens contribui para atender diferentes perfis de aprendizagem.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da interação social. As tecnologias digitais favorecem atividades colaborativas, troca de experiências e participação coletiva, contribuindo para o desenvolvimento das relações interpessoais e da inclusão social dos estudantes.

Conforme destacam Oliveira e Santos (2024), a integração das mídias digitais às práticas pedagógicas inclusivas fortalece o protagonismo estudantil e amplia as oportunidades de aprendizagem. Entretanto, para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário investimento em infraestrutura, acessibilidade e formação docente.

Dessa forma, percebe-se que as mídias digitais possuem potencial significativo para contribuir com a inclusão de estudantes com deficiência na educação. Contudo, seu uso precisa estar associado a práticas pedagógicas inclusivas, planejamento adequado e compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mídias digitais representam importantes ferramentas para a promoção da inclusão de estudantes com deficiência no contexto educacional contemporâneo. Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que os recursos tecnológicos contribuem para ampliar a acessibilidade, favorecer a comunicação, estimular a participação e promover aprendizagens mais significativas e inclusivas.

Também foi possível perceber que a utilização das tecnologias digitais na educação inclusiva exige planejamento pedagógico, formação docente e investimentos em infraestrutura e acessibilidade. Assim, conclui-se que as mídias digitais, quando utilizadas de forma crítica, planejada e inclusiva, podem contribuir significativamente para a construção de uma educação mais democrática, participativa e acessível para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre, RS: Penso, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias digitais nas escolas brasileiras**. São Paulo, SP: CGI.br, 2023.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus, 2021.

LIMA, R. S. Formação docente e tecnologias digitais na educação inclusiva. **Revista Educação e Inclusão**, v. 9, n. 2, p. 45-60, 2023.

MORAN, J. **Metodologias ativas e modelos híbridos na educação**. São Paulo, SP: Educacional, 2020.

OLIVEIRA, T. C.; SANTOS, M. A. Tecnologias digitais e inclusão escolar: desafios e possibilidades na educação contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 12, n. 1, p. 88-104, 2024.

SILVA, P. R.; ALMEIDA, J. L. Tecnologias assistivas e aprendizagem inclusiva no contexto escolar. **Revista Educação e Tecnologia**, v. 15, n. 3, p. 112-129, 2022.

Capítulo 9
TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS E O PAPEL DO PROFESSOR
Yorrana Martins Ferreira

TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS E O PAPEL DO PROFESSOR

Yorrana Martins Ferreira

Master of Science in Emergent Technologies in Education

MUST University

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade construir uma visão sobre as Tendências Educacionais e o papel do professor no século XXI. Para isso, se faz necessário compreender as mudanças ocorridas no cenário educacional ao longo dos anos em relação a forma como a educação é desenvolvida no ambiente escolar, do ensino tradicional ao ensino com uso do E-learning. Constata-se então, que o perfil do aluno também ocorreu mudança, pois o discente atual cresceu ao meio das novas tecnologias e traz uma nova reflexão sobre o papel de fato do professor nesse cenário de transição a qual as tendências educacionais com seus processos de aprendizagem não podem ser negadas e muito menos esquecidas. No trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica com várias leituras e pesquisas aprofundadas para referências teóricas, desde os textos apresentados ao longo do curso a sites de pesquisa referentes ao tema proposto. O Blended Learning e o Flipped classroom, permitem aprimorar a interação entre os estudantes e o professor, promovendo também um aprendizado construtivista e despertando a autonomia do discente. O professor tornar-se um grande mediador. Dessa forma, pode-se concluir que evidentemente que as tendências educacionais são importantes no processo de aprendizagem que considera os avanços tecnológicos como ferramentas pedagógicas que não substituem o professor, pelo contrário tornam-se um apoio essencial para o novo cenário educacional que está presente em grande parte das instituições escolares.

Palavras-chave: Tendências Educacionais. Professor. E-learning. Blended Learning. Flipped classroom.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to provide an overview of educational trends and the role of the teacher in the 21st century. To do this, it is necessary to understand the changes that have taken place in the educational scenario over the years in relation to the way education is developed in the school environment, from traditional teaching to teaching using e-learning. The profile of the student has also changed, as today's student has grown up in the midst of new technologies and is bringing a new reflection on the role of the teacher in this transition scenario in which educational trends and their learning processes cannot be denied, let alone forgotten. A bibliographical review was carried out with various readings and in-depth research for theoretical references, from the texts presented throughout the course to research sites on the proposed topic. Blended learning and the flipped classroom allow for improved interaction between students and the teacher, while also promoting constructivist learning and awakening student autonomy. The teacher becomes a great mediator. In this way, it can be concluded that it is clear that educational trends are important in the learning process that considers technological advances as pedagogical tools that do not replace the teacher, but on the contrary become an essential support for the new educational scenario that is present in most educational institutions.

Keywords: Educational Trends. Teacher. E-learning. Blended Learning. Flipped classroom.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade construir uma visão sobre as Tendências Educacionais e o papel do professor no século XXI. Para isso, se faz necessário compreender as mudanças ocorridas no cenário educacional ao longo dos anos em relação a forma como a educação é desenvolvida no ambiente escolar, do ensino tradicional ao ensino com uso do E-learning.

Para esse propósito, foi construída uma revisão bibliográfica com várias leituras e pesquisas aprofundadas para referências teóricas, desde os textos apresentados ao longo do curso a sites de pesquisa referentes ao tema proposto. Ante o exposto, é notório que na educação atual há uma necessidade de que o aluno esteja no centro do processo de ensino-aprendizagem onde o docente tornar-se um mediador e facilitador desse cenário, promovendo que o aluno se engaje no processo de conhecimento.

Diante disso, nota-se que o progresso na área educacional proporcionou que o docente caminhasse no mesmo sentido, não ficando estagnado em um ensino arcaico e desatualizado. À medida que os alunos têm mais contato com uso das tecnologias seu grau de atenção torna-se cada vez mais limitado e as aulas na visão deles, tornam-se desinteressantes e monótonas. Nessa percepção o docente tem acesso a novas metodologias que podem trazer o grau de interesse e protagonismo do discente na construção do processo de ensino-aprendizagem.

Nota-se que na atualidade, as tendências educacionais não são descartáveis, pelo contrário, proporcionam infinitas reflexões sobre o processo de aprendizagem em um mundo completamente diferente as quais foram escritas e amplamente debatidas. Assim como bem descreve Piaget:

o conhecimento não pode ser concebido como algo predeterminado desde o nascimento (inatismo), nem como resultado do simples registro de percepções e informações (empirismo): o conhecimento resulta das ações e interações do sujeito no ambiente em que vive. Todo conhecimento é uma construção que vai sendo elaborada desde a infância, por meio de interações do sujeito com os objetos que procura conhecer, sejam eles do mundo físico ou do mundo cultural. O conhecimento resulta de uma inter-relação do sujeito que conhece com objeto a ser conhecido (MOREIRA, 1999, p.75).

Ante o exposto, fica evidente que a construção do conhecimento se torna possível a partir do momento que o aluno tem contato com pares e o mundo externo, o que estimula o desenvolvimento social e traz uma adaptação biológica para o estudo das funções cognitivas.

Contudo, com os avanços tecnológicos que ocorreram nas últimas décadas a internet se tornou o mais novo centro de informações, conhecimentos e desinformações ao mesmo tempo,

aonde notícias chegam de forma rápida encurtando distâncias e tornando públicos fatos que antes eram restritos a Estados ou nações. Logo, a forma de aprendizado caminhou junto na era da internet, blogs, vídeos, canais tornaram-se fonte de acesso à educação, não ainda de forma democratizada, porém trazendo uma nova possibilidade de conhecimento e assim temos o E-learning, significa aprendizagem eletrônica. De acordo com o conceito no Gupy Blog:

Ele consiste em um aprendizado não presencial, fundamentado em pilares tecnológicos, como plataformas de ensino online. É o caso do ensino a distância, que tem se popularizado bastante devido ao atual cenário em que vivemos. Atualmente, o e-learning funciona por meio de um ambiente virtual de aprendizagem, utilizando as ferramentas e os recursos de uma plataforma digital, especialmente em termos de distribuição de conteúdos, gestão e comunicação (GUPY BLOG, 2024).

Constata-se então, que o perfil do aluno também ocorreu mudança, e traz uma nova reflexão sobre o papel de fato do professor nesse cenário de transição a qual as tendências educacionais com seus processos de aprendizagem não podem ser negadas e muito menos esquecidas, porém associadas aos avanços tecnológicos que expressam o futuro da educação.

Sendo assim, convido a ter uma boa leitura e reflexão sobre o tema aqui exposto com o intuito de abrir para novas práticas pedagógicas que são importantes para cenário atual da educação mundial.

2 TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS E O PAPEL DO PROFESSOR

Nota-se que o ensino tradicional principalmente no século XX, foi o grande direcionador no sistema educacional focado totalmente no conteúdo e tendo o professor como o único responsável para o processo de ensino-aprendizagem em relação ao discente.

Consoante a isso, em Melhor Escola (2024), versa que “Uma escola tradicional, ou seja, que utiliza essa linha pedagógica, parte do princípio que um aluno crítico e criativo é resultado de uma bagagem de conhecimentos adquiridos”. Ao serem analisadas as características do ensino tradicional podemos perceber que com a chegada do século XXI juntamente com os avanços tecnológicos e com o novo perfil de aluno que está em constante contato com as novas tecnologias, as metodologias educacionais tinham que avançar no sentido de fazer com que o aluno pudesse estar mais interessado e focado no seu processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, o papel do professor na era digital é ser um facilitador que possa guiar os alunos através do processo de aprendizagem digital, assim como analisar as informações para personalizar a experiência educacional, adaptando abordagens pedagógicas para maximizar o potencial das novas tecnologias educacionais.

Entretanto para que isso de fato ocorra, é necessário que os instrumentos sejam fornecidos para os docentes para que possam realizar um trabalho de excelência com o intuito de mesclar um equilíbrio entre as atividades ditas como tradicionais com as atividades inovadoras tecnológicas. O processo precisa ser uma via de mão dupla, trazendo obviamente o aluno para o protagonismo do aprendizado.

Vygotsky nos traz uma importante reflexão quando menciona que as crianças aprendem e evoluem com distintas pessoas e ambientes, trazendo sua teoria do desenvolvimento cognitivo. Na perspectiva do e-learning, por exemplo, podemos destacar que as interações colaborativas, que são facilitadas por meio de plataformas digitais, como fóruns incentivam a mediação e apoio entre os pares, e o professor é o mediador desse processo. A distância não é necessariamente um empecilho para que as trocas de conhecimento aconteçam, pelo contrário, a diversidade cultural traz um interessante debate para agregar ideias.

Já Wallon nos apresenta as experiências afetivas que contribuem para a formação de habilidades sociais e instiga a aprender a lidar com conflitos de forma construtiva. Logo, podemos compreender que nos ambientes digitais os conteúdos interativos, criativos, motivadores e socialmente relevantes trazem esse lugar de aprendizado de uma forma diferente e instigante.

Na sequência Piaget acredita que a autonomia promove um processo fundamental no desenvolvimento intelectual e moral, que deve ser estimulada na educação. Sendo assim, em plataformas digitais elas podem inspirar atividades de autoaprendizagem baseadas em desafios e descobertas, além de promoverem a responsabilidade e a flexibilidade de realizar as tarefas no momento oportuno para o discente.

Em relação as novas tendências ligadas ao E-Learning que como sabemos é um ambiente digital de aprendizado, podemos mencionar o Blended Learning, que é onde o estudo pode ser feito de forma híbrida, mesclando materiais on-line e aulas presenciais. Essa ferramenta ganhou destaque no ensino superior, “No ensino superior, a aceitação do modelo híbrido (b-learning) de educação como estratégia de aprendizagem válida e complementar, constitui já um importante passo perante o atual esforço em adequar o ensino às novas exigências do atual quadro econômico e da emergente necessidade de gestão do conhecimento” (Felipe & Orvalho, 2008, p. 216).

Contudo, atualmente é amplamente utilizada também no ensino básico, principalmente nos anos finais de Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Logo, essas ferramentas possibilitam uma maior autonomia dos alunos e de certa forma que ele pratique o aprendizado de maneira colaborativa. Muitas instituições utilizam as plataformas digitais como complementação de

aprendizado onde o material é disponibilizado de forma on-line, o qual pode ser aprofundado e discutido presencialmente.

Na sequência, também nos é apresentado o Flipped classroom, ou a famosa, sala de aula invertida que possibilita o acesso ao conteúdo da aula antes que ocorra. Esse método permite que os alunos desenvolvam o engajamento por meio do estudo teórico e na aula presencial serve para sanar dúvidas ou aplicar os conceitos apresentados. Assim, a definição de sala de aula invertida é aquela “é aquela que enfatiza o uso das tecnologias para o aprimoramento do aprendizado, de modo que o professor possa utilizar melhor o seu tempo em sala de aula em atividades interativas com seus alunos ao invés de gastá-lo, apenas apresentando conteúdo em aulas expositivas tradicionais (Barseghian, 2011).

Essas duas metodologias permitem aprimorar a interação entre os estudantes e o professor, promovendo também um aprendizado construtivista e despertando a autonomia do discente. O professor tornar-se um grande mediador, a qual as novas tecnologias educacionais permitem encontrar parcerias que desenvolvam o seu conhecimento pedagógico, tanto no on-line quanto no presencial.

Sobretudo, tantas atividades diferentes e criativas também se fazem necessárias que o docente esteja preparado para estimular e desenvolver as propostas da melhor maneira possível. Sendo assim é de extrema importância que ele seja o conhecedor desses instrumentos e se proponham a estar atualizado com essas novas tendências educacionais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, levando em consideração todos os pontos abordados neste trabalho, buscou-se refletir sobre as Tendências Educacionais e o papel do professor no século XXI, analisando juntamente as mudanças que ocorreram ao longo dos últimos tempos. Dessa forma, direcionando o professor como o mediador do ensino e o discente no centro do processo de ensino-aprendizagem sendo o protagonista na construção do seu conhecimento, possibilitando que ele possa ser mais autônomo e independente.

Portanto, as tendências educacionais consideradas tradicionais estão totalmente conectadas com as novas formas e práticas de ensino, pois tornam-se uma extensão do processo de aprendizagem que considera os avanços tecnológicos como ferramentas pedagógicas que não substituem o professor, pelo contrário tornam-se um apoio essencial para o novo cenário educacional que possibilita uma maior conectividade digital que são utilizadas para aprimorar a construção do conhecimento individual e coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARSEGHIAN, T. Three trends that define the future of teaching and learning. Mind/Shift, 2011.

GUPY. **Plataforma de e-learning:** o que é e como transformar o treinamento corporativo. Gupy Blog, 18 mar. 2021.

FILIPPE, A. J. M.; ORVALHO, J. G. Blended learning e aprendizagem colaborativa no ensino superior. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA, 7., 2008. **Anais [...]**. 2008.

MELHOR ESCOLA. **Pedagogia tradicional:** confira como é o método de ensino mais comum do Brasil. 2024.

MOREIRA, M. A. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

Capítulo 10
RECURSOS MULTIMÍDIAS PARA A EDUCAÇÃO
Ereci Onofre da Silva

RECURSOS MULTIMÍDIAS PARA A EDUCAÇÃO

Ereci Onofre da Silva

Master of Science in Emergent Technologies in Education

MUST University

RESUMO

Os recursos multimídia têm assumido papel relevante nos processos de ensino e aprendizagem, especialmente diante da expansão das tecnologias digitais e da necessidade de promover práticas pedagógicas mais interativas e significativas. O presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição dos recursos multimídia para a educação, destacando suas potencialidades, desafios e possibilidades de aplicação em diferentes contextos educacionais. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada em publicações científicas nacionais e internacionais produzidas entre os anos de 2019 e 2025. Os resultados apontam que a utilização de vídeos, animações, infográficos, jogos digitais, plataformas interativas, realidade aumentada e ambientes virtuais de aprendizagem favorece o engajamento dos estudantes, amplia as oportunidades de construção do conhecimento e contribui para o desenvolvimento de competências digitais essenciais à sociedade contemporânea. Além disso, verificou-se que os recursos multimídia possibilitam a personalização do ensino, respeitando diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Contudo, sua implementação exige planejamento pedagógico adequado, formação docente contínua e infraestrutura tecnológica compatível. Conclui-se que os recursos multimídia representam importantes ferramentas para a inovação educacional, desde que utilizados de forma crítica, intencional e alinhada aos objetivos de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Digital. Recursos Multimídia. Tecnologias Educacionais. Aprendizagem. Inovação Pedagógica.

ABSTRACT

Multimedia resources have assumed an increasingly important role in teaching and learning processes, especially with the expansion of digital technologies and the need to promote more interactive and meaningful educational practices. This study aims to analyze the contribution of multimedia resources to education, highlighting their potential, challenges, and application possibilities in different educational contexts. To achieve this objective, a qualitative bibliographic review was conducted based on national and international scientific publications produced between 2019 and 2025. The findings indicate that the use of videos, animations, infographics, digital games, interactive platforms, augmented reality, and virtual learning environments promotes student engagement, expands opportunities for knowledge construction, and contributes to the development of digital competencies required in contemporary society. Furthermore, multimedia resources enable the personalization of teaching by respecting different learning styles and paces. However, their implementation requires appropriate pedagogical planning, continuous teacher training, and adequate technological infrastructure. It is concluded that multimedia resources represent important tools for educational innovation when used critically, intentionally, and aligned with learning objectives, contributing to more dynamic, inclusive, and effective educational experiences.

Keywords: Digital Education. Multimedia Resources. Educational Technologies. Learning. Pedagogical Innovation.

1 INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas têm provocado mudanças significativas na forma como o conhecimento é produzido, compartilhado e assimilado. No contexto educacional, a inserção das tecnologias digitais passou a ocupar posição estratégica na construção de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, colaborativos e centrados no estudante. Nesse cenário, os recursos multimídia destacam-se por integrarem diferentes linguagens, como texto, imagem, áudio, vídeo, animações e elementos interativos, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem.

A utilização de recursos multimídia na educação tornou-se ainda mais evidente após a ampliação do ensino remoto e híbrido, exigindo que instituições de ensino e professores buscassem novas metodologias para promover a participação dos estudantes e garantir a continuidade dos processos educativos. Dessa forma, ferramentas digitais passaram a ser utilizadas não apenas como complemento, mas como parte integrante das estratégias pedagógicas.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância dos recursos multimídia para a educação, discutindo suas contribuições para a aprendizagem, suas aplicações no ambiente escolar e os desafios relacionados à sua implementação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, baseada em artigos científicos, livros e documentos publicados entre 2019 e 2025.

O estudo está organizado em duas seções principais. Inicialmente, apresenta-se uma discussão sobre os recursos multimídia e sua relação com os processos educacionais contemporâneos. Em seguida, são analisadas as principais ferramentas multimídia utilizadas na educação e suas contribuições para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

2 RECURSOS MULTIMÍDIA E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO EDUCACIONAL

Os recursos multimídia podem ser compreendidos como ferramentas que combinam diferentes formas de comunicação e representação da informação em um único ambiente digital. Essa integração permite que conteúdos sejam apresentados de maneira mais atrativa e significativa, favorecendo a compreensão de conceitos complexos e estimulando diferentes habilidades cognitivas.

De acordo com Moreira e Schlemmer (2020), a integração de tecnologias digitais aos processos educacionais contribui para a construção de experiências de aprendizagem mais participativas e contextualizadas. Os autores destacam que a utilização de recursos multimídia

favorece a interação entre estudantes, conteúdos e professores, promovendo maior envolvimento com o processo educativo.

Nesse contexto, vídeos educacionais, apresentações interativas, animações, infográficos e simuladores digitais têm sido amplamente utilizados para complementar as metodologias tradicionais. Segundo Bacich e Moran (2021), a aprendizagem torna-se mais significativa quando o estudante assume papel ativo na construção do conhecimento, utilizando recursos que possibilitem a exploração, experimentação e resolução de problemas.

Outro aspecto relevante refere-se à capacidade dos recursos multimídia de atender diferentes estilos de aprendizagem. Enquanto alguns estudantes apresentam maior facilidade na assimilação de conteúdos visuais, outros aprendem melhor por meio de estímulos auditivos ou experiências práticas. Dessa forma, a multimídia amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento e favorece a inclusão educacional.

A teoria da aprendizagem multimídia proposta por Mayer (2021) demonstra que os indivíduos aprendem de maneira mais eficiente quando palavras e imagens são combinadas adequadamente. Segundo o autor, a utilização equilibrada de diferentes mídias reduz a sobrecarga cognitiva e potencializa a retenção das informações, tornando o processo de aprendizagem mais eficaz.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância do desenvolvimento da cultura digital como competência essencial para os estudantes da educação básica. Nesse sentido, os recursos multimídia contribuem para o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao pensamento crítico, à comunicação, à colaboração e à resolução de problemas (Brasil, 2018).

A utilização dessas ferramentas também fortalece metodologias ativas de aprendizagem, como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em projetos e gamificação. Nessas abordagens, os estudantes deixam de ser meros receptores de informações para atuar como protagonistas na construção do conhecimento, utilizando recursos digitais para investigar, criar e compartilhar saberes (Valente, 2019).

Entretanto, a adoção de recursos multimídia não garante automaticamente melhorias na aprendizagem. É necessário que sua utilização esteja alinhada aos objetivos pedagógicos e seja acompanhada por estratégias metodológicas adequadas. Conforme destacam Kenski e Almeida (2022), o sucesso da integração tecnológica depende do planejamento docente, da formação continuada e da capacidade de selecionar ferramentas compatíveis com as necessidades dos estudantes.

Outro desafio refere-se às desigualdades de acesso às tecnologias digitais. Apesar dos avanços observados nos últimos anos, muitas instituições educacionais ainda enfrentam dificuldades relacionadas à infraestrutura tecnológica, conectividade e disponibilidade de equipamentos. Essas limitações podem comprometer o potencial transformador dos recursos multimídia e ampliar as desigualdades educacionais existentes.

Dessa forma, torna-se fundamental compreender que os recursos multimídia não substituem o papel do professor, mas ampliam suas possibilidades de atuação. Quando utilizados de maneira planejada e crítica, esses recursos contribuem para a construção de experiências educacionais mais inclusivas, inovadoras e significativas.

2.1 Aplicações dos Recursos Multimídia nas Práticas Pedagógicas

As aplicações dos recursos multimídia na educação são amplas e abrangem diferentes níveis de ensino, modalidades educacionais e áreas do conhecimento. Entre as ferramentas mais utilizadas destacam-se os vídeos educacionais, podcasts, jogos digitais, ambientes virtuais de aprendizagem, realidade aumentada, realidade virtual e plataformas colaborativas.

Os vídeos educacionais constituem uma das formas mais difundidas de multimídia no contexto escolar. Segundo Santos e Carvalho (2023), a utilização de vídeos favorece a contextualização dos conteúdos, amplia o interesse dos estudantes e possibilita a visualização de fenômenos que dificilmente poderiam ser observados em sala de aula. Além disso, os vídeos permitem que os alunos revisitem conteúdos quantas vezes forem necessárias, respeitando seus ritmos individuais de aprendizagem.

Os podcasts também têm conquistado espaço significativo na educação. Por meio deles, estudantes podem acessar conteúdos em diferentes momentos e locais, favorecendo a aprendizagem móvel e o desenvolvimento da autonomia. Estudos recentes apontam que os podcasts contribuem para o fortalecimento das competências comunicativas e da capacidade de interpretação crítica (Oliveira & Souza, 2022).

Outra ferramenta amplamente utilizada são os jogos digitais educacionais. A gamificação promove o engajamento dos estudantes ao incorporar elementos característicos dos jogos, como desafios, recompensas e progressão por níveis. Segundo Fardo (2020), essas estratégias aumentam a motivação e favorecem a participação ativa dos alunos nas atividades propostas.

A realidade aumentada e a realidade virtual representam recursos inovadores que permitem experiências imersivas de aprendizagem. Por meio dessas tecnologias, os estudantes podem explorar ambientes tridimensionais, realizar visitas virtuais e interagir com objetos

digitais, tornando a aprendizagem mais concreta e significativa. Pesquisas realizadas por Cabero-Almenara et al. (2022) demonstram resultados positivos na compreensão de conteúdos científicos e no desenvolvimento do raciocínio espacial.

Os ambientes virtuais de aprendizagem também desempenham papel fundamental na organização dos processos educativos. Plataformas como Moodle, Google Classroom e Microsoft Teams permitem disponibilizar materiais, acompanhar atividades, promover interações e avaliar o desempenho dos estudantes. Essas ferramentas tornaram-se essenciais para o ensino híbrido e para a educação a distância.

Os infográficos digitais constituem outra estratégia relevante para a organização e apresentação de informações complexas. Ao combinar textos, imagens, gráficos e elementos visuais, os infográficos facilitam a compreensão dos conteúdos e estimulam a aprendizagem visual. Segundo Ribeiro e Lima (2021), sua utilização favorece a síntese de informações e o desenvolvimento da capacidade analítica dos estudantes.

No campo da educação inclusiva, os recursos multimídia também apresentam importantes contribuições. Ferramentas de audiodescrição, legendagem automática, leitores de tela e materiais interativos adaptados ampliam as oportunidades de participação de estudantes com deficiência, promovendo maior acessibilidade e equidade educacional.

Apesar das inúmeras vantagens, a implementação dessas tecnologias requer investimento em infraestrutura e formação docente. Professores precisam desenvolver competências digitais que lhes permitam selecionar, adaptar e utilizar recursos multimídia de forma crítica e pedagógica. Conforme ressaltam Almeida e Valente (2023), a formação continuada é um dos principais fatores para o sucesso da integração tecnológica nas escolas.

Além disso, é importante que a utilização de recursos multimídia esteja associada ao desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania digital. O acesso à informação deve ser acompanhado pela capacidade de analisar, interpretar e avaliar conteúdos de maneira ética e responsável.

Portanto, os recursos multimídia representam importantes aliados da educação contemporânea. Sua utilização adequada contribui para a construção de ambientes de aprendizagem mais interativos, inclusivos e alinhados às demandas da sociedade digital.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância dos recursos multimídia para a educação, evidenciando suas contribuições para os processos de ensino e aprendizagem. A pesquisa bibliográfica realizada permitiu compreender que a integração de diferentes mídias

amplia as possibilidades pedagógicas, favorece o engajamento dos estudantes e contribui para o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI.

Os resultados indicam que ferramentas como vídeos, podcasts, jogos digitais, ambientes virtuais de aprendizagem, realidade aumentada e infográficos podem enriquecer significativamente as experiências educativas quando utilizadas de forma planejada e alinhada aos objetivos pedagógicos. Conclui-se que os recursos multimídia constituem importantes instrumentos para a inovação educacional, desde que acompanhados por formação docente adequada, infraestrutura tecnológica e práticas pedagógicas comprometidas com a aprendizagem significativa e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, J. A. **Tecnologias digitais, currículo e formação docente**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CABERO-ALMENARA, J.; BARROSO-OSUNA, J.; LLORENTE-CEJUDO, C. Augmented reality technology in education: pedagogical possibilities and challenges. **Education Sciences**, v. 12, n. 4, p. 1-15, 2022.

FARDO, M. L. A gamificação aplicada em ambientes educacionais. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 18, n. 2, p. 1-12, 2020.

KENSKI, V. M.; ALMEIDA, M. E. B. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2022.

MAYER, R. E. **Multimedia Learning**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Educação digital e transformação pedagógica. **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 55, p. 1-20, 2020.

OLIVEIRA, R. S.; SOUZA, M. C. Podcasts educacionais e aprendizagem móvel: potencialidades para o ensino contemporâneo. **Revista Educação e Tecnologia**, v. 27, n. 3, p. 45-61, 2022.

RIBEIRO, L. F.; LIMA, D. A. Infográficos digitais e aprendizagem visual no contexto escolar. **Revista Tecnologias na Educação**, v. 13, n. 2, p. 88-102, 2021.

SANTOS, P. R.; CARVALHO, T. M. Recursos audiovisuais e inovação pedagógica no ensino básico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. 1-18, 2023.

VALENTE, J. A. **A sala de aula invertida e as metodologias ativas na educação contemporânea**. Campinas: NIED/UNICAMP, 2019.

Capítulo 11
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
ANÁLISE DA ECONOMICIDADE NOS PREGÕES
REALIZADOS ENTRE OS ANOS 2016 E 2017
Márcia Almeida Rodrigues

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DA ECONOMICIDADE NOS PREGÕES REALIZADOS ENTRE OS ANOS 2016 E 2017

Márcia Almeida Rodrigues

Pós-Graduação em Gestão Escolar

Faculdade da Aldeia de Carapicuíba

RESUMO

O presente artigo analisa a distribuição dos estudantes público-alvo da educação especial matriculados nas classes regulares da rede pública estadual do Ceará e atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), compreendido como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e estratégias pedagógicas voltadas à complementação e suplementação do processo de escolarização. O estudo tem como objetivo compreender a organização desse atendimento e sua contribuição para a participação, autonomia e aprendizagem dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Destaca-se a relevância das compras públicas como instrumento de apoio à efetivação das políticas de educação inclusiva, uma vez que possibilitam a aquisição de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, mobiliários adaptados e materiais pedagógicos destinados às Salas de Recursos Multifuncionais. No contexto do Estado do Ceará, o AEE é ofertado pela Secretaria da Educação no contraturno escolar, em conformidade com as diretrizes da educação inclusiva. A pesquisa, de caráter documental e quantitativo, utiliza dados do Censo Escolar de 2016 e das matrículas dos anos de 2016 e 2017, contemplando diferentes condições, como cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência física, deficiência múltipla, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Os resultados evidenciam que a articulação entre políticas públicas educacionais e processos de compras públicas é fundamental para garantir acessibilidade, equidade e qualidade no atendimento educacional especializado.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Políticas Públicas. Compras Públicas. Educação Especial.

ABSTRACT

This article analyzes the distribution of students who are part of the target group of special education enrolled in regular classrooms within the public state education system of Ceará, Brazil, and assisted by Specialized Educational Support (AEE). AEE consists of a set of activities, accessibility resources, and pedagogical strategies institutionally organized to complement and supplement the schooling process. The study aims to understand the organization of this support and its contribution to students' participation, autonomy, and learning, considering their specific needs. The relevance of public procurement is highlighted as a strategic instrument for implementing inclusive education policies, as it enables the acquisition of accessibility resources, assistive technologies, adapted furniture, and specialized pedagogical materials intended for Multifunctional Resource Rooms. In the state of Ceará, AEE is provided by the State Department of Education during after-school hours, in accordance with inclusive education guidelines. This documentary and quantitative research uses data from the 2016 School Census and enrollment records from 2016 and 2017, covering different conditions such as blindness, low vision, deafness, hearing impairment, deafblindness, physical disability, multiple disabilities, autism spectrum disorder, global developmental disorders, and giftedness/high abilities. The findings indicate that the articulation between public education policies and procurement processes is essential to ensure accessibility, equity, and quality in specialized educational services.

Keywords: Inclusive Education. Specialized Educational Support. Public Policies. Public Procurement. Special Education.

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui um processo de socialização por meio do qual os indivíduos adquirem, assimilam e desenvolvem conhecimentos, habilidades, valores e atitudes essenciais para sua participação na sociedade. Esse processo contribui para a formação integral do ser humano, promovendo o desenvolvimento intelectual, cultural, social e comportamental.

Entretanto, nem todos os estudantes apresentam as mesmas condições de aprendizagem. Pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação podem demandar recursos, estratégias pedagógicas e serviços especializados que garantam sua plena participação no ambiente escolar. Nesse contexto, a educação especial desempenha um papel fundamental ao oferecer suporte educacional adequado às necessidades específicas desses estudantes, favorecendo sua inclusão e desenvolvimento.

No Estado do Ceará, a educação inclusiva tem se fortalecido progressivamente, pautada no princípio da garantia do direito à educação pública e de qualidade para todos. Essa perspectiva busca assegurar não apenas o acesso dos estudantes público-alvo da educação especial ao sistema de ensino, mas também sua permanência e aprendizagem, por meio da adaptação das práticas pedagógicas, dos espaços escolares e dos recursos educacionais às suas necessidades.

Além da frequência às classes comuns do ensino regular, os estudantes atendidos pela educação especial têm acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado, em geral, no contraturno escolar, em Salas de Recursos Multifuncionais. Nesses espaços, professores com formação específica desenvolvem estratégias pedagógicas complementares e suplementares, elaborando planos individualizados de atendimento que consideram as particularidades, potencialidades e necessidades de cada estudante. O objetivo é promover a autonomia, ampliar as possibilidades de aprendizagem e contribuir para a superação das barreiras que possam dificultar o processo educacional.

Nesse cenário, destaca-se a importância da participação da família no processo educativo. O envolvimento familiar favorece o acompanhamento do desenvolvimento escolar do estudante e fortalece a parceria entre escola e responsáveis. Além disso, a interação entre a família e os profissionais do Atendimento Educacional Especializado possibilita um conhecimento mais aprofundado das necessidades e potencialidades do educando, contribuindo para a elaboração de estratégias pedagógicas mais eficazes e alinhadas ao seu desenvolvimento integral.

Dessa forma, a educação inclusiva representa um importante instrumento de promoção da equidade e da cidadania, assegurando que todos os estudantes tenham oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais. A consolidação dessa política educacional no Estado do Ceará evidencia o compromisso da gestão pública com a construção de uma educação mais democrática, acessível e inclusiva.

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados (Brasil, 1997, p. 17 e 18).

Com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial, foi realizada uma pesquisa diagnóstica no Estado do Ceará, fundamentada nos dados do Censo Escolar referentes aos anos de 2015 e 2016. O estudo contemplou a identificação e a análise dos diferentes tipos de deficiência presentes na rede pública estadual de ensino, com foco nos estudantes matriculados no ensino médio, abrangendo as turmas do 1º, 2º e 3º anos.

O levantamento dessas informações possibilita a construção de um panorama da educação especial no estado, permitindo o conhecimento mais aprofundado da distribuição e das características dos estudantes com deficiência atendidos pela rede estadual. A partir desse diagnóstico, torna-se possível subsidiar a formulação de políticas públicas, o planejamento de ações pedagógicas e a implementação de estratégias voltadas ao fortalecimento da educação inclusiva.

Além disso, o mapeamento das deficiências existentes no Ceará fornece elementos importantes para o aprimoramento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como para o desenvolvimento de programas de formação continuada direcionados aos professores e demais profissionais da educação. Dessa forma, a utilização de dados estatísticos e diagnósticos contribui para uma gestão educacional mais eficiente, favorecendo a oferta de um ensino inclusivo, equitativo e de qualidade para todos os estudantes.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

No Brasil, as primeiras iniciativas oficiais voltadas ao atendimento educacional de pessoas com deficiência surgiram ainda no período imperial, durante a segunda metade do século XIX. Esse processo teve início com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, destinado à educação de pessoas com deficiência visual. Posteriormente, em 1857, foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, voltado ao atendimento de pessoas com deficiência auditiva. Essas instituições representam marcos históricos na constituição da educação especial brasileira, uma vez que simbolizam as primeiras ações governamentais destinadas à escolarização desse público (MAZZOTTA, 2005).

Apesar desses avanços iniciais, o acesso à educação para pessoas com deficiência permaneceu restrito durante grande parte da história do país, sendo ofertado predominantemente em instituições especializadas e segregadas do sistema regular de ensino. Somente ao longo do século XX, especialmente a partir dos movimentos internacionais em defesa dos direitos humanos e da democratização da educação, consolidou-se a perspectiva da inclusão escolar, que passou a defender o direito de todos os estudantes à convivência e à aprendizagem em ambientes educacionais comuns.

Nesse contexto, a educação especial passou a ser compreendida como uma modalidade transversal de ensino, destinada a apoiar e complementar a escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Tal concepção fortaleceu as políticas públicas voltadas à inclusão educacional, promovendo a ampliação do acesso, da permanência e do sucesso escolar desses estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino.

No estado do Ceará a educação especial teve início com a fundação da Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC). Em 1957 houve a criação do Instituto Pestalozzi do Ceará, especializado em deficiência intelectual; já em 1961 foi criado o Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES) e Associação Beneficente Cearense de Reabilitação (ABCR), voltada para reabilitação motora.

O marco decisório e político para educação especial é a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973. Esse Centro ficou responsável por traçar metas e estratégias para promover a integração dos alunos especiais, formar professores para a implantação de salas de aulas especiais.

Nesse período houve alguns avanços referentes aos alunos com deficiência, entretanto a criação de salas de aulas especiais, foi uma forma de segregação e exclusão, já que muitos

não tiveram acesso à escola regular, pois os alunos deveriam se integrar ao espaço físico e as normas, sem que houvesse nenhuma mudança ou adaptação para receber aqueles com deficiência.

De acordo com Figueiredo (2010), foi na década de 1990 que o movimento em prol da Educação Inclusiva, ganhou destaque no cenário educacional, graças a inserção do aluno com deficiência nas escolas regulares.

A Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU 2006), afirma que “a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação”.

Nesse sentido, em 2008, é estabelecido a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, para que estados e municípios organizem suas ações para se transformarem em sistemas educacionais inclusivos.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU Art. 1).

Assim, tem início a construção de uma nova política de educação especial que enfrenta o desafio de se constituir, de fato, como uma modalidade transversal desde a educação infantil à educação superior. Neste processo são repensadas as práticas educacionais concebidas a partir de um padrão de estudante, de professor, de currículo e de gestão, redefinindo a compreensão acerca das condições de infraestrutura escolar e dos recursos pedagógicos fundamentados da concepção de desenho universal.

No Estado do Ceará, esse movimento tem contribuído para a implementação de ações voltadas ao fortalecimento da educação inclusiva, por meio da ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e da formação continuada dos profissionais da educação.

3 INCLUSÃO NO ESTADO DO CEARÁ

A política de educação inclusiva no Ceará atua com o objetivo de capacitar os profissionais que atendem os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento

e altas habilidades/superdotação, realizando formação continuada e específica na área, através de encontros presenciais e na modalidade a distância (EAD) para capacitação do profissional.

A inclusão pode ser definida por propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns, sem segregação em salas especiais; oportunizar aos professores da classe comum um atendimento integrado com os professores das salas de recursos multifuncionais que devem orientar a comunidade escolar como podem beneficiar a rotina desses alunos; disponibilizar a oportunidade das crianças conviverem e aprenderem juntas embora tendo objetivos e processos diferentes.

O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular.

Envolve fornecer o suporte de serviços da área de Educação Especial através dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto.

4 COMPRAS PÚBLICAS REALIZADAS ENTRE OS ANOS DE 2016 – 2017

No ano de 2017, foram realizados 63 pregões pela Secretaria da Educação (SEDUC) para a aquisição de itens destinados à inclusão. A análise dos resultados demonstra que os processos licitatórios proporcionaram uma economia aproximada de 48% em relação aos valores inicialmente estimados, evidenciando a eficiência do pregão como instrumento de contratação pública e de otimização dos recursos públicos.

Nesse contexto, o pregão se consolida como uma importante modalidade licitatória para a promoção da economicidade na administração pública. Sua sistemática, baseada na ampliação da competitividade entre os fornecedores e na disputa de lances sucessivos, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para o poder público. No Estado do Ceará, a utilização dessa modalidade tem contribuído para a racionalização dos gastos públicos, permitindo que os recursos economizados sejam direcionados para outras demandas prioritárias da sociedade.

O princípio da economicidade, previsto no ordenamento jurídico brasileiro e amplamente observado na gestão pública, busca assegurar que os recursos públicos sejam empregados de forma eficiente, produzindo os melhores resultados com o menor custo possível. Os dados referentes aos pregões realizados pela SEDUC em 2017 demonstram a efetividade desse princípio, uma vez que a economia obtida representa um resultado significativo para a administração estadual. Dessa forma, o pregão não apenas atende aos requisitos de transparência e competitividade exigidos nos processos licitatórios, mas também se configura como um mecanismo estratégico para o fortalecimento da gestão fiscal responsável e para a maximização do interesse público no Estado do Ceará.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O diagnóstico foi feito com dados gerais da população público-alvo da educação especial, coletados pelos dados da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, no setor de Assessoria de Tecnologia da Informação (ASTIN) no ano de 2016, revelam a existência de 4.122 alunos, já em 2017 estão matriculados 4.551 com necessidades especiais, portanto houve um aumento de alunos incluídos em 10,4%.

No ano de 2017, o total de alunos incluídos, 54 são alunos cegos, 491 possuem baixa visão, 527 são surdos, 251 tem deficiência auditiva, 28 com surdocegueira, 335 com deficiência física, 2371 com deficiência mental, 40 com deficiência múltipla, 107 são autistas clássicos, 31 com altas habilidades. O quadro comparativo sobre as deficiências: cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência física, deficiência múltipla, autismo, transtorno global do desenvolvimento (TGD) e superdotação; analisa o número de alunos na rede pública estadual do estado do Ceará nos últimos dois anos: 2016 e 2017 (Tabela 1).

Tabela 1 – Quadro comparativo sobre as deficiências.

DEFICIÊNCIA	Quantidade de alunos em 2016	Quantidade de alunos em 2017
Cegueira	55	54
Baixa Visão	440	491
Surdez	478	527
Deficiência auditiva	223	251
Surdocegueira	29	28
Deficiência Física	306	335
Deficiência mental	2141	2371
Deficiência múltipla	31	40
Autismo clássico	97	107
Altas habilidades/Superdotação	25	31
TOTAL	3825	4235

Fonte: ASTIN, 2017.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pública, gratuita e de qualidade constitui um direito fundamental de todos os cidadãos e um dever do Estado, conforme estabelecido na legislação educacional brasileira. Nesse contexto, o principal desafio das políticas educacionais contemporâneas consiste em consolidar uma escola inclusiva capaz de atender, de forma equitativa, a diversidade dos estudantes.

A inclusão educacional deve ser compreendida como um processo contínuo, composto por diferentes etapas que demandam acompanhamento sistemático, avaliação permanente e análise crítica de sua efetivação. Trata-se de uma construção histórica e social que exige planejamento, responsabilidade e compromisso com a garantia do direito à aprendizagem.

Considera-se que a educação é um elemento estruturante para o desenvolvimento humano e social, sendo a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais uma forma de assegurar o respeito às suas singularidades e de promover suas potencialidades. Entretanto, a simples inserção do aluno em classes regulares não caracteriza, por si só, um processo inclusivo, especialmente quando não são oferecidas as condições pedagógicas, estruturais e de apoio necessárias ao seu desenvolvimento.

As legislações educacionais representam marcos fundamentais para a garantia do direito à inclusão; contudo, sua efetividade depende da implementação concreta de suas diretrizes no cotidiano escolar. Nesse sentido, a prática educativa deve considerar as especificidades de cada indivíduo, respeitando suas fases de desenvolvimento, capacidades e necessidades.

A valorização da diversidade e o reconhecimento das diferenças constituem princípios essenciais para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Sem essa compreensão, práticas pedagógicas podem se tornar excludentes, ainda que inseridas em contextos formalmente inclusivos, perpetuando visões homogêneas e desconsiderando as singularidades dos sujeitos.

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino também demanda investimentos financeiros e estruturais, com o redimensionamento dos sistemas educacionais para a implementação de serviços de apoio, recursos pedagógicos e formação docente adequada. Além disso, torna-se necessário refletir criticamente sobre o papel da escola na superação de concepções históricas baseadas em rótulos e estigmas, como deficiência ou incapacidade, deslocando o foco para as potencialidades dos sujeitos.

No Estado do Ceará, o mapeamento da inclusão evidenciou a distribuição de estudantes público-alvo da educação especial matriculados nas classes regulares da rede pública estadual no ano de 2017, bem como a evolução das matrículas entre 2016 e 2017. Foram considerados diferentes tipos de deficiência, incluindo cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência física, deficiência intelectual, deficiência múltipla e altas habilidades/superdotação. Os resultados indicam crescimento no número de matrículas na maioria das categorias, com exceção de cegueira e surdocegueira.

Esses dados sugerem avanços nas políticas públicas de educação especial no Estado do Ceará, evidenciados pelo fortalecimento de ações voltadas à inclusão escolar, pela ampliação

da formação continuada de professores das Salas de Recursos Multifuncionais e pela celebração de parcerias com instituições responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado, como organizações não governamentais e o Núcleo de Acompanhamento Pedagógico Especializado (NAPE). Tais iniciativas contribuem para a consolidação de práticas educacionais mais inclusivas, acessíveis e equitativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

FIGUEIREDO, R. V. **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MRECH, L. M. O que é Educação Inclusiva? **Revista Integração do MEC**, Brasília, v. 20, p. 37, 1998.

Capítulo 12
GESTÃO DA QUALIDADE E EDUCAÇÃO: INTERFACES
ENTRE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E COMPROMISSO
PEDAGÓGICO
Fabiana Ferreira Santos

GESTÃO DA QUALIDADE E EDUCAÇÃO: INTERFACES ENTRE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E COMPROMISSO PEDAGÓGICO

Fabiana Ferreira Santos

Master of Science in Emergent Technologies in Education

MUST University

RESUMO

A crescente complexidade dos sistemas educacionais e as demandas por eficiência, equidade e relevância social têm intensificado o debate sobre a gestão da qualidade nas instituições educacionais. Nesse cenário, a gestão da qualidade emerge como uma abordagem estratégica capaz de integrar processos administrativos e pedagógicos, promovendo a melhoria contínua e o fortalecimento institucional. Este artigo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos da gestão da qualidade e discutir estratégias para a promoção da qualidade em instituições educacionais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da área da gestão e da educação. Os resultados do estudo indicam que a implementação de práticas sistematizadas de gestão da qualidade contribui para o desenvolvimento de uma cultura organizacional participativa, para a valorização dos profissionais da educação e para a elevação dos níveis de qualidade do ensino. Conclui-se que a gestão da qualidade, quando orientada por princípios democráticos e pedagógicos, constitui um instrumento fundamental para a consolidação da excelência educacional.

Palavras-chave: Gestão da Qualidade. Gestão Educacional. Qualidade Educacional. Melhoria Contínua.

ABSTRACT

The increasing complexity of educational systems and the demands for efficiency, equity, and social relevance have intensified the debate on quality management in educational institutions. In this scenario, quality management emerges as a strategic approach capable of integrating administrative and pedagogical processes, promoting continuous improvement and institutional strengthening. This article aims to analyze the theoretical foundations of quality management and discuss strategies for promoting quality in educational institutions. Methodologically, this is a qualitative, bibliographical research, based on classic and contemporary authors in the fields of management and education. The results of the study indicate that the implementation of systematized quality management practices contributes to the development of a participatory organizational culture, to the appreciation of education professionals, and to raising the levels of teaching quality. It is concluded that quality management, when guided by democratic and pedagogical principles, constitutes a fundamental instrument for consolidating educational excellence.

Keywords: Quality Management. Educational Management. Educational Quality. Continuous Improvement.

1 INTRODUÇÃO

As transformações sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas têm imposto novos desafios às instituições educacionais, exigindo maior eficiência na gestão, inovação pedagógica e compromisso com a qualidade do ensino. Nesse contexto, a qualidade educacional tornou-se um dos principais eixos das políticas públicas e das discussões acadêmicas, sendo frequentemente associada ao desempenho institucional e à formação integral dos estudantes.

A gestão da qualidade, amplamente discutida no campo da administração, tem sido progressivamente incorporada ao contexto educacional como uma alternativa para organizar processos, otimizar recursos e promover a melhoria contínua. No entanto, a transposição de modelos gerenciais para a educação exige cautela, uma vez que a escola possui especificidades relacionadas à sua função social, pedagógica e formativa.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre como a gestão da qualidade pode ser aplicada de forma crítica e contextualizada nas instituições educacionais, contribuindo efetivamente para a promoção da qualidade institucional. Assim, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a gestão da qualidade no contexto educacional e discutir estratégias que favoreçam a promoção da qualidade em instituições de ensino.

2 FUNDAMENTOS DA GESTÃO DA QUALIDADE

A gestão da qualidade consolidou-se como um campo teórico-prático voltado à melhoria dos processos organizacionais e à satisfação dos usuários. Para Deming (1990), a qualidade está associada à melhoria contínua dos processos, envolvendo planejamento, execução, avaliação e correção. Juran (1992) complementa essa perspectiva ao afirmar que a qualidade deve ser planejada e incorporada desde a concepção dos processos organizacionais.

No contexto educacional, a qualidade assume um significado ampliado, ultrapassando a lógica da eficiência técnica. Conforme Saviani (2008), a qualidade da educação está intrinsecamente ligada à garantia do direito à aprendizagem, à formação crítica e à função social da escola. Dessa forma, a gestão da qualidade na educação deve articular eficiência administrativa e compromisso pedagógico.

2.1 Gestão da Qualidade nas Instituições Educacionais

As instituições educacionais constituem organizações complexas, marcadas por múltiplas dimensões e interesses. A gestão da qualidade, nesse contexto, deve considerar a

integração entre os aspectos administrativos e pedagógicos, promovendo uma visão sistêmica da instituição. Libâneo (2013) destaca que a qualidade educacional resulta da coerência entre planejamento, organização, coordenação e avaliação das ações escolares.

A liderança dos gestores educacionais desempenha papel central na implementação da gestão da qualidade. Gestores comprometidos com a qualidade atuam como agentes de mudança, incentivando a participação coletiva e o desenvolvimento de práticas colaborativas. Segundo Lück (2011), a liderança educacional deve ser orientada por princípios éticos, democráticos e formativos, fortalecendo a autonomia institucional e a corresponsabilidade dos atores envolvidos.

2.2 Avaliação Institucional e Cultura da Qualidade

A avaliação institucional configura-se como um dos principais instrumentos da gestão da qualidade nas instituições educacionais. Quando concebida como um processo formativo, a avaliação possibilita o diagnóstico das práticas institucionais e subsidia a tomada de decisões estratégicas. Luckesi (2011) ressalta que a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem e do aprimoramento institucional, e não do controle ou da punição.

A construção de uma cultura da qualidade depende da institucionalização de processos avaliativos contínuos e participativos. A utilização de dados provenientes de avaliações internas e externas permite identificar fragilidades, potencialidades e oportunidades de melhoria, desde que analisadas à luz do contexto sociocultural da instituição.

2.3 Formação Continuada e Valorização dos Profissionais da Educação

A qualidade educacional está diretamente relacionada à atuação dos profissionais da educação. Nesse sentido, a gestão da qualidade deve priorizar políticas de formação continuada e valorização profissional. A formação continuada favorece a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, o desenvolvimento de competências profissionais e a inovação no ensino.

Nóvoa (1995) defende que a formação docente deve ser concebida como um processo permanente, articulado ao projeto pedagógico da instituição e às necessidades concretas do cotidiano escolar. Além disso, a valorização profissional envolve condições adequadas de trabalho, reconhecimento institucional e participação nos processos decisórios, elementos fundamentais para o fortalecimento do compromisso com a qualidade.

2.4 Planejamento Estratégico e Melhoria Contínua

O planejamento estratégico constitui um eixo estruturante da gestão da qualidade nas instituições educacionais. Por meio dele, a instituição define diretrizes, metas e ações orientadas para a promoção da qualidade. Esse processo deve ser construído de forma coletiva, assegurando a participação da comunidade escolar.

A melhoria contínua, princípio basilar da gestão da qualidade, pressupõe a revisão sistemática das práticas institucionais. Conforme Deming (1990), a melhoria contínua promove a aprendizagem organizacional e o aprimoramento constante dos processos. No âmbito educacional, esse princípio contribui para a consolidação de uma gestão reflexiva, inovadora e comprometida com a excelência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a gestão da qualidade constitui um instrumento estratégico para a promoção da qualidade nas instituições educacionais. Quando aplicada de forma crítica e contextualizada, a gestão da qualidade contribui para a integração dos processos administrativos e pedagógicos, para a valorização dos profissionais da educação e para o fortalecimento da cultura institucional.

Conclui-se que a promoção da qualidade educacional exige liderança comprometida, planejamento estratégico, avaliação formativa e investimento na formação continuada. Dessa forma, a gestão da qualidade ultrapassa a dimensão técnica, assumindo um caráter políticopedagógico essencial para a consolidação da excelência educacional e para o cumprimento da função social da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMING, W. E. **Qualidade: a revolução da administração**. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990.

JURAN, J. M. **Juran on quality by design: the new steps for planning quality into goods and services**. New York: Free Press, 1992.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2011.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SAVIANI, D. **Educação escolar: teoria do ensino e práticas pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2008.

Capítulo 13
A IMPORTÂNCIA DO POSICIONAMENTO NAS REDES
SOCIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA MARCA PESSOAL
FORTE

Adryan Brito dos Santos
Allysson Barbosa Fernandes

A IMPORTÂNCIA DO POSICIONAMENTO NAS REDES SOCIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA MARCA PESSOAL FORTE

Adryan Brito dos Santos

Graduação em Administração

Centro Universitário do Maciço de Baturité

Allysson Barbosa Fernandes

Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura

Universidade da Amazônia

RESUMO

As redes sociais tornaram-se espaços estratégicos para a construção da marca pessoal, permitindo que profissionais desenvolvam visibilidade, autoridade e diferenciação competitiva em ambientes digitais. Nesse contexto, este estudo parte da problemática de compreender como o posicionamento nas redes sociais pode contribuir para que indivíduos construam uma marca pessoal forte e memorável diante do excesso de informações presentes nas plataformas digitais. O objetivo geral consistiu em investigar de que forma o posicionamento nas redes sociais favorece a construção de uma marca pessoal forte, analisando seus principais pilares e estratégias de aplicação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, livros e publicações especializadas localizados em bases como Google Acadêmico e SciELO. Os resultados evidenciaram que a construção de uma marca pessoal sólida está associada à adoção de pilares como autenticidade, propósito, valores e consistência, além da utilização de estratégias como storytelling, identidade visual, marketing pessoal, influência digital e formação de comunidades. Conclui-se que o posicionamento estratégico nas redes sociais representa um fator relevante para o fortalecimento da marca pessoal, contribuindo para a ampliação da autoridade digital, do reconhecimento profissional e da diferenciação competitiva no mercado contemporâneo.

Palavras-chave: Posicionamento. Storytelling. Influenciador. Comunidade. Pessoal.

ABSTRACT

Social media has become a strategic arena for personal branding, enabling professionals to build visibility, authority, and competitive differentiation in digital environments. Against this backdrop, this study addresses the challenge of understanding how social media positioning can help individuals build a strong, memorable personal brand amidst the information overload found on digital platforms. The primary objective was to investigate how social media positioning fosters the creation of a strong personal brand by analyzing its key pillars and implementation strategies. Methodologically, this is a qualitative literature review based on the analysis of scientific articles, books, and specialized publications sourced from databases such as Google Scholar and SciELO. The results indicate that building a solid personal brand is linked to adopting pillars such as authenticity, purpose, values, and consistency, alongside strategies like storytelling, visual identity, personal marketing, digital influence, and community building. The study concludes that strategic social media positioning is a crucial factor in strengthening one's personal brand, contributing to enhanced digital authority, professional recognition, and competitive differentiation in the contemporary market.

Keywords: Positioning. Storytelling. Influencer. Community. Differentiate.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade é possível salientar o impacto que as redes sociais podem ter para construção de uma marca pessoal forte. De acordo com Matos e Terra (2023), afirma que 93% dos usuários acessam o instagram uma vez por dia e 17% usam a plataforma constantemente. Por tanto, a criação de um posicionamento feito de maneira clara pode fazer com que o indivíduo tenha um diferencial competitivo nas principais mídias sociais, tendo o impacto para tornar a pessoa ou profissional memorável. O usuário pode usar algumas estratégias digitais para fazer com os usuários possam ter mais engajamento e chamar atenção com a finalidade que queiram adquirir o produto ou serviço que está oferecendo.

Com isso, o objetivo geral traçado neste trabalho é investigar como o posicionamento nas redes sociais pode fazer com que a pessoa possa construir uma marca pessoal forte. Pois, para chegar nesse resultado será relevante especifica a maneira que deve ser realizado essa pesquisa como: analisar como o posicionamento nas redes sociais pode fazer com que o indivíduo consiga ficar na mente das pessoas, verificar através de pesquisas bibliográficas como essa temática pode fazer o indivíduo se torna divergente dos outros, identificar as principais estratégias para construção de uma marca pessoal forte e estrutura a pesquisa com a finalidade de ajudar profissionais que buscam utilizar as redes sociais para serem lembrados.

Deste modo, o questionamento que esse projeto de pesquisa buscará sana é de “como o posicionamento nas redes sociais podem fazer o indivíduo seja divergente dos outros através da construção de uma marca pessoal forte?”. Por tanto, apesar dos avanços no mundo e o volume excessivo de informações nos meios das comunicações pelas redes sociais, é possível salienta que os usuários têm dificuldade na criação de maneiras para ter um diferencial competitivo com a finalidade para ter um posicionamento que ajude a construção da marca pessoal de forma que seja memorável. Nas palavras de Faria e Souza (2020), para ser reconhecido pelos serviços prestados é necessário estar incluído também nas mídias sociais.

As contribuições deste trabalho científico é poder ajudar profissionais de áreas diversas que possam entender a importância desse assunto na atualidade e poderem usar todos os ensinamentos didáticos que eles podem usar na construção da marca individual nas redes sociais.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS – MARCA PESSOAL E POSICIONAMENTO

Sawicki e Storti (2016) afirmam que a marca pessoal é a maneira que o indivíduo utiliza para se promover por meio da sua imagem. As redes sociais podem ser um meio de propagar e divulgar sua imagem com o objetivo de tornar-se memorável na mente das pessoas. Segundo

Albuquerque e Costa (2020), a criação de uma marca pessoal tem o principal objetivo de alcançar o sucesso por meio das vendas da própria imagem. Por tanto, o uso da imagem nas redes sociais é um fator que pode fazer com que o indivíduo possa ser requisitado ou seguido pelos usuários da plataforma digital, com isso, ocupar um espaço na mente do ser humano e também ter um diferencial competitivo.

Nas palavras de Barbudo (2025), o posicionamento pode ser denominado como o indivíduo ou marca pode tornar-se divergente dentre os outros e com isso fazer com que tenha uma diferenciação competitiva. Já que, existem inúmeras formas de fazer com que a sua marca pessoal esteja na cabeça de seus seguidores como: tipografia que é a fonte que será utilizada de forma rotineira com a relevância de torná-lo memorável; uso de cores que estabeleça a essência da sua marca para o público; criação de conteúdo que refor-se o seu posicionamento nas redes sociais; e dentre outras estratégias que podem ser usadas para que o indivíduo consiga ser único para os usuários. Couto (2023) afirma que os consumidores querem marcas de posicionamentos claros e autênticos. Pois, ele deve definir o propósito da sua imagem e estabelecer as crenças que serão usadas na propagação da sua marca pessoal.

Deste modo, a construção de uma marca forte através de um posicionamento feito de forma que todos possam entender, pode fazer com que o profissional tenha um diferencial na mente do ser humano. De acordo com Maia (2024), a marca está diretamente ligada à percepção que se quer passar para o público. Neste sentido, deve ser estabelecido antes da criação de uma rede social, com objetivo de firmar a mensagem que será repassado para poder se tornar divergente na cabeça do público-alvo.

2.1 OS PILARES DO POSICIONAMENTO NAS REDES SOCIAIS

O posicionamento pode ser considerado como algo importante para criação de uma marca forte que possa fazer com que ela seja desejada, influente na área e tenha divergência competitiva com outras marcas pessoais. Por tanto, pode ser atribuído alguns pilares que têm impacto significativo na posição na mente que se quer estabelecer para o público como a autenticidade, propósito, valores e consistência. De acordo com Branco (2023), afirma que, a autenticidade é a melhor maneira de blindá-la contra malandros copiadores. Esse pilar nas redes sociais pode fazer com que gere mais conexão com a marca pessoal do indivíduo, já que, a genuinidade tem como definição a maneira da pessoa agir de acordo com suas crenças e desejos. Nas palavras de Matos e Terra (2023), tem relação com a credibilidade e conexão com o público.

O segundo dos pilares que devem ser impostos em um posicionamento para que a pessoa tenha um diferencial competitivo é a definição do propósito da marca. Soares (2023) discute que o propósito tem a definição de como pode fazer a diferença e se torna relevante na vida do cliente. Com isso, a pessoa deve salientar a razão da contribuição que sua marca pessoal pretende gerar para os seus seguidores nas redes sociais. Conforme Barbudo (2025), ele funciona como bússola orientadora evitando que talento e esforço sejam desperdiçados em trajetórias fragmentadas.

Os valores de um indivíduo, é um pilar que tem bastante impacto na construção de uma imagem pessoal forte e também da maneira que esse usuário quer ser lembrado pelos seguidores. De acordo com Maia (2024), é uma tática de demonstrar a proposta de valor que seus concorrentes não têm. Pois, eles podem ser atribuídos como os princípios éticos e ideias que podem servir como guias do comportamento de uma pessoa.

O último pilar é o da consistência que possui uma relevância de manter os outros em perfeita harmonia para manter a coerência da imagem profissional que pretende estabelecer na mente dos indivíduos. Matos e Terra (2023) afirmam que, tem a função de reforçar a identidade e o reconhecimento da marca pessoal.

2.2 ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA MARCA PESSOAL FORTE

De acordo com Soares (2023), as marcas precisam adotar estratégias de engajamento para ter seus consumidores como apoiadores e compradores. Neste contexto, para conseguir fazer com que as pessoas tenha atração na sua marca pode utilizar alguns artifícios para poder chamar a atenção, engaja-los e fazer comprar seus produtos ou serviços nas redes sociais como: composto de marketing, storytelling, identidade visual, ser influenciador na área de atuação e criação de comunidade. Maia (2024) afirma que, construir uma marca forte pode fazer com que seja lembrado muito mais do que os outros. Deste modo, torna a pessoa divergente nas mídias sociais.

Albuquerque e Costa (2020), o composto de marketing relacionado a pessoa tem o objetivo de contribuir estrategicamente. Se tratando da criação de uma marca pessoal forte é imprescindível a construção dos 4P's dessa estratégia como: produto (neste quesito se refere às características da sua marca, benefícios e vantagens de seguir essa conta ou uso dos 5 sentidos), preço (determinação do valor que sua imagem vai estabelecer para o seu público nas redes sociais), promoção (maneira que será divulgado a marca pessoal do indivíduo) e praça (canal de comunicação). Veja a figura abaixo para exemplificar como deve ser feita:

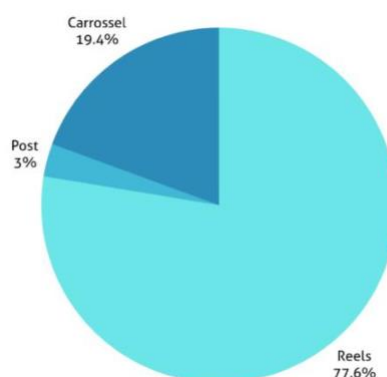
Figura 1: Estratégia para utilização dos 4P's do composto de marketing.



Fonte: Silveira, 2017.

Já que para prender atenção e gerar uma conexão com a marca pessoal de um indivíduo com a finalidade de ter um posicionamento memorável na mente dos seguidores nas redes sociais. O storytelling é uma ferramenta que se trata no conto de histórias e tem a proposta de amarração do conteúdo na mente das pessoas que estão absorvendo os ensinamentos. Segundo Maia (2024), todo mundo tem uma história que pode valorizar sua marca. Para usá-lo de maneira assertiva deve ser seguido essa estrutura para chamar atenção e conexão com o público: personagem, contexto, clímax, tomada de decisão e desfecho do conto. Azevedo e Mesquita (2025) afirmam que os vídeos curtos oferecem uma maneira eficaz de se comunicar com o público trazendo um pouco de informação de forma leve. Observe o gráfico abaixo que demonstra o desempenho desse formato:

Gráfico 1: gráfico de melhores formatos para divulgação do storytelling.



Fonte: Azevedo e Mesquita, 2025.

Soares (2023) discute que as redes sociais são usadas como ferramentas para criar um relacionamento com o cliente, gerar valor, engajamento e networking com objetivo de venda. O uso de uma identidade visual tem como responsabilidade fazer com que o seguidor consiga associar a tipografia, cores, layout e dentre outras formas para distinguir sua marca pessoal da outra. Nas palavras de Maia (2024), carregue um posicionamento que conquiste embaixadores. Na contemporaneidade, anda crescendo o número de pessoas que são influenciadas por um indivíduo que possui autoridade no mercado onde atua.

Figura 2: como usar sua influência para geração de uma comunidade que crie embaixadores da marca pessoal



Fonte: Soares, 2023.

De acordo com Soares (2023), a influência ocorre quando ele consegue acertar seu público com a mensagem correta. Com isso é importante o conhecimento da persona ideal que sua marca pretende atingir e dentro disso desenvolver uma comunidade ou grupo de cidadãos que tenham atração pelo que é repassado no meio de comunicação. Maia (2024) diz que para construir uma marca forte, com um “carro chefe” poderoso, ela será lembrada muito mais do que as outras.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracterizou-se por uma abordagem de natureza estritamente qualitativa. Esta opção metodológica fundamenta-se na investigação aprofundada e na análise crítica de materiais teóricos que expressam as perspectivas, conceitos e pensamentos de diferentes autores sobre a temática delimitada. Por se tratar de um modelo qualitativo, a pesquisa não se baseou na coleta primária de dados estatísticos ou quantitativos; em vez disso, os dados numéricos e indicadores apresentados ao longo do trabalho foram integrados a partir de estudos e indicadores macroeconômicos já publicados e validados na literatura vigente.

Para a operacionalização do referencial teórico e o levantamento de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como procedimento técnico principal. Esse método viabilizou a localização e a seleção de artigos científicos relevantes que oferecem sustentação argumentativa ao tema proposto. Conforme preconiza Menezes (2019), a pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais já elaborados e publicados por outros autores, o que inclui: Livros e monografias; Publicações periódicas e artigos científicos; Impressos diversos; Textos digitais devidamente indexados na internet.

O levantamento bibliográfico concentrou-se nas principais plataformas digitais de base científica da atualidade, com destaque para o Google Acadêmico e a SciELO (Scientific Electronic Library Online), garantindo assim o rigor e a credibilidade das fontes selecionadas. A análise criteriosa desses conteúdos justificou-se pela necessidade de compreender o impacto real do conhecimento abordado no cotidiano do leitor. O objetivo central é capacitar o usuário para que ele desenvolva um pensamento crítico e divergente. No contexto prático, essa bagagem intelectual visa instrumentalizá-lo a construir um posicionamento de destaque perante o seu público-alvo nas redes sociais, aumentando substancialmente sua autoridade digital e sua competitividade no mercado contemporâneo.

Por fim, a adoção dessa estrutura inicial encontra respaldo na literatura metodológica. De acordo com Menezes et al. (2019), uma pesquisa com essas características teóricas e exploratórias cumpre um papel fundamental, uma vez que sua realização pode — e frequentemente deve — anteceder e fundamentar outras investigações de caráter empírico ou experimental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A importância do posicionamento nas redes sociais para construção de uma marca pessoal forte, essa temática se demonstrou vital para com que o leitor possa utilizar os meios de comunicação com a forma ideal para se diferenciar dos demais, para permanecer na mente ou na cabeça do seguidor. Deste modo, esse projeto de pesquisa conseguiu atingir o objetivo proposto que era de investigar como o posicionamento nas redes sociais pode fazer com que a pessoa possa construir uma marca pessoal forte. Por tanto, a metodologia utilizada para chegar em um resultado mais embasado foi necessário o uso de uma pesquisa bibliográfica através do google acadêmico e scielo como: artigos científicos de autores especialistas no assunto e livros que discutam a temática deste trabalho. Pois, a forma de pesquisa qualitativa é a coleta de dados em pesquisadores que têm um aprofundamento teórico sobre o tema. Deste modo, esse artigo permitiu analisar como o posicionamento nas redes sociais pode fazer com que o indivíduo

consiga ficar na mente das pessoas, verificar através de pesquisas bibliográficas como essa temática pode fazer o indivíduo se torna divergente dos outros, identificar as principais estratégias para construção de uma marca pessoal forte e estrutura a pesquisa com a finalidade de ajudar profissionais que buscam utilizar as redes sociais para serem lembrado.

De acordo com Soares (2023) as redes sociais são usadas como ferramentas para criar um relacionamento com o cliente. Esse meio de comunicação digital se demonstrou como uma forma de estabelecer um posicionamento em virtude de criar uma marca pessoal que consiga ter uma divergência entre os demais e possibilite que a marca seja memorável para os seguidores do indivíduo. Nas palavras de Faria e Silva (2020), para ser lembrado o profissional deve está incluído nas mídias sociais. O posicionamento estratégico feito com ferramentas que podem criar na cabeça das pessoas um diferencial competitivo entre as outras marcas pessoas que têm o mesmo ramo de atuação no mercado.

A criação de uma história ou storytelling, se demonstra como uma estratégia que pode fazer com que possa estabelecer de maneira atrativa o posicionamento que vem através de um conto. Azevedo e Mesquita (2025), afirma que a maneira de atingir as pessoas é com vídeos curtos que possibilitam chegar em 77,6% das pessoas das principais plataformas das redes sociais. Nas palavras de Albuquerque e Costa (2020), o composto de marketing tem o objetivo de contribuir estrategicamente. Os 4P's têm bastante relevância na hora de iniciar a divulgação do profissional, pois, se demonstraram como elementos fundamentais para que seja compreendido a posição da marca.

A identidade visual deve ser levada em consideração, com ela a pessoa tem a permanência na cabeça do seguidor e tem o resultado de torna-se um diferencial. Soares (2023), para acertar seu público com a mensagem correta. Com isso, as gerações atuais compram de pessoas que possuem influência sobre elas e tenham uma comunidade forte nas redes sociais. Maia (2024) diz que, ela será lembrada muito mais do que as outras. Considerando esses aspectos, os pilares que foram estabelecidos em um posicionamento forte são: autenticidade, propósito, valores e consistência. Essas bases se firmaram como elementos que têm impacto para os seguidores tenham uma conexão com a rede social e se tornam memoráveis na cabeça do indivíduo.

Sawicki e Storti (2016) discutem que a marca pessoal é usada para se promover por meio da sua imagem. Como afirma Soares (2023), uma marca forte pode cobrar até 20%. Esse estudo conseguiu de forma aprofundada a coleta de informações válidas para poder resolver o gargalo que os profissionais de diversas áreas podem usar os ensinamentos dessa pesquisa

científica para poderem desenvolver o diferencial competitivo no mercado de trabalho onde pretende atuar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo científico conseguiu de forma precisa solucionar a problemática abordada no decorrer, que era a falta de uma diferenciação competitiva para ter um posicionamento nas redes sociais com a finalidade de fazer com que os profissionais possam construir uma marca pessoal forte que permita serem divergentes e lembrados. É importante salientar que esse estudo foi feito através de pensadores ou especialistas no assunto que puderam abordar a temática com uma abrangência técnica mais precisa. Os resultados coletados para a construção de uma marca forte que esteja alinhado com o posicionamento do profissional pretende estabelecer nas mídias sociais que a pessoa deve utilizar essas plataformas digitais com estratégia para poder vincular a imagem com o que ele quer passar para o seguidor da conta.

Por tanto, esse trabalho foi realizado com a responsabilidade de ajudar profissionais que estão inseridos no mercado de trabalho, para usarem as redes sociais para promover os serviços ou produtos que oferecem. No decorrer deste estudo essa pesquisa enfrentou alguns desafios que poderiam fazer com que esse artigo científico tivesse uma certa quantidade de tempo maior para ser realizado, com isso, foi preciso ter uma análise mais aprofundada de autores ou especialistas que fossem referências no assunto. Já que, possibilitou que o pesquisador pudesse ser preciso no momento de desenvolver a escrita do trabalho científico, melhor compreensão das ramificações que a problemática abordada poderia trazer nesta pesquisa e utilizar os dados que foram relatados pelos especialistas na temática para conseguir que tenha mais fundamentação.

A sugestão para possível incremento para que esse trabalho possua uma especialidade ainda mais observado é a forma de essa pesquisa ser realizada em campo para comprovar a veracidade do trabalho e com isso os profissionais poderem usá-lo como manual para ter uma rede social que tenha mais engajamento, gere atenção, tenha conexão com o público-alvo da mensagem que pretende passar, diferenciação e ser memorável para as pessoas. A mensagem que o leitor deste trabalho deve ter estabelecido é que para construção de uma marca pessoal que possa ter um diferencial competitivo para gerar mais engajamento nas redes sociais são autenticidade, propósito, valores e dentre outras formas que ficaram estabelecidas nesse trabalho científico.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nosso agradecimento ao Grupo de Pesquisa Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional (GPEDR), espaço de construção coletiva que possibilitou o desenvolvimento desta investigação.

Estendemos nossa gratidão ao Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB), cujo apoio institucional, por meio da isenção da taxa de processamento, tornou possível a publicação deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. D. de; COSTA, M. B. F. Gerenciamento do branding por meio de técnicas de marketing pessoal. **Open Minds International Journal**, v. 1, n. 3, p. 158-170, 2020.

AZEVEDO, S. S. de; MESQUITA, K. Personal Branding e influenciadores digitais: um estudo de caso de Raíza Costa no Instagram. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, v. 20, n. 35, p. 4-28, 2025.

BARBUDO, M. Construção de valor percebido: impactos da autoimagem e do posicionamento pessoal na formação de autoridade e reconhecimento social. **INTERNATIONAL BLES SCIENTIFIC**, v. 1, n. 2, p. 1-20, 2025.

BRANCO, J. **Desmarketize-se: o novo marketing não parece marketing**. São Paulo: Editora Gente, 2023.

COUTO, A. A **(r)evolução do branding**. São Paulo: Gente, 2024.

FARIA, Francielly Alves; SILVA, Jacqueline Souza Barbosa da. O Instagram como ferramenta para construção da marca pessoal: um estudo de caso com influencers de Curitiba. **Revista Ciência da Sabedoria (RCS – FaCiência)**, v. 1, n. 2, 2020.

MATOS, Sheila Vitória de; TERRA, Carolina. Um ensaio sobre a construção de marca pessoal para digital influencers. **iCom+D**, v. 6, n. 1, p. 18-32, 2023.

MAIA, C. **Se parar o sangue esfria**. São Paulo: Gente, 2024.

SAWICKI, D. P.; STORTI, A. T. Marketing pessoal e marca pessoal: um olhar teórico sobre a importância e principais conceitos. **Perspectiva**, v. 40, n. 150, p. 27-38, 2016.

SOARES, A. **Todos somos uma marca: construa seu ecossistema de vendas por meio de influência, conteúdo e experiência**. São Paulo: Editora Gente, 2023.

SILVEIRA, V. C. da *et al.* A construção do marketing pessoal através das redes sociais. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 1, n. 1, 2017.

Capítulo 14
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL EM REGIÕES
INTERIORANAS

Amanda Ketinny Borges da Silva
Allysson Barbosa Fernandes

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM REGIÕES INTERIORANAS

Amanda Ketinny Borges da Silva

Graduação em Gestão de Recursos Humanos

Centro Universitário do Maciço de Baturité

Allysson Barbosa Fernandes

Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura

Universidade da Amazônia

RESUMO

A educação a distância (EaD) consolidou-se como uma importante estratégia para promover o desenvolvimento local em regiões interioranas, ao ampliar o acesso ao ensino superior e reduzir barreiras geográficas, econômicas e sociais. Este estudo teve como objetivo analisar o papel da EaD como instrumento de desenvolvimento local, identificando os principais desafios para sua implementação, sua contribuição para a inclusão socioeconômica e sua capacidade de favorecer a permanência de profissionais qualificados em suas regiões de origem. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e exploratória, com abordagem qualitativa, fundamentada em literatura científica, documentos oficiais e analisada por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que a EaD democratiza o acesso à educação, fortalece a qualificação da população, estimula a economia regional e contribui para a redução das desigualdades territoriais, embora ainda enfrente desafios relacionados à infraestrutura, à formação de profissionais e ao preconceito em relação à modalidade. Conclui-se que desenvolver o local por meio da educação é fundamental, já que a mesma pode fazer os seus alunos continuarem onde moram, não precisando se deslocar para os grandes centros urbanos, fazendo a economia local girar.

Palavras-chave: Educação a Distância. Desenvolvimento Local. EaD. Democratização.

ABSTRACT

Distance education (DE) has established itself as a key strategy for fostering local development in inland regions by expanding access to higher education and mitigating geographical, economic, and social barriers. This study aimed to analyze the role of DE as a tool for local development, identifying the main challenges to its implementation, its contribution to socioeconomic inclusion, and its capacity to encourage qualified professionals to remain in their home regions. The research is characterized as a bibliographic, documentary, and exploratory study with a qualitative approach; it is grounded in scientific literature and official documents and utilizes content analysis. The results demonstrate that DE democratizes access to education, enhances workforce qualifications, stimulates the regional economy, and helps reduce territorial inequalities, although it still faces challenges regarding infrastructure, professional training, and stigma surrounding the modality. The study concludes that fostering local development through education is crucial, as it enables students to remain in their communities—avoiding the need to relocate to major urban centers—thereby driving the local economy.

Keywords: Distance Education. Local Development. DE. Democratization.

1 INTRODUÇÃO

A EaD vem a cada dia que passa tomando o caminho que leva para o crescimento regional, pois, facilita que as pessoas aprendam sem precisar se deslocar de suas casas, cidades, e aprendam de maneira remota com os aparatos necessários para desenvolver esse estudo.

Este artigo tem como objetivo principal analisar o papel da educação a distância (EaD) como estratégia de desenvolvimento local em regiões interioranas, e como objetivos específicos: 1. Identificar as barreiras e facilitadores da implementação da educação a distância em municípios interioranos, identificando desafios infra estruturais e tecnológicos; 2. Analisar o papel da Educação a Distância como ferramenta de inclusão socioeconômica e redução de desigualdades regionais em municípios do interior; 3. Investigar se a EaD contribui para a retenção de talentos nas regiões interioranas.

A educação a distância surge como uma solução viável para superar barreiras geográficas, logísticas e econômicas em regiões interioranas, onde o acesso a instituições de ensino presenciais é limitado por fatores como distâncias extensas, infraestrutura precária e baixa densidade populacional. A EaD, potencializada por tecnologias acessíveis como internet móvel e plataformas digitais (ex.: Moodle, Google Classroom), permite a democratização do ensino superior e técnico, fomentando a qualificação local e reduzindo a migração compulsória para centros urbanos.

O estudo é justificado pela necessidade de evidências empíricas sobre sua eficácia, especialmente pós-pandemia de COVID-19, que acelerou a adoção da EaD por conta do contexto a qual vivíamos naquele momento, já que tudo era feito de maneira remota, se a EaD já estava caminhando para se popularizar no Brasil, com a pandemia, ela foi ainda mais alavancada.

2 CONCEITOS E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância, também conhecida por EaD, é uma modalidade de ensino adotada por Instituições de Ensino Superior, na qual o participante, estudante, não precisa se deslocar de sua casa para um ambiente institucional, para aprender o curso ofertado, ele, aprende o que é ensinado, muitas vezes na sua casa, por meio de novas tecnologias de informação e comunicação, já que esses dois são ferramentas necessárias para esse aprendizado, eles contam com a ajuda de tutores e professores para desenvolver essa modalidade, na qual muitas vezes não é necessário encontros presenciais. É uma modalidade de ensino que dá mais autonomia para os seus adeptos, já que os mesmos podem escolher seus horários e o melhor lugar para desenvolver seus estudos. A EaD também é o meio pela qual estudantes que não têm

condições de arcar com um ensino presencial, encontram para ingressar em uma instituição de ensino superior. Desta forma em seu trabalho, Bernardo (2009), traz as definições de alguns autores sobre o termo EaD:

Ensino a distância pode ser definido como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outro (Moore, 1973 *apud* Bernardo, 2009, p.3).

O autor citado, nos conta que suas ações para com os alunos e também a sua comunicação são facilitadas, pois somente assim, ele e seu aluno terá um bom entendimento do que está sendo tratado. Trazendo outra perspectiva para a definição do EaD, Bernardo (2009), traz a seguinte citação:

O termo educação a distância esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A educação a distância se beneficia do planejamento, direção e instrução da organização do ensino (Holmberg, 1977 *apud* Bernardo, 2009, p.3).

Aqui o autor nos mostra a importância da supervisão na EaD, pois, mesmo que o aluno deseje estudar por conta própria, é que a instituição tem que se planejar e diversificar as formas como esse método de ensino deve ser aplicado.

Muito se fala da EaD e sua importância na atualidade e como esse modelo educacional vem sendo cada vez mais sendo adotado pelas IES, quanto pelos alunos de ensino superior. Por conta disso, é importante citar o contexto desse modelo de ensino, desde sua criação e até a sua evolução para a forma atual que está sendo empregada e como no Brasil ele é adotado.

Tem indícios que a educação a distância vem desde os tempos antigos, pois sempre existiu a necessidade de aprender, datas indicam que mais precisamente, em 1728, pela Gazeta Boston, onde o Prof. Caleb Philipps oferecia materiais didáticos para ensino e tutoria por correspondência. Esse é um dos marcos do ensino a distância no mundo (Golvêa & Oliveira 2006). Desde então vários acontecimentos ao longo da história, consolidaram a educação a distância como modelo de ensino, como em 1922 inicia-se cursos por correspondência na União Soviética; em 1947 inicia-se a transmissão das aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris, França, por meio da Rádio Sorbonne; em 1956 a Chicago TV College, Estados Unidos, inicia a transmissão de programas educativos pela televisão (Golvêa e Oliveira 2006).

No Brasil a EaD, é definido pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que nele discorre sobre a educação a distância como uma modalidade educacional didático-pedagógica na qual, os processos de ensino se dão pela utilização de meios tecnológicos de informação e aprendizagem, na qual tanto os professores quanto os alunos desenvolvem suas atividades em tempo e espaço diferentes (Brasil, 2005). Nesse caso, os professores preparam as aulas e montam planos de estudos e os alunos estudam o que lhe é repassado.

2.1 EaD Como Motor de Desenvolvimento Local

A EaD vem cada vez mais tomando espaço nos modelos de ensino superior, pois, o mesmo garante um ensino mais democratizado e de fácil acesso para pessoas em áreas mais remotas, como os interiores do País, como também locais onde não se tem acesso a Faculdades na localidade.

Para que a EaD possa existir é necessário o apoio do governo assim como de políticas públicas voltada para a essa modalidade de educação, visto que ambas têm que caminhar juntas para o ensino ser bem desenvolvido, pois segundo dados, a EaD cresceu cerca de 232% nos períodos de 2018 a 2023, superando o os ingressos nos cursos presenciais (Brasil, 2025), fazendo assim necessário políticas públicas para nortear a educação a distância e também contribuir para o desenvolvimento local. Schuster *et al* (2025) mostra em seu trabalho que o crescimento contínuo da EaD vem permitindo que uma parcela maior da população tenha acesso a educação superior de qualidade, independente da sua localização ou classe social. Sabe-se que essa modalidade de ensino é uma opção mais barata e prática para as pessoas que buscam realizar o sonho de formar no Ensino Superior, desse modo, o autor afirma que

A perspectiva de políticas públicas são elementos essenciais para fomentar o desenvolvimento regional. O Ensino a Distância, nesse contexto, emerge como uma ferramenta valiosa, capaz de alcançar áreas remotas de forma mais eficiente e eficaz. Ao possibilitar essa amplitude de alcance, o ensino a distância promove uma impactante melhoria na qualidade da educação disponibilizada, facilita o acesso aos saberes e, consequentemente, contribui para a construção de sociedades mais equitativas e justas (Schuster *et al.* 2025, p. 514).

Com isso é possível dizer que a democratização da EaD é uma ferramenta valiosa para que as pessoas, mesmo que morem em locais mais afastados dos grandes centros urbanos e que não possuam meios para irem a uma faculdade de forma presencial, possam assim ter uma educação superior. Com as novas políticas da EaD, tendo em foco o estudante e a valorização dos professores, para que assim garanta a infraestrutura nos polos, a qualificação do corpo

docente como também a mediação para uma formação rica, independente da distância física (Brasil, 2025).

A EaD pode atuar como um motor de desenvolvimento local, partindo do princípio que quando o aluno permanece na sua região, o mesmo pode desenvolver sua atividade laboral naquela cidade, independente da sua área e assim ajudando a gerar mais renda para aquela região. Corroborando com esse pensamento, Schuster *et al* (2025) afirma que

Os benefícios do Ensino a Distância não se limitam apenas à área educacional, mas também afetam positivamente a economia regional. Ao cultivar uma força de trabalho mais qualificada, a integração entre o ensino EaD, o Estado e práticas democráticas eficazes, estabelece as bases para uma economia resiliente, capaz de lidar com desafios e aproveitar oportunidades emergentes (Schuster *et al.* 2025, p. 514).

A EaD é uma ferramenta de desenvolvimento local, pois ela vem para democratizar o ensino superior, fazendo com que pessoas de diversas regiões e realidades econômicas possam ter acesso ao ensino superior, assim se desenvolvendo e desenvolvendo a sua região, Mesmo o desenvolvimento regional sendo relativo, pois varia de região para região, é importante dizer que elas não são iguais, e o que funciona em uma pode ser que não funcione na outra, por isso, é importante estabelecer parâmetros, conhecer o contexto social e aspectos de sua cultura.

Com as políticas públicas dessa modalidade de ensino, a democratização do ensino superior e as instituições que oferecem a EaD, trabalhando em conjunto, faz com que aquela determinada região no interior, na qual não oferecem ensino tradicional (presencial), se desenvolva, fazendo com que os estudantes não precisem se deslocar de sua localidades para os grandes centros urbanos, fazendo com que a economia local cresça e que os mesmo possam continuar em suas localidades sem a necessidade de deslocamento. A EaD, veio para que localidades mais distantes dos grandes centros urbanos possam oferecer o ensino superior, sem necessariamente deixar o seu local de moradia e ir para outro lugar.

2.2 Desafios e Oportunidades da EaD Para o Desenvolvimento Local

No tópico anterior, é mostrado a EaD como um motor de desenvolvimento local, pois ela democratiza o ensino superior para pessoas nas quais os modelos de educação superior tradicionais não chegam, por conta muitas vezes de sua localização, renda entre vários outros fatores. Por conta disso é importante mostrar que mesmo a EaD dá oportunidades para as pessoas que sonham em concluir seu tão sonhado ensino superior, ainda assim a mesma ainda apresenta tabus que devem ser quebrados.

A EaD é uma modalidade na qual ela oferece mais flexibilidade para os alunos, pois os mesmos fazem seus horários e escolhem onde querem estudar, fazendo com que se adaptem de maneira que esse momento de aprendizagem seja eficaz. Trazendo isso para o contexto regional, a EaD surge como uma ferramenta para ajudar as pessoas que sonham com o seu tão sonhado ensino superior, pois, por meio das novas tecnologias, a educação chega onde muitas vezes os cursos presenciais não chegam. Fernandes (2024), nos conta que:

A diversidade de oferta de cursos é um dos grandes trunfos da EaD no Brasil. Seja na graduação, pós-graduação, cursos técnicos ou de aperfeiçoamento, a variedade de opções atende às necessidades específicas de diferentes perfis de estudantes. Essa amplitude contribui para a formação de profissionais em áreas específicas, muitas vezes não contempladas pela educação presencial (Fernandes, 2024, p. 5).

O autor nos mostra que a EaD é uma ferramenta de desenvolvimento regional pois por meio dos cursos ofertados, geralmente que fazem sentido para determinada região, isso faz com que as pessoas que desejam estudar fora, permaneçam no local, fazendo com que o local na qual mora seja desenvolvido a partir disso. Logo essa modalidade se torna uma ferramenta na qual as pessoas podem ter acesso à educação, mesmo que não precisem se deslocar de suas casas para outras localidades.

Por outro lado, ainda se tem um grande estigma da sociedade referente a esse modelo de educação, pois mesmo com o seu crescimento nos últimos anos, superando até o número de alunos do ensino presencial, algumas pessoas ainda veem esse modelo de ensino como inferior. Outro ponto a ser mencionado é a capacitação de profissionais para a atuação nesse modelo de ensino, tanto professores quanto de tutores, pois é a partir dos mesmos que a educação dos alunos desse modelo de ensino pode ser adequada para os mesmos. , Mesmo com políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino, com a evolução de tecnologias voltadas para os mesmos, essa modalidade se torna um grande aliado para quem procura aprender.

A EaD em localidades onde a educação presencial não chega, atua como um oportunidade de aprendizado, se tornando elemento de transformação e desenvolvimento local, pois faz com as pessoas não precisem deixar suas localidades para estudar e assim, contribuindo para o seu crescimento, já que a pessoa estuda ali e por consequência também vai trabalhar naquela localidade. Para implementar a EaD nas cidades interioranas, muitos polos de faculdades são instalados, para que mesmo nessa modalidade de ensino, os discentes possam ter apoio dos polos para que possam suprir suas necessidades. Os polos atuam como apoio para os alunos, fazendo que mesmo com que eles façam aulas EaD, os mesmo estão aptos para uma

comunicação com os mesmos, promovendo um ambiente de apoio para os estudantes dessa modalidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A referida pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, documental e exploratória. É bibliográfica por fundamentar-se através de artigos, periódicos e documentos que tratam sobre o tema; documental por coletar documentos oficiais que tratam da temática relatada; exploratória por proporcionar maior familiaridade com o tema abordado, que versam sobre a temática relatada. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida a partir de materiais já existentes como livros e artigos científicos.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (Gil, 2002, p. 45).

A pesquisa bibliográfica torna-se importante porque reúne uma gama de informações sobre o tema pesquisado, a partir de estudos realizados por outros autores. Destaca-se ainda que a pesquisa documental se assemelha muito à pesquisa bibliográfica, contudo sua natureza está na diferença das suas fontes, que, na maioria das vezes, tem como fontes bibliográficas; folhetos, jornais e até mesmo boletins e decretos, ambas se diferenciam, pois, as pesquisas documentais são baseadas em materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico e podem ser reelaborados de acordo como o autor pode elaborar seu projeto de pesquisa (Gil, 2002). o autor conta como as duas pesquisas andam juntas, pois as fontes usadas para pesquisas bibliográficas, podem ser documental. O autor cita uma das vantagens da pesquisa documental que é “Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (Gil, 2002, p. 46). É importante dizer que ambas as pesquisas seguem os mesmos passos para desenvolverem-se e algumas vezes se fundem, visto que as fontes bibliográficas são documentos que foram impressos.

É exploratória, pois tem como objetivo proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o tema estudado, pois muitas. Gil (2002) menciona o fato de ser uma pesquisa bastante flexível, pois considera vários aspectos relacionados ao fato que é estudado. Gil (1989, p. 44) traz a seguinte definição desse modelo de pesquisa: “o principal objetivo da pesquisa exploratória é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, a fim de formular

problemas mais precisos ou hipóteses de pesquisa para uma pesquisa profunda. A pesquisa exploratória é bastante flexível e por isso se torna um instrumento bom para pesquisa, já que a mesma permite levantamentos bibliográficos e documentais para compor a mesma.

A escolha do método para realização deste trabalho foi a pesquisa qualitativa, pois a mesma é para tratar das percepções de autores quanto ao tema relatado e não medir dados numericamente, mas analisar com maior profundidade a temática abordada neste artigo. Minayo (2002) em seu artigo, conta que a pesquisa qualitativa responde questões bastante particulares e que não podem ser quantificadas, pois as mesmas exigem um nível maior de entendimento, que os números não podem mostrar.

Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, p. 21-22).

A autora nos mostra que essa abordagem que esse método trata de um lado das ações e relações humanas, na qual eles não se podem medir numericamente.

Com o tema escolhido, os dois modelos de pesquisa para os mesmos são essenciais, pois nas pesquisas bibliográfica, permite que sejam usados diversas fontes para o desenvolvimento do trabalho, e exploratória pois permite explorar temas que não são tão abordados, assim, fazendo ter um entendimento maior do que se é abordado. As principais fontes para pesquisas para a realização deste artigo foram o google acadêmico e a Scielo, no qual fornece fontes de pesquisa bibliográfica para a composição deste artigo. A análise escolhida para este trabalho trata-se da análise de conteúdo, na qual é uma análise bastante usada em trabalhos qualitativos da área da educação, Bardin (2016, p.8) define essa análise como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos”(conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. A autora quer dizer que a análise de conteúdo é uma técnica para análises do conteúdo mostrado no trabalho de pesquisa. Como indicadores para as buscas desta pesquisa, foram utilizados os seguintes descritores: ‘EaD’; ‘EaD como motor de desenvolvimento’ e ‘evolução da educação a distância’. Os métodos para essa pesquisa foi pesquisar somente assuntos que tratavam sobre o tema abordado, apenas na língua materna, no caso o português e trabalhos atuais e antigos, o critério de tempo não foi utilizado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EaD, atualmente é uma modalidade bastante procurada para a formação de pessoas, pois ela permite que as pessoas façam seus horários, dando mais liberdade para as mesma, pois, geralmente é uma área mais focada no público adulto, que procuram se desenvolver, cursar uma faculdade e por conta de seu tempo, pois muitas dessas pessoas tem que trabalhar, a EaD atua como um facilitador para eles.

Essa modalidade torna-se cada vez mais tomando espaço, pois democratiza o ensino superior e é uma ferramenta de fácil acesso para as pessoas. Seja por os discentes não precisarem se deslocar de suas casas, seja por conta de ser uma alternativa mais barata de ensino, essa modalidade permite que uma parcela maior de pessoas tenha acesso a educação superior de qualidade. Esse modelo de ensino é uma ferramenta valiosa, pois mesmo que morem em locais afastados dos grandes centros urbanos, ainda têm acesso a educação de qualidade.

A EaD é uma ferramenta valiosa de desenvolvimento local, pois ela democratiza o modelo de ensino, fazendo que diversas regiões, mesmo que sejam elas interioranas tenham acesso ao ensino superior e por conseguinte desenvolver suas localidades, já que estudando ali, as chances de ficarem e trabalharem naquele local se tornam maiores e por consequência desenvolvem a sua região.

Um dos grandes aliados do desenvolvimento por meio do EaD, são as TICs nas plataformas educacionais, pois as mesmas tem capacidade tecnológica e desenvolvimento regional, pois através dos mecanismos tecnológicos é que a EaD chega a lugares onde o ensino tradicional não chega (Lopes, 2009). A EaD, desenvolve um ambiente pois, como a educação chega até as pessoas, elas tendem a continuar em seu local de origem e por consequência, gerar a roda da economia e desenvolvimento. Pereira e Silva (2010, p. 5) nos conta que com o uso das TICs no ensino a distância pode “Dessa forma, um contexto produtivo regional mais eficiente e um desempenho territorial favorável culminam em novas mudanças tecnológicas, com maiores chances de inovação e desenvolvimento”.

Dialogar sobre o ensino a distância é fundamental pois assim o tema é mais visto e por consequência o estigma de ser uma educação inferior pode acabar, e assim, o desenvolvimento local e regional pode ser beneficiado. A respeito disto, Schuster (2010, p. 512), nos fala que: “Assim, parte-se do pressuposto de que o Ensino a Distância necessita estar presente em todas as dimensões e escalas, criando oportunidades que podem gerar inovações, transformações ao proporcionar o acesso à educação, estimulando a democracia, a inclusão social e o desenvolvimento regional sustentável”. Entende-se que a educação a distância vem para trazer

inovação e ao mesmo tempo transformação das localidades que alunos optam por esse modelo de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho trata da EaD como motor de desenvolvimento local, isso retorna ao objetivo central desta pesquisa, na qual é analisar o papel da educação a distância como desenvolvimento local em regiões interioranas, pois é importante dizer que a educação transforma, seja ela a de modelo tradicional, como o modelo de EaD. Mesmo no interior, onde muitas vezes esses modelos tradicionais de ensino não chegam, a EaD vem como ferramenta de transformação local, pois geralmente quem se capacita naquele local tende a permanecer no mesmo.

Ao longo do artigo, é mostrado a evolução do EaD, como ele passou de ser ensinado muitas vezes na TV, rádios e jornais, para o modelo de ensino a qual conhecemos atualmente. A educação a distância, com a ajuda das tecnologias, vai ganhando cada vez mais espaço e ultrapassando o modelo tradicional de ensino. Pois com a democratização do mesmo e a ajuda de políticas públicas voltadas para ele, faz com que uma gama maior de alunos se matriculem nesse modelo de ensino.

A EaD como motor desenvolvimento local, mostrando seus desafios e oportunidades, mostram que mesmo tendo benefícios, eles ainda vão ter suas dificuldades, mas não quer dizer que essas dificuldades não possam ser resolvidas, pelo contrário, evidenciá-las é um método para que elas possam ser melhoradas e por consequências que se tornem um benefício. Desenvolver o local por meio da educação é fundamental, já que ela pode fazer os seus alunos continuarem onde moram, não precisando se deslocar para os grandes centros urbanos, fazendo a economia local girar.

Portanto, conclui-se, com as pesquisas realizadas por autores que trata sobre o tema de desenvolvimento regional por meio da educação a distância, e dos dados fornecidos por meios do Governo do Brasil, como o IBGE, mostra o crescimento da educação a distância, e que atualmente muitas pessoas preferem essa modalidade aos invés dos modelos tradicionais de ensino, evidenciando que com o investimento de políticas públicas do país esse modelo é eficaz na formação do ensino superior de alunos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB) pelo apoio institucional concedido à publicação deste estudo, especialmente pela isenção da taxa de processamento do artigo.

Também registramos nossa gratidão ao Grupo de Pesquisa Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional (GPEDR), ambiente em que esta pesquisa foi concebida e desenvolvida, contribuindo para a formação científica dos pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016

BERNARDO, Viviane. **Educação a distância**: fundamentos e guia metodológico. 2009.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação, 15 de maio de 2025. **Novas Políticas de Educação a Distância (EaD)**. 15 de maio de 2025.

FERNANDES, Allysson Barbosa. Os desafios e oportunidades da educação a distância no Brasil. **Revista Tópicos**, v. 2, n. 7, p. 1-10, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOUVÊA, Guaracira; OLIVEIRA, Carmen Irene. **Educação a Distância na formação de professores**: viabilidades, potencialidades e limites. 4. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent. 2006.

PEREIRA, Danilo Moura; SILVA, Gislane Santos. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 7, n. 8, p. 151-174, 2020.

SCHUSTER, Ivani; MUELLER, Airton Adelar; ALLEBRANDT, Sérgio Luís; THESING, Nelson José. Ensino EaD nas perspectivas do estado, democracia e políticas públicas, dimensões e escalas do desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 3, p. 511-531, 2025.

Capítulo 15
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS COMO
FERRAMENTA DE GESTÃO FINANCEIRA

Antonio Vinicius Silva Monteiro
Allysson Barbosa Fernandes

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO FINANCEIRA

Antonio Vinicius Silva Monteiro

Graduação em Ciências Contábeis

Centro Universitário do Maciço de Baturité

Allysson Barbosa Fernandes

Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura

Universidade da Amazônia

RESUMO

A elevada complexidade do sistema tributário brasileiro favorece a ocorrência de recolhimentos indevidos de tributos, tornando a recuperação de créditos tributários uma importante estratégia para a gestão financeira das organizações. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a recuperação de créditos tributários como ferramenta estratégica de gestão financeira empresarial, destacando seus impactos econômicos, os principais tipos de créditos recuperáveis, a atuação do contador e os riscos envolvidos nesse processo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em livros, artigos científicos, legislação tributária e normas administrativas relacionadas ao tema. Os resultados evidenciaram que a recuperação de créditos tributários contribui para a melhoria do fluxo de caixa, a redução de custos, o fortalecimento do compliance fiscal e o aumento da eficiência financeira das empresas, destacando ainda o papel estratégico do contador na identificação, apuração e operacionalização dos créditos. Conclui-se que a recuperação tributária constitui um importante instrumento de gestão financeira e competitividade empresarial, desde que realizada com embasamento técnico, planejamento e observância da legislação vigente, reduzindo riscos fiscais e promovendo maior sustentabilidade econômica às organizações.

Palavras-chave: Recuperação Tributária. Gestão Financeira. Créditos Tributários.

ABSTRACT

The high complexity of the Brazilian tax system fosters instances of improper tax payments, making the recovery of tax credits a key strategy for corporate financial management. In this context, this study aimed to analyze tax credit recovery as a strategic tool for corporate financial management, highlighting its economic impacts, the main types of recoverable credits, the role of the accountant, and the risks involved in the process. Methodologically, this is a qualitative, descriptive, and exploratory study conducted through bibliographic and documentary research, drawing on books, scientific articles, tax legislation, and administrative regulations related to the subject. The results demonstrated that tax credit recovery contributes to improved cash flow, cost reduction, strengthened tax compliance, and increased financial efficiency for companies, while also underscoring the accountant's strategic role in identifying, calculating, and operationalizing these credits. The study concludes that tax recovery constitutes a vital instrument for financial management and corporate competitiveness—provided it is carried out with technical grounding, proper planning, and adherence to current legislation—thereby mitigating tax risks and fostering greater economic sustainability for organizations.

Keywords: Tax Recovery. Financial Management. Tax Credits.

1 INTRODUÇÃO

O sistema tributário brasileiro é reconhecido por sua elevada complexidade normativa, pela grande quantidade de obrigações acessórias e pelas constantes alterações na legislação e na interpretação fiscal. Esse cenário aumenta a probabilidade de erros na apuração, no recolhimento e na escrituração dos tributos, o que pode levar empresas a realizarem pagamentos acima do valor efetivamente devido. Diante disso, a recuperação de créditos tributários passa a ter relevância não apenas como medida corretiva, mas também como instrumento de gestão financeira e de planejamento tributário.

A importância desse tema pode ser percebida na prática empresarial, sobretudo em razão do impacto que valores pagos indevidamente exercem sobre o fluxo de caixa, o capital de giro e a competitividade das organizações. Estudos e relatórios de mercado indicam que uma parcela significativa das empresas brasileiras possui créditos tributários passíveis de recuperação, o que demonstra que o problema é amplo e recorrente. Em muitos casos, esses valores deixam de ser recuperados por falhas de controle interno, ausência de revisão fiscal periódica ou desconhecimento das regras aplicáveis.

Nesse contexto, a atuação do contador torna-se fundamental, pois cabe a esse profissional identificar oportunidades de recuperação, analisar a conformidade das informações fiscais e orientar os procedimentos de restituição ou compensação. Além disso, a recuperação tributária exige cautela e base técnica consistente, uma vez que erros na apuração dos créditos ou na formalização dos pedidos podem gerar autuações, multas e outros riscos fiscais. Assim, a discussão sobre o tema ultrapassa o campo jurídico e alcança diretamente a gestão empresarial, especialmente no que se refere à eficiência financeira e à segurança da informação contábil.

Dessa forma, este estudo busca analisar a recuperação de créditos tributários como ferramenta estratégica de gestão financeira empresarial, destacando seus efeitos econômicos, os principais tipos de créditos recuperáveis, o papel do contador e os riscos envolvidos nesse processo.

2 PRINCIPAIS TIPOS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RECUPERÁVEIS

2.1 CRÉDITOS DE PIS E COFINS E PREVIDENCIÁRIO

Conforme previsto nas Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 (BRASIL, 2003), o regime não cumulativo do PIS e da COFINS permite o desconto de créditos calculados sobre custos, despesas e encargos vinculados à atividade econômica da empresa. Como esses tributos são não

cumulativos, são tributados apenas em um dos processos da cadeia produtiva, muitas vezes nas indústrias, evitando, assim, a necessidade de múltiplos pagamentos.

Os créditos previdenciários decorrem, em grande parte, de recolhimentos indevidos ou superiores ao necessário das contribuições destinadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (Paulsen, 2015). Em empresas com elevado número de empregados, a folha de pagamento representa parcela significativa dos custos operacionais, ampliando os impactos financeiros decorrentes de recolhimentos incorretos (Marion, 2021).

Um dos tipos de casos envolve a incidência indevida de contribuição previdenciária sobre verbas indenizatórias. Alguns pagamentos realizados aos trabalhadores possuem natureza indenizatória e, portanto, não deveriam integrar a base de cálculo do INSS. Um exemplo seria o aviso prévio indenizado, o terço constitucional de férias indenizadas e determinados auxílios pagos ao empregado.

Além disso, erros em folha de pagamento podem ocasionar recolhimentos excessivos. Falhas no enquadramento de rubricas, parametrizações incorretas em sistemas de folha e interpretações erradas da legislação trabalhista e previdenciária contribuem para pagamentos excessivos.

Outro aspecto relevante envolve contribuições recolhidas em duplicidade ou acima do teto previdenciário. Empresas que não realizam revisões periódicas de suas obrigações acessórias frequentemente acumulam valores passíveis de compensação tributária.

A recuperação desses créditos ocorre, geralmente, por meio da compensação via PER/DCOMP ou da retificação de obrigações acessórias, como a GFIP e a DCTFWeb, observando os prazos prescricionais previstos na legislação tributária.

2.2 CRÉDITO DO ICMS

O ICMS é um dos tributos mais complexos do sistema tributário brasileiro, o que favorece o surgimento de créditos tributários recuperáveis.”O ICMS constitui um dos tributos mais complexos do sistema tributário nacional em razão da multiplicidade de normas estaduais que disciplinam sua incidência e apuração” (Harada, 2022, p. 412). Empresas comerciais e industriais frequentemente acumulam créditos em razão de erros de apuração ou interpretações inadequadas da legislação estadual.

Um dos principais casos está relacionado à substituição tributária (ICMS-ST). Nesse regime, o imposto é recolhido antecipadamente por um contribuinte da cadeia econômica, geralmente na fabricação. Mas, quando a venda final ocorre por valor menor ao presumido

utilizado na retenção, o contribuinte pode ter direito à restituição da diferença do imposto pago a maior.

Outro ponto importante refere-se ao diferencial de alíquota (DIFAL), especialmente em operações interestaduais. Empresas podem recolher valores indevidos em razão de cálculos incorretos, classificação inadequada das operações ou mudanças frequentes na regulamentação tributária.

Além disso, muitas organizações deixam de aproveitar corretamente os créditos de ICMS sobre mercadorias destinadas ao processo produtivo, energia elétrica, ativo imobilizado e materiais de uso intermediário. Em alguns casos, o crédito é perdido por falhas na escrituração fiscal digital ou ausência de controle documental adequado.

A recuperação correta desses créditos exige análise detalhada da legislação estadual, revisão das notas fiscais e acompanhamento constante das decisões judiciais e administrativas relacionadas ao imposto.

2.3 CRÉDITOS NO SIMPLES NACIONAL

Embora o Simples Nacional tenha sido criado para simplificar o recolhimento tributário das micro e pequenas empresas, ainda assim existem muitas situações em que ocorre pagamento indevido de tributos.

Um problema recorrente está relacionado à classificação incorreta de produtos sujeitos à tributação monofásica do PIS e da COFINS. Muitas empresas optantes pelo Simples acabam recolhendo essas contribuições mesmo quando já houve tributação concentrada na indústria ou importador, gerando direito à restituição.

Também são comuns erros de enquadramento no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D). Informações incorretas sobre atividade econômica, segregação de receitas ou anexos tributários podem elevar indevidamente a carga tributária da empresa.

Além disso, empresas podem ultrapassar limites de receita sem o devido controle ou permanecer em anexos menos vantajosos por ausência de planejamento tributário. Em determinados casos, revisões fiscais identificam pagamentos excessivos realizados durante vários anos.

A recuperação desses valores depende da revisão das declarações transmitidas, da análise das receitas segregadas e da correta aplicação das regras previstas na Lei Complementar nº 123/2006, que regula o Simples Nacional.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental acerca da recuperação de créditos tributários e seus impactos na gestão financeira empresarial.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da consulta de livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, periódicos especializados e publicações técnicas relacionados à contabilidade tributária, gestão fiscal, planejamento tributário e recuperação de créditos tributários. Foram utilizados autores reconhecidos na área contábil e tributária, tais como Fabretti (2017; 2021), Marion (2019), Harada (2022), Paulsen (2020) que abordam a temática da gestão tributária e seus reflexos no desempenho financeiro das organizações.

Quanto aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter descritivo, pois busca descrever os principais tipos de créditos tributários recuperáveis, os procedimentos envolvidos na recuperação tributária, os impactos financeiros decorrentes da restituição e compensação de tributos e a atuação estratégica do contador nesse processo. Também possui caráter exploratório, uma vez que procura ampliar a compreensão sobre temas contemporâneos relacionados à recuperação tributária, incluindo compliance fiscal, automação tributária, utilização do sistema PER/DCOMP e os desafios decorrentes da Reforma Tributária brasileira.

No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa possui natureza documental, considerando a análise de dispositivos legais e normativos que regulamentam a recuperação de créditos tributários no Brasil. Foram examinados documentos oficiais, legislações tributárias e normas administrativas, incluindo a (BRASIL, 1988), o (Brasil, 1966), a Lei Complementar nº 123/2006, as Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 (BRASIL, 2003), bem como instruções normativas e demais atos regulamentares emitidos pela Receita Federal do Brasil relacionados aos procedimentos de restituição, ressarcimento e compensação tributária.

A coleta de dados ocorreu por meio da leitura, seleção e análise crítica do material bibliográfico e documental. Posteriormente, as informações foram organizadas de acordo com os objetivos da pesquisa, permitindo a identificação dos principais créditos tributários passíveis de recuperação, dos benefícios financeiros proporcionados pela recuperação tributária, dos riscos associados às compensações indevidas e da relevância estratégica da atuação do profissional contábil.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, buscando interpretar as contribuições da literatura especializada e da legislação vigente para a compreensão da recuperação tributária como ferramenta de gestão financeira empresarial. Dessa forma, foi

possível relacionar os aspectos legais, contábeis e gerenciais do tema, evidenciando sua importância para a redução de custos tributários, melhoria do fluxo de caixa, fortalecimento do compliance fiscal e apoio à tomada de decisões nas organizações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um dos principais impactos da recuperação tributária ocorre na melhoria do fluxo de caixa empresarial. Os valores recuperados, seja por restituição ou compensação tributária, aumentam a liquidez da empresa e proporcionam maior disponibilidade financeira para o cumprimento de obrigações operacionais.

Em muitos casos, empresas enfrentam dificuldades financeiras não apenas pela falta de faturamento, mas também pelo excesso de tributos recolhidos incorretamente ao longo dos anos. A recuperação desses valores reduz a pressão sobre o capital de giro e diminui a necessidade de contratação de empréstimos ou financiamentos bancários, essas operações financeiras implicariam o pagamento de juros, o que agravaria a situação financeira das empresas.

Além disso, a compensação de créditos tributários com tributos futuros reduz os desembolsos mensais, permitindo maior previsibilidade financeira e melhor planejamento orçamentário. Dessa forma, a empresa passa a operar com maior equilíbrio entre entradas e saídas de recursos.

Outro ponto relevante é que a melhoria do fluxo de caixa aumenta a capacidade da organização de enfrentar períodos de instabilidade econômica, sazonalidades de mercado e oscilações de receita, fortalecendo sua segurança financeira.

Diante de tais informações, podemos ter como base no que Zdanowicz disse “O fluxo de caixa constitui um dos instrumentos mais importantes da administração financeira, permitindo o planejamento, controle e análise dos recursos financeiros da empresa. Sua adequada gestão possibilita maior capacidade de honrar obrigações, reduz riscos de insolvência e melhora a tomada de decisões financeiras.” (Zdanowicz, 2004, p. 23); onde podemos observar de forma comprovada de forma literal que tal prática de recuperação ajuda no seu fluxo de caixa de maneira que seja apropriado valores que seriam deles mas que por forma errônea.

A redução de custos tributários representa um dos principais benefícios proporcionados pela recuperação tributária, especialmente em um cenário de elevada carga fiscal e crescente competitividade empresarial. Por meio da identificação de pagamentos indevidos, recolhimentos realizados em desacordo com a legislação e créditos fiscais não aproveitados, as

organizações conseguem reduzir desembolsos desnecessários e direcionar recursos para atividades estratégicas da operação.

Nesse contexto, a recuperação tributária permite que a empresa passe a recolher apenas os tributos efetivamente exigidos pela legislação vigente, promovendo maior eficiência financeira e eliminando desperdícios decorrentes de falhas operacionais, interpretações inadequadas da norma tributária ou ausência de revisão fiscal periódica. Tal prática contribui diretamente para a melhoria da rentabilidade e para o fortalecimento da competitividade organizacional. Conforme destaca Marion:

A elevada carga tributária incidente sobre as atividades empresariais exige das organizações controles cada vez mais eficientes, capazes de evitar pagamentos indevidos e identificar oportunidades legais de economia fiscal. A adequada gestão tributária contribui não apenas para a redução de custos, mas também para o fortalecimento da situação econômica e financeira da empresa (Marion, 2019, p. 38).

Além do aspecto corretivo, a recuperação tributária também possui caráter preventivo e estratégico. Empresas que adotam revisões tributárias periódicas tendem a desenvolver controles fiscais mais eficientes, reduzindo inconsistências contábeis, riscos de autuações fiscais e incidência de penalidades futuras. Dessa forma, a gestão tributária deixa de atuar apenas como obrigação acessória e passa a integrar o planejamento financeiro e estratégico da organização. De acordo com Fabretti:

O planejamento tributário consiste no estudo preventivo dos efeitos jurídicos e econômicos das alternativas legais disponíveis ao contribuinte, possibilitando a redução lícita da carga tributária e o melhor aproveitamento dos recursos financeiros da empresa (Fabretti, 2017, p. 8).

Os estudos sobre gestão tributária demonstram que organizações que realizam auditorias fiscais e revisões periódicas apresentam maior eficiência operacional e financeira, uma vez que conseguem identificar oportunidades legais de recuperação de créditos tributários, corrigir inconsistências antes da fiscalização e reduzir perdas financeiras decorrentes de recolhimentos indevidos. Nesse sentido, a recuperação tributária consolida-se como importante instrumento de redução de custos, preservação do capital empresarial e aumento da sustentabilidade financeira das organizações.

A literatura aponta que o contador desempenha função central nos processos de recuperação tributária, atuando desde a identificação de créditos fiscais até a formalização dos pedidos de restituição e compensação perante a administração tributária. Segundo Fabretti (2017), o adequado planejamento tributário depende diretamente do conhecimento técnico da

legislação fiscal, uma vez que a interpretação correta das normas constitui requisito fundamental para a redução lícita da carga tributária e o aproveitamento dos benefícios previstos em lei. Nesse sentido, destaca-se que “o planejamento tributário exige, antes de tudo, profundo conhecimento da legislação tributária” (Fabretti, 2017, p. 8).

No contexto da recuperação tributária, a principal contribuição estratégica do contador está relacionada à revisão das operações fiscais da empresa. De acordo com Fabretti (2017), a análise sistemática dos tributos incidentes sobre as atividades empresariais permite identificar recolhimentos realizados indevidamente ou em valor superior ao exigido pela legislação. Essa atividade exige domínio da legislação tributária, das obrigações acessórias e dos procedimentos de apuração fiscal, constituindo uma das etapas essenciais para a constituição de créditos tributários passíveis de recuperação.

Corroborando essa perspectiva, José Carlos Marion afirma que a informação contábil somente cumpre sua finalidade gerencial quando produz dados confiáveis para a tomada de decisões. Aplicado à recuperação tributária, esse entendimento evidencia que a atuação do contador ultrapassa o mero cumprimento de obrigações fiscais, assumindo caráter analítico e estratégico na identificação de oportunidades de recuperação de valores pagos indevidamente.

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se ao papel do contador na interpretação da legislação tributária. Conforme Prado (2015), a elevada complexidade do sistema tributário brasileiro torna indispensável a presença de profissionais qualificados para interpretar normas, acompanhar alterações legislativas e avaliar seus impactos sobre as operações empresariais. A ausência dessa análise técnica pode resultar tanto em recolhimentos indevidos quanto na perda de créditos tributários legalmente aproveitáveis.

Além da identificação dos créditos, o contador exerce papel estratégico na operacionalização do processo de recuperação tributária. Estudos sobre gestão tributária destacam que procedimentos como levantamento documental, elaboração de memórias de cálculo, retificação de declarações fiscais e transmissão do PER/DCOMP demandam elevado grau de conhecimento técnico, sendo atividades diretamente relacionadas à atuação do profissional contábil (Fabretti, 2017; Prado, 2015). Também evidencia a relação entre recuperação tributária e compliance tributário. Segundo Fabretti (2017), a adoção de controles fiscais permanentes reduz significativamente a ocorrência de erros na apuração dos tributos e contribui para a identificação tempestiva de inconsistências fiscais. Nesse cenário, o contador atua de forma preventiva, estabelecendo mecanismos de controle capazes de minimizar riscos de autuações e assegurar o correto aproveitamento dos créditos tributários.

Sob a perspectiva estratégica, a recuperação tributária reforça a transformação do contador em agente de geração de valor dentro das organizações. Conforme observado por (Prado, 2015), a atuação contemporânea do profissional contábil não se limita ao atendimento das exigências legais, mas envolve participação ativa na gestão tributária e no suporte às decisões empresariais. Dessa forma, ao identificar oportunidades de recuperação de créditos e promover a otimização dos recursos financeiros da empresa, o contador passa a contribuir diretamente para a melhoria da eficiência econômica e da competitividade organizacional.

Embora a recuperação tributária apresente diversos benefícios financeiros e estratégicos para as empresas, os estudos analisados demonstram que o processo também envolve riscos relevantes. A complexidade da legislação tributária brasileira, aliada ao crescimento do mercado de consultorias fiscais, têm contribuído para o aumento de práticas inadequadas, compensações indevidas e insegurança jurídica, muitas vezes gerada por ambiguidade da legislação.

Nesse contexto, a recuperação tributária exige atuação técnica qualificada, análise documental rigorosa e observância das normas legais e administrativas estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores. Quando realizada sem critérios adequados, a prática pode gerar consequências financeiras e jurídicas significativas para as empresas.

As compensações tributárias realizadas de forma incorreta representam outro risco relevante identificado nos estudos. Embora a compensação seja um instrumento legal previsto na legislação tributária, sua utilização exige precisão técnica e documentação adequada.

Quando a empresa compensa tributos sem possuir crédito legítimo ou sem cumprir os requisitos legais exigidos, pode sofrer autuações fiscais e penalidades administrativas. Entre as principais consequências estão a cobrança do tributo compensado indevidamente, aplicação de multas e incidência de juros sobre os valores apurados.

Além dos impactos financeiros, compensações indevidas podem aumentar significativamente o risco fiscal da empresa, comprometendo sua regularidade perante os órgãos públicos e dificultando operações financeiras, obtenção de certidões negativas e participação em licitações.

Em situações mais graves, dependendo da existência de dolo, fraude ou simulação, também pode haver responsabilização criminal dos responsáveis pela empresa e dos profissionais envolvidos. Crimes contra a ordem tributária podem resultar em processos judiciais e sanções penais previstas na legislação brasileira.

A correta utilização do sistema PER/DCOMP exige conhecimento técnico especializado, uma vez que erros na apuração dos créditos tributários, inconsistências

documentais ou interpretações inadequadas da legislação podem resultar no indeferimento dos pedidos de compensação e restituição. Nesse contexto, a gestão tributária preventiva assume papel relevante na mitigação de riscos fiscais e na segurança dos procedimentos adotados pela empresa (Fabretti, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação de créditos tributários mostrou-se uma importante ferramenta de gestão financeira empresarial, permitindo às organizações identificar valores recolhidos indevidamente e promover sua restituição ou compensação de forma legal. Ao longo do estudo, verificou-se que a recuperação tributária vai além do simples ressarcimento de tributos, contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa, redução de custos, fortalecimento do compliance fiscal e aumento da eficiência financeira das empresas.

Também foi possível observar que diferentes modalidades de créditos tributários, como os relacionados ao PIS, à COFINS, ao ICMS e às contribuições previdenciárias, representam oportunidades relevantes de recuperação financeira quando corretamente identificadas e analisadas. Nesse contexto, destacou-se a atuação estratégica do contador, profissional responsável pela interpretação da legislação tributária, revisão dos procedimentos fiscais e identificação de oportunidades de aproveitamento de créditos tributários.

Por outro lado, o estudo evidenciou que a recuperação tributária exige cautela e embasamento técnico, uma vez que erros na apuração dos créditos ou compensações indevidas podem gerar autuações, penalidades e riscos fiscais para as organizações. Dessa forma, torna-se indispensável a adoção de controles internos eficientes, revisões periódicas e acompanhamento constante das alterações legislativas.

Conclui-se, portanto, que a recuperação tributária constitui um instrumento estratégico capaz de gerar benefícios financeiros e competitivos para as empresas, desde que realizada de forma planejada, segura e em conformidade com a legislação vigente. Além disso, o tema apresenta relevância crescente diante das transformações do ambiente tributário brasileiro, demonstrando a importância da atuação técnica do profissional contábil na promoção da sustentabilidade financeira e da segurança fiscal das organizações.

AGRADECIMENTOS

Reconhecemos a importância do apoio recebido pelo Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB), que concedeu a isenção da taxa de processamento deste artigo, contribuindo para ampliar a divulgação dos resultados desta pesquisa.

Agradecemos também ao Grupo de Pesquisa Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional (GPEDR), no qual este estudo foi desenvolvido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 1966.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para o PIS/Pasep. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da COFINS. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Atlas, 2017.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Atlas, 2021.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. São Paulo: Atlas, 2022.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2021.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. São Paulo: Saraiva, 2015.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. São Paulo: Saraiva, 2020.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. São Paulo: Atlas, 2004.

EVIZIA. **Governo recebeu meio trilhão a mais em tributos: como as empresas podem recuperar valores pagos indevidamente**. 2024.

Capítulo 16
A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CARGOS DE
LIDERANÇA NA CONTABILIDADE: AVANÇOS E
BARREIRAS PROFISSIONAIS

Bianca Kelli Cassiano da Silva
Maria Gorete Pessoa Pinheiro Schevchenco
Patrícia Ponsiano Ricardo
Allysson Barbosa Fernandes

A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CARGOS DE LIDERANÇA NA CONTABILIDADE: AVANÇOS E BARREIRAS PROFISSIONAIS

Bianca Kelli Cassiano da Silva¹

Graduação em Ciências Contábeis
Centro Universitário do Maciço de Baturité

Patrícia Ponsiano Ricardo³

Pós-Graduação em Contabilidade e Gestão
de Pessoas
Centro Universitário Leonardo da Vinci

Maria Gorete Pessoa Pinheiro

Schevchenko²

Masters Education With Specialization in
Digital Sustainability
American Global Tech University

Allysson Barbosa Fernandes⁴

Mestrado em Comunicação, Linguagens e
Cultura
Universidade da Amazônia

RESUMO

Neste estudo, foram analisados, a carreira das mulheres na indústria contábil brasileira e como elas passam de uma presença técnica para uma parte fundamental na tomada de decisões. Embora a contabilidade seja um pilar do sistema de gestão organizacional, a sub-representação das mulheres no setor de gestão ainda é um problema. Utilizando uma abordagem qualitativa-descritiva e análise de dados baseada em pesquisa bibliográfica, o estudo mostra que o número de mulheres aumentou em 7% nos últimos dez anos e há aproximadamente 241.491 mulheres registradas no sistema CFC/CRC's, representam atualmente 44,7% de toda a classe contábil brasileira. No entanto, o estudo também mostra que o "teto de vidro" continua sendo um fator persistente e 86,67% das profissionais tiveram sua autoridade questionada e 53% sentem a necessidade de provar suas habilidades constantemente em relação aos colegas do sexo masculino. Embora o treinamento técnico seja o núcleo da educação universitária, as mulheres não conseguem ascender a posições de liderança devido a estereótipos de gênero e à falta de apoio institucional para a parentalidade. Este estudo destaca que a equidade não é apenas um imperativo ético, mas é uma estratégia competitiva e de inovação chave para a sustentabilidade do mercado contábil no futuro.

Palavras-chave: Liderança Feminina. Barreiras de Gênero. Diversidade Organizacional.

ABSTRACT

This study analyzes the career trajectory of women in the Brazilian accounting profession and their transition from technical roles to strategic decision-making positions. Although accounting is a fundamental pillar of organizational management systems, the underrepresentation of women in leadership positions remains a significant challenge. Using a qualitative and descriptive approach supported by bibliographic research, the study reveals a 7% increase in the number of women in the profession over the last decade, with approximately 241,491 women currently registered in the Federal Accounting Council (CFC) and Regional Accounting Councils (CRCs), representing 44.7% of the Brazilian accounting workforce. Despite this progress, the findings indicate that the glass ceiling remains a persistent barrier: 86.67% of female professionals reported having their authority questioned, and 53% stated that they constantly feel the need to prove their competence in comparison with male colleagues. The study also demonstrates that, although technical training constitutes the core of accounting education, gender stereotypes and the lack of institutional support for parenthood continue to hinder women's advancement to leadership positions. The research concludes that promoting gender equity in accounting is not only an ethical imperative but also a strategic factor for competitiveness, innovation, and the long-term sustainability of the accounting market.

Keywords: Female Leadership. Gender Barriers. Organizational Diversity.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade contemporânea transcendeu a mera execução técnica para se consolidar como o pilar central da governança, transparência e integridade das organizações. Neste cenário, a equidade de gênero deixa de ser uma pauta exclusivamente de justiça social para se tornar um imperativo de competitividade. Organizações que promovem a diversidade em seus quadros diretivos capturam o “dividendo da diversidade”, apresentando maior capacidade de inovação e resiliência em mercados voláteis. Contudo, a sociologia do trabalho revela que o avanço quantitativo feminino no Brasil ainda não se traduz em uma ocupação qualitativa equivalente nos espaços de poder. Dados consolidados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) indicam uma mudança demográfica vigorosa: o número de profissionais mulheres registradas saltou de aproximadamente 226 mil em 2016 para quase 241.491 mil atualmente, um crescimento de 7% que continua em constante ascensão.

No entanto, apesar desse crescimento, a participação feminina na alta liderança das empresas brasileiras permanece baixa. A pesquisa Panorama Mulheres 2025, realizada pelo Instituto Talenses Group e o Núcleo de Estudos de Gênero do Insper, revelou que apenas 17,4% das empresas brasileiras possuem lideranças femininas, um número que se mantém inalterado em relação às edições anteriores e é inferior à média mundial de 29%. Em empresas de médio porte no Brasil, a participação feminina em cargos de liderança é de 37,7% atualmente, uma queda em relação ao auge de 39% atingido em 2021.

A disparidade torna-se latente ao analisarmos o “leaky pipeline” (funil de talentos). No Estado de Minas Gerais, por exemplo, existe um “empate técnico” na categoria de contador, com 17.342 mulheres e 17.118 homens. Todavia, à medida que a hierarquia se eleva, essa paridade desaparece, evidenciando que o acesso ao topo é filtrado por barreiras invisíveis.

A presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar a evolução da presença feminina na contabilidade e as barreiras estruturais que sustentam sua sub-representação na liderança. Enquanto objetivos específicos: (1) revisar as bases teóricas que moldam a divisão sexual do trabalho no setor contábil; (2) identificar os mecanismos simbólicos que restringem a trajetória das contadoras brasileiras; (3) Propor caminhos para a transformação das estruturas institucionais visando a equidade de gênero na liderança contábil.

Apesar do avanço quantitativo de mulheres na contabilidade, a sub-representação feminina em cargos de alta gestão persiste, configurando um paradoxo no desenvolvimento profissional. Este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Quais são as barreiras estruturais e os mecanismos simbólicos que impedem a ascensão de mulheres a posições de

liderança no setor contábil brasileiro, mesmo com a paridade na formação acadêmica e o reconhecimento dos benefícios da diversidade?

A equidade de gênero na contabilidade não é apenas um imperativo ético, mas uma estratégia de competitividade e inovação indispensável para a sustentabilidade do mercado contábil. A literatura demonstra que empresas com maior diversidade de gênero em cargos de liderança apresentam melhor desempenho financeiro, maior capacidade de inovação e resiliência em mercados voláteis. Compreender e mitigar as barreiras à liderança feminina, portanto, não é apenas uma questão de justiça social, mas uma necessidade estratégica para o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor contábil brasileiro.

Espera-se que este estudo contribua para a compreensão aprofundada das dinâmicas de gênero no setor contábil, fornecendo subsídios para a formulação de políticas e práticas organizacionais que promovam a equidade e a inclusão. Além disso, busca-se inspirar futuras pesquisas sobre interseccionalidade e liderança feminina na contabilidade.

2 EVOLUÇÃO E INSERÇÃO: O CASO SUELY MARIA

As estruturas que regem o mundo do trabalho são historicamente construídas sobre uma lógica androcêntrica. Compreender a liderança feminina exige uma análise que desconstrua os vieses inconscientes e valide o estudo acadêmico como ferramenta de transformação organizacional. Além do “Teto de Vidro” (Glass Ceiling), que impede a ascensão de mulheres a cargos de liderança, o fenômeno do “Penhasco de Vidro” (Glass Cliff) também se manifesta, colocando mulheres em posições de liderança mais precárias e de alto risco.

Historicamente, a inserção feminina foi relegada a funções de “cuidado”, e a transição para profissões tradicionalmente masculinas, como a contabilidade, exigiu uma ruptura significativa com esses papéis sociais preestabelecidos. A entrada das mulheres no mercado de trabalho formal, intensificada a partir do século XX, foi marcada por desafios e pela necessidade de provar competência em ambientes hostis.

Um exemplo emblemático dessa evolução é a trajetória de Suely Maria Marques de Oliveira (CRCMG, 2022) que exemplifica a quebra de paradigmas na profissão contábil. Ao tornar-se a primeira mulher a presidir o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, Oliveira consolidou um marco de representatividade em uma instituição historicamente liderada por homens. Nascida em uma família de contadores, Suely percorreu desde a formação técnica até o bacharelado na PUC Minas, enfrentando um mercado que, há 33 anos, era majoritariamente masculino. Seu relato evidencia que a conquista de espaços de consultoria e presidência exigiu enfrentar a resistência sistemática de homens que não aceitavam receber

orientações de uma mulher, demonstrando que o protagonismo feminino é fruto de uma resiliência política e técnica. A experiência de Suely Maria reflete a luta de muitas mulheres que, ao longo da história, desafiaram as normas de gênero para ocupar posições de destaque e influenciar a transformação de suas áreas de atuação.

2.1 Teorias de McGregor e o Paradoxo da Liderança

A análise sociológica da gestão frequentemente utiliza as Teorias X e Y de Douglas McGregor para compreender os estilos de liderança e suas implicações. A Teoria X pressupõe que os funcionários são inerentemente preguiçosos e precisam ser controlados e direcionados, um estilo frequentemente associado a um arquétipo masculino de comando e controle. Em contraste, a Teoria Y postula que os funcionários são automotivados e buscam responsabilidades, favorecendo um estilo de liderança participativo e focado no desenvolvimento humano, características frequentemente atribuídas a abordagens mais colaborativas.

No contexto da liderança feminina na contabilidade, surge um paradoxo institucional. Embora as organizações contemporâneas afirmem valorizar os princípios da Teoria Y, que promovem a colaboração e a inovação, elas frequentemente continuam a recompensar comportamentos alinhados à Teoria X quando exibidos por homens. Por outro lado, mulheres que demonstram assertividade e determinação, qualidades essenciais para a liderança, são frequentemente punidas ou rotuladas negativamente, como “agressivas” ou “mandona”, enquanto seus pares masculinos são elogiados pelas mesmas características. Essa dupla penalidade contribui para as barreiras enfrentadas pelas mulheres na ascensão a cargos de liderança, perpetuando estereótipos de gênero e dificultando a plena valorização de suas competências e estilos de gestão.

2.2 Barreiras Estruturais e Interseccionalidade

O “Teto de Vidro” (Glass Ceiling) descreve a barreira invisível alimentada pelo “Preconceito de Competência”, onde cerca de 53,33% das lideranças femininas relatam a necessidade de “provar mais” sua habilidade do que seus pares masculinos. Este fenômeno é frequentemente seguido pelo “Penhasco de Vidro” (Glass Cliff), que ocorre quando mulheres são promovidas a posições de liderança em momentos de crise ou em organizações com alto risco de falha, onde as chances de sucesso são menores.

Sob a lente de Crenshaw (2002), essa exclusão é agravada pela interseccionalidade: as barreiras para mulheres negras são exponencialmente maiores, resultando em uma

representatividade inferior a 1% na alta liderança brasileira. Como defende Scott (1995), o gênero atua como uma lente epistemológica que revela esses mecanismos profundos de dominação nas relações de trabalho. A combinação desses fatores cria um ambiente desafiador para a ascensão e permanência de mulheres em cargos de liderança, especialmente em setores como a contabilidade, que historicamente foram dominados por homens.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A definição dos procedimentos metodológicos é importante para que os resultados sejam confiáveis e cientificamente sólidos. Este estudo é de natureza qualitativa e descritiva, baseado em métodos bibliográficos e documentais e visa compreender como gênero e liderança na contabilidade estão em jogo. O método é escolhido porque o estudo se baseia não apenas nos números, mas também em variáveis socioculturais e subjetivas que moldam as trajetórias de carreira das mulheres.

A pesquisa foi organizada em duas partes: coleta e análise de dados. A primeira parte deste trabalho envolve uma revisão sistemática da literatura em bases de dados científicas como SciELO, Google Scholar e repositórios acadêmicos de referência para encontrar resultados dos últimos dez anos. Isso ajudou a estabelecer um referencial teórico sobre conceitos fundamentais como a divisão sexual do trabalho, o Teto de Vidro e teorias de Liderança na contabilidade.

A segunda frente foi baseada na análise documental de fontes institucionais primárias e secundárias. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), estatísticas dos Conselhos Regionais (CRC) e pesquisas de mercado recentes (Panorama Mulheres 2025) foram revisados. Quando fazemos esse confronto entre teoria acadêmica e dados institucionais, conseguimos retratar o desenvolvimento da participação feminina na profissão e identificar barreiras de exclusão ou avanço na realidade brasileira. A abordagem utilizada pretende mostrar uma base sólida para a construção de um debate sério sobre equidade de gênero e conectar evidências passadas a tendências atuais no mercado contábil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Transformar dados em inteligência organizacional é vital para compreender como a diversidade impacta o desempenho financeiro e a inovação nas firmas de contabilidade.

O avanço quantitativo de 7%, e que se mantém constante, nos registros do Sistema CFC/CRCs é um marco importante, mas a paridade numérica nos conselhos e cargos de decisão ainda é uma meta distante, reforçando a persistência do Teto de Vidro. A pesquisa Panorama Mulheres 2025 corrobora essa realidade, mostrando que a participação feminina na alta

liderança e em conselhos de administração ainda é significativamente baixa no Brasil. O dado mais alarmante da pesquisa original revela que 86,67% das mulheres tiveram sua autoridade questionada, sendo que em 60% dos casos o questionamento partiu de colegas de trabalho (exclusão horizontal). Esse cenário evidencia a prática sistemática do “mansplaining” e a desvalorização em reuniões, onde o conhecimento técnico feminino é frequentemente mediado ou ignorado por pares masculinos, contribuindo para a perpetuação de um ambiente de trabalho hostil e excludente.

O equilíbrio entre vida profissional e pessoal permanece como o maior entrave qualitativo para a ascensão feminina. O fenômeno da dupla jornada (ou *double burden*), amplamente discutido por Hirata e Kergoat (2007), evidencia como a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade primária pelas tarefas domésticas e de cuidado, sobrecarregando-as em relação aos seus pares masculinos. Complementarmente, a carreira feminina frequentemente colide com o chamado 'muro materno' (*maternal wall*), conceito de Williams (2004) que descreve as barreiras e preconceitos enfrentados especificamente por mães no ambiente corporativo, onde a competência profissional é injustamente questionada em função da maternidade. A maternidade, em particular, ainda é penalizada pelas organizações, sendo percebida como uma redução do “comprometimento” profissional, um viés que não atinge a paternidade. Essa percepção contribui para o “muro materno”, uma barreira invisível que dificulta o avanço de mulheres com filhos em suas carreiras. Estratégias como redes de apoio e gestão rigorosa de prioridades são relatadas como “ferramentas de sobrevivência”, evidenciando que o ônus da dupla jornada ainda é quase exclusivamente feminino, impactando diretamente a disponibilidade e a energia das mulheres para assumir posições de liderança.

A liderança feminina aporta benefícios tangíveis que transcendem o lucro, impactando positivamente a cultura organizacional e os resultados financeiros. Estudos demonstram que a presença de mulheres em cargos de liderança está associada a uma maior coesão de equipe, com estilos participativos que reduzem o turnover e aumentam o engajamento dos colaboradores. Além disso, a inteligência emocional é frequentemente mais desenvolvida em líderes femininas, resultando em maior eficácia na mediação de conflitos e na promoção de uma cultura de empatia organizacional. A inovação inclusiva é outro diferencial crucial. Segundo Bersin (2015), ambientes de trabalho diversificados têm 1,7 vezes mais chances de serem líderes em inovação, além de apresentarem maior capacidade de adaptação a mudanças e resiliência em cenários de crise. A diversidade de pensamento e de perspectivas que as mulheres trazem para a liderança é um catalisador para a criatividade e para a identificação de soluções mais abrangentes e eficazes.

O papel do CFC Mulher e da Comissão Nacional da Mulher Contabilista tem sido fundamental para fomentar o networking. Eventos como o XIII Encontro Nacional da Mulher Contabilista (Manaus, 2023) focaram no “protagonismo”, reforçando que a trajetória individual de mulheres como Suely Maria compõe o sucesso coletivo da categoria. Alguns Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), como o CRCCE e o CRCRJ, têm promovido iniciativas voltadas ao reconhecimento da atuação feminina na profissão, entre elas a instituição do Dia da Mulher Profissional da Contabilidade, comemorado nos dias 03 de dezembro e 10 de junho, respectivamente. Que constitui uma importante iniciativa de valorização da participação feminina na profissão contábil. Além de reconhecer as contribuições históricas e contemporâneas das mulheres para o desenvolvimento da área, essa medida fortalece sua visibilidade nos espaços técnicos, acadêmicos e decisórios. Logo, a criação da data representa um avanço no processo de ampliação da representatividade feminina, contribuindo para o reconhecimento profissional e para o fortalecimento da equidade de gênero na profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise que se trata da participação feminina na liderança contábil, a sua diferença entre o avanço quantitativo e a ocupação qualitativa dos espaços de poder é extremamente relevante. Como apresentado neste estudo, a classe contábil brasileira alcançou um nível de quase paridade de registro profissional e formação acadêmica, o que ajudou a tornar a presença técnica das mulheres um pilar fundamental da profissão. Mas a ascensão a posições de alta gestão ainda está sujeita a barreiras estruturais que permanecem.

Os dados também mostram que fenômenos como o “Teto de Vidro” e o “Penhasco de Vidro” são reais para as contadoras, e, portanto, não são algo abstrato ou teórico, mas prático. No entanto, o grande percentual de pessoas que são desafiadas e têm que provar que são melhores que seus colegas homens indica que o viés de gênero ainda está presente no local de trabalho. A troca entre carreira e vida, que é complicada pelo duplo turno, também é um dos maiores obstáculos para que as mulheres se tornem líderes estratégicas.

De qualquer forma, a equidade de gênero na contabilidade é muito mais do que uma posição pessoal e requer uma grande mudança cultural e sistêmica. Por mais que mudanças institucionais e a liderança de líderes femininas atuais sugiram um futuro com maior visibilidade e uma visão holística das mulheres na alta gestão, a mudança estrutural necessária para remover o viés inconsciente e tornar as políticas corporativas mais inclusivas é fundamental para o futuro da contabilidade.

AGRADECIMENTOS

Nossa gratidão ao Grupo de Pesquisa Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional (GPEDR), que proporcionou o ambiente acadêmico necessário ao desenvolvimento desta pesquisa.

Agradecemos, ainda, ao Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB), cuja política viabilizou a publicação deste trabalho com isenção da taxa de processamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Mulheres na contabilidade: diagnóstico e perspectivas**. Brasília: CFC, 2024.

INSTITUTO TALENSES GROUP; INSPER. **Panorama Mulheres 2025**: a persistência da desigualdade de gênero nas empresas brasileiras. São Paulo, 2025.

ALVES, Mariana Rosa da Silva; BERGAMO, Fabio Vinicius de Macedo. Do teto de vidro ao penhasco de vidro: barreiras invisíveis e contínuas na liderança feminina. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 22, n. 2, p. 12-24, 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para a reunião de especialistas sobre aspectos da discriminação racial relacionados ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 171-188, 2002.

MCGREGOR, Douglas. **O lado humano da empresa**. Edição Revisada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

WILLIAMS, Joan C. The Maternal Wall. **Harvard Business Review**, out. 2004.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS (CRCMG). **Especial CFC Mulher**: liderança feminina na Contabilidade. Belo Horizonte: CRCMG, 30 set. 2022.

BERSIN, Josh. **High-Impact Diversity and Inclusion**: The New Maturity Model. Deloitte Development LLC, 2015.

Capítulo 17
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ATRAÇÃO DE
INVESTIMENTOS: NOVAS PERSPECTIVAS ECONÔMICAS
APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA

Micael Nogueira Ramos
Allysson Barbosa Fernandes

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS: NOVAS PERSPECTIVAS ECONÔMICAS APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA

Micael Nogueira Ramos

Graduação em Ciências Contábeis
Centro Universitário do Maciço de Baturité

Allysson Barbosa Fernandes

Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura
Universidade da Amazônia

RESUMO

A Emenda Constitucional n.º 132/2023 representa a mais profunda transformação do sistema tributário brasileiro desde a Constituição Federal de 1988, extinguindo tributos sobre o consumo de competência estadual e municipal entre eles o Imposto sobre Serviços (ISS) e substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cobrado segundo o princípio do destino. A presente pesquisa busca analisar como a Reforma Tributária reconfigura a dinâmica competitiva entre municípios brasileiros, com ênfase nas perspectivas e nos desafios para os municípios cearenses diante da extinção gradual da guerra fiscal. O referido estudo adota revisão bibliográfica sistemática e análise documental, contemplando legislação federal, relatórios de organismos governamentais, literatura acadêmica nacional e dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Enquanto resultados, percebe-se que a transição do princípio da origem para o princípio do destino elimina os incentivos que sustentavam a guerra fiscal, mas inaugura uma nova modalidade de competição interjurisdicional baseada em qualidade de vida, infraestrutura e capital humano. Para os municípios cearenses historicamente dependentes de transferências constitucionais e com baixa arrecadação própria, a reforma impõe a necessidade urgente de modernização do IPTU e do ITBI, fortalecimento da capacidade institucional e reorientação das estratégias de desenvolvimento local. Conclui-se que a Reforma Tributária representa tanto uma ameaça à autonomia fiscal dos pequenos municípios quanto uma oportunidade para aqueles que investirem em gestão adaptativa e desenvolvimento territorial endógeno, exigindo reorganização institucional abrangente ao longo do período de transição (2026-2033).

Palavras-chave: Reforma Tributária. Guerra Fiscal. Municípios Cearenses. IBS.

ABSTRACT

Constitutional Amendment No. 132/2023 represents the most profound transformation of the Brazilian tax system since the 1988 Federal Constitution, abolishing state and municipal consumption taxes—including the Tax on Services (ISS)—and replacing them with the Tax on Goods and Services (IBS), levied according to the destination principle. This research analyzes how the Tax Reform reshapes competitive dynamics among Brazilian municipalities, focusing on the prospects and challenges for municipalities in the state of Ceará amidst the gradual phasing out of the "fiscal war." The study employs a systematic literature review and document analysis, covering federal legislation, government agency reports, national academic literature, and data from the Institute for Applied Economic Research (Ipea). The findings indicate that the transition from the origin principle to the destination principle eliminates the incentives that fueled the fiscal war but ushers in a new form of inter-jurisdictional competition based on quality of life, infrastructure, and human capital. For Ceará's municipalities—historically dependent on constitutional transfers and characterized by low own-source revenue—the reform creates an urgent need to modernize property taxes (IPTU and ITBI), strengthen institutional capacity, and reorient local development strategies. The study concludes that the Tax Reform poses both a threat to the fiscal autonomy of small municipalities and an opportunity for those that invest in adaptive management and endogenous territorial development, necessitating comprehensive institutional reorganization throughout the transition period (2026-2033).

Keywords: Tax Reform. Fiscal War. Municipalities in Ceará. IBS.

1 INTRODUÇÃO

A aprovação da Emenda Constitucional n.º 132, em 20 de dezembro de 2023, inaugurou a mais abrangente transformação do sistema tributário brasileiro desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. A reforma, regulamentada pela Lei Complementar n.º 214/2025, substituirá cinco tributos – PIS, COFINS, IPI (parcialmente), ICMS e ISS – por dois impostos integrados sobre o valor adicionado: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios (Jusbrasil, 2025). A magnitude desta transformação não tem precedentes na história tributária nacional: trata-se da unificação de um sistema que, ao longo de décadas, se tornou um dos mais complexos e onerosos do mundo, impondo custos de conformidade que chegam a representar 1,5% do PIB nacional (Banco Mundial, 2023).

Entre as consequências mais relevantes para o pacto federativo, destaca-se a extinção gradual do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) – principal tributo próprio de muitos municípios brasileiros – e a adoção do princípio do destino como critério de partilha das receitas do IBS. Essa mudança estrutural elimina os incentivos que historicamente alimentavam a chamada guerra fiscal entre entes subnacionais, mas, ao mesmo tempo, inaugura uma nova arena competitiva, na qual os municípios disputarão investimentos e residentes por meio de atributos não tributários: qualidade de vida, infraestrutura, capital humano e ambiente institucional para negócios (Conjur, 2025). A extinção da guerra fiscal, portanto, não representa o fim da competição interjurisdicional, mas sua metamorfose para formas qualitativamente distintas, com implicações profundas para a gestão pública municipal.

Para os municípios cearenses, essa transição é especialmente desafiadora. O Ceará é reconhecido pelo elevado grau de dependência de seus municípios em relação a transferências constitucionais – notadamente o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – com estimativas indicando que 95% deles têm mais de dois terços de suas receitas oriundas de repasses intergovernamentais (Sintaf, 2024). A capacidade de arrecadação tributária própria é historicamente baixa, e a extinção do ISS pode comprometer a autonomia fiscal local caso não sejam adotadas estratégias adaptativas consistentes e sustentadas ao longo do período de transição, estimado em sete anos (2026–2033). Esse contexto torna particularmente relevante a análise das alternativas disponíveis para os gestores municipais cearenses no novo ambiente tributário.

O presente artigo tem como objetivo analisar como a Reforma Tributária configura a dinâmica competitiva intermunicipal no Brasil, com ênfase nas perspectivas e nos desafios específicos para os municípios cearenses. Para tanto, examina-se: (i) a lógica da guerra fiscal

no modelo tributário pré reforma e suas distorções sobre o federalismo fiscal brasileiro; (ii) as mudanças estruturais introduzidas pela EC n.º 132/2023 e pela LC n.º 214/2025, especialmente no que tange à partilha de receitas municipais; (iii) as novas formas de competição municipal por investimentos no ambiente pós reforma, articuladas à literatura sobre desenvolvimento territorial; e (iv) as estratégias que os municípios cearenses podem adotar para fortalecer sua posição fiscal e competitiva durante e após o período de transição.

O trabalho justifica-se pela relevância acadêmica e prática do tema, considerando que a transição tributária em curso afetará de modo desigual os entes federativos. Teoricamente, o artigo contribui para a literatura sobre federalismo fiscal ao articular o debate sobre competição interjurisdicional com as especificidades do federalismo brasileiro periférico. Empiricamente, a análise do caso cearense oferece evidências sobre como os municípios de regiões menos desenvolvidas podem adaptar suas estratégias de desenvolvimento no contexto da reforma tributária. A estrutura do artigo contempla, além desta introdução, o referencial teórico (seção 2), os procedimentos metodológicos (seção 3), os resultados e a discussão (seção 4) e as conclusões (seção 5).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Guerra Fiscal no Federalismo Brasileiro: Origens e Distorções

A literatura sobre federalismo fiscal define a guerra fiscal como a competição predatória entre jurisdições por meio da concessão unilateral de benefícios tributários, com o objetivo de atrair investimentos, empregos e receitas (Varsano, 1997). No Brasil, esse fenômeno assumiu contornos particularmente agudos em razão das características estruturais do sistema tributário, que conferia às unidades subnacionais ampla autonomia para legislar sobre tributos chave do consumo, especialmente o ICMS estadual e o ISS municipal. A combinação de competência tributária descentralizada com fortes incentivos fiscais competitivos criou um ambiente de *race to the bottom*: a disputa por investimentos por meio de concessões de benefícios cada vez mais generosos, muitas vezes sem contrapartida de desenvolvimento econômico sustentável.

A guerra fiscal do ICMS é o exemplo mais emblemático dessa dinâmica. Estados concediam isenções, diferimentos e créditos presumidos de ICMS de forma unilateral, em violação ao art. 155, § 2.º, XII, g, da Constituição Federal, que exige aprovação unânime do Confaz para a concessão de benefícios fiscais do imposto. Esse arcabouço gerava distorções alocativas graves: investimentos eram direcionados não para os locais mais eficientes economicamente, mas para aqueles que ofereciam os maiores subsídios tributários. Conforme aponta o TJSP (2024), a guerra fiscal do ICMS influenciava negativamente a produtividade

brasileira, induzindo alocações em locais de produção menos eficiente, tanto em estados pobres quanto nos mais ricos. Além das distorções alocativas, o fenômeno gerava imenso contencioso tributário, custos de conformidade elevadíssimos estimados em cerca de 1.500 horas anuais por empresa para cumprimento de obrigações tributárias (World Bank, 2020) e insegurança jurídica sistêmica, prejudicando o ambiente de negócios.

No âmbito municipal, a guerra fiscal pelo ISS caracterizava-se pela disputa sobre o local de incidência do tributo se na sede do prestador ou no local da prestação do serviço. Municípios competiam para se tornarem mais atrativos para a instalação de prestadores de serviços de grande porte, especialmente nos setores financeiro, de tecnologia da informação e de saúde, por meio de alíquotas mínimas (a LC n.º 116/2003 fixou alíquota mínima de 2%) ou de desonerações indiretas. Esse modelo, embora gerasse arrecadação de curto prazo para os municípios anfitriões, aprofundava as desigualdades fiscais horizontais, criava incentivos perversos para a alocação ineficiente de atividades econômicas e desincentivar o investimento em infraestrutura e serviços públicos por parte dos municípios que concediam os benefícios (Cialdini & Afonso, 2025).

A perspectiva da escolha pública (public choice) oferece uma lente teórica para compreender por que a guerra fiscal persistia mesmo diante de seus efeitos negativos amplamente reconhecidos. Segundo Oates (1999), a competição tributária pode ser eficiente quando impede que governos locais expandam excessivamente a carga tributária, mas torna-se predatória quando provoca erosão das bases tributárias abaixo do nível ótimo de provimento de bens públicos. No Brasil, a ausência de mecanismos institucionais de coordenação eficazes e a pressão política sobre gestores locais para apresentar resultados de atração de investimentos no curto prazo criavam condições estruturais para a perpetuação da competição predatória.

2.2 O Modelo IVA Dual e o Princípio do Destino: fundamentos e implicações federativas

A adoção do modelo IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) Dual pela EC n.º 132/2023 insere o Brasil em uma trajetória convergente com as melhores práticas internacionais de tributação sobre o consumo. O modelo dual articula dois tributos com regras harmonizadas e base de incidência comum, mas competências distintas: a CBS federal, que substitui o PIS e a COFINS, e o IBS subnacional, que absorve o ICMS estadual e o ISS municipal. Ambos têm como características centrais a não cumulatividade plena com direito ao crédito de todos os tributos incidentes nas etapas anteriores da cadeia produtiva e a incidência sobre o destino, ou seja, onde o bem ou serviço é efetivamente consumido (Netcpa, 2025).

O princípio do destino representa uma mudança paradigmática em relação ao modelo anterior. No sistema pré-reforma, a receita era atribuída ao local de origem da atividade econômica, município ou estado onde o bem era produzido ou o serviço prestado. No novo modelo, a receita pertence ao local onde o consumidor final se encontra. Essa alteração tem implicações profundas para a distribuição federativa das receitas: municípios predominantemente consumidores em geral, aqueles com maior população e dinamismo comercial tendem a ser beneficiados, enquanto municípios predominantemente produtores especialmente os que abrigam grandes indústrias ou prestadores de serviços podem sofrer perdas de arrecadação no período de transição (Sinfrerj, 2025). O modelo é, portanto, redistributivo no médio prazo, favorecendo os territórios com maior densidade populacional e menor base produtiva local.

A gestão do IBS será realizada pelo Comitê Gestor do IBS (CGIBS), composto paritariamente por representantes de estados e municípios, responsável pela arrecadação centralizada, distribuição das receitas e edição de regulamentos. Cada município definirá uma única alíquota municipal do IBS, uniforme para todas as operações com consumidores no município, deliberada pela Câmara Municipal e registrada no CGIBS com transparência nacional (Clicknotas, 2026). Essa centralização da gestão tributária representa uma redução significativa da autonomia discricionária dos municípios, mas também uma simplificação substancial do sistema, que beneficia as empresas contribuintes e a administração fiscal como um todo.

O Quadro 1 sintetiza as principais mudanças introduzidas pelo modelo IVA Dual em comparação ao sistema tributário anterior, com ênfase nos aspectos relevantes para os municípios.

Quadro 1 – Comparativo entre o sistema tributário anterior e o modelo IVA Dual

Critério	Modelo Anterior (pré 2023)	Modelo IVA Dual (pós 2023)	Impacto Municipal
Tributos	ISS, ICMS, PIS, COFINS, IPI	IBS (estados+mun.) e CBS (federal)	Extinção gradual do ISS até 2033
Princípio	Origem (local de produção)	Destino (local de consumo)	Municípios consumidores ganham
Autonomia	Alta: alíquotas e benefícios próprios	Restrita: alíquota única por município	Redução da guerra fiscal

Gestão	Descentralizada (cada ente)	CGIBS centralizado	Necessidade de articulação
Cumulatividade	Parcial (cascata em vários tributos)	Não cumulatividade plena	Redução de custo para empresas

Fonte: Elaboração própria com base em EC n.º 132/2023 e LC n.º 214/2025.

2.3 Teorias de Competição Interjurisdicional e Desenvolvimento Territorial

A teoria da competição interjurisdicional tem raízes no modelo seminal de Tiebout (1956), segundo o qual os indivíduos escolhem a jurisdição onde reside com base na combinação de impostos e serviços públicos que melhor atende às suas preferências o chamado 'voting with one's feet'. O modelo prevê convergência para equilíbrio eficiente desde que haja número suficiente de jurisdições e mobilidade plena de fatores. Embora as hipóteses tieboutianas sejam irrealistas em sua formulação original, especialmente a mobilidade perfeita dos cidadãos, o modelo oferece uma moldura teórica útil para analisar os efeitos das mudanças institucionais sobre a competição entre municípios.

A transição para o princípio do destino na tributação do consumo reativa, em certa medida, a lógica tieboutiana: como a arrecadação do IBS passará a refletir o consumo realizado no território municipal, os municípios terão incentivos estruturais para atrair e reter residentes e atividades geradoras de consumo local. Isso desloca a competição do campo meramente tributário onde o diferencial era a alíquota ou a isenção do ISS para o campo da qualidade do gasto público, do ambiente institucional e das amenidades territoriais (Conjur, 2025). O resultado esperado é uma competição mais saudável e produtiva do ponto de vista do bem estar social: municípios investem em bens públicos para atrair cidadãos, e não em desonerações para atrair empresas.

O conceito de desenvolvimento territorial endógeno (Boisier, 2001; Vázquez Barquero, 2007) é particularmente relevante para compreender como os municípios cearenses podem construir vantagens competitivas sustentáveis no novo cenário. Segundo Vázquez Barquero (2007), o desenvolvimento endógeno ocorre quando os atores locais mobilizam os recursos e capacidades específicos de seu território naturais, humanos, institucionais e culturais para gerar processos de acumulação e inovação com base nas condições próprias de cada lugar. Essa abordagem rejeita a dependência de incentivos fiscais externos e propõe o fortalecimento das capacidades internas como estratégia de desenvolvimento de longo prazo.

A literatura sobre capital social (Putnam, 1993) e sua relação com o desenvolvimento municipal também é pertinente. Municípios com maior estoque de capital social, redes de

cooperação, confiança interpessoal, participação cívica tendem a ter melhor desempenho na provisão de bens públicos e na atração de investimentos não tributários. Para os municípios cearenses, o fortalecimento das redes de governança local e a construção de parcerias público privadas robustas são condições importantes para a competição no novo ambiente pós reforma tributária.

Por fim, a teoria das capacidades estatais (Evans, 1995; Mann, 1984) oferece perspectiva adicional sobre as condições institucionais necessárias para que os municípios possam aproveitar as oportunidades abertas pela reforma tributária. Segundo Evans (1995), o Estado desenvolvimentista eficaz combina autonomia relativa capacidade de formular e implementar políticas de forma insulada de interesses particularistas com enraizamento em redes sociais que garantem informação e colaboração do setor privado. Para os municípios cearenses, isso implica a necessidade de fortalecer as administrações fazendárias locais, profissionalizar as equipes técnicas e construir relacionamentos produtivos com o setor empresarial.

2.4 O Federalismo Fiscal Brasileiro e as Desigualdades Intermunicipais

O federalismo fiscal brasileiro é marcado por profundas assimetrias verticais e horizontais. As assimetrias verticais refletem a concentração da arrecadação tributária na União que arrecada aproximadamente 68% da receita tributária total do país, enquanto estados e municípios dependem, em larga medida, de transferências constitucionais e legais para financiar seus gastos (Afonso & Araújo, 2006). As assimetrias horizontais, por sua vez, decorrem das enormes diferenças na capacidade fiscal entre municípios de diferentes portes e regiões: municípios maiores e mais desenvolvidos economicamente têm bases tributárias próprias mais robustas e menor dependência de transferências; municípios pequenos e de regiões menos desenvolvidas, como a maioria dos municípios cearenses, apresentam o padrão inverso.

O FPM é o principal mecanismo de equalização fiscal entre municípios brasileiros, distribuindo recursos segundo critérios de população e localização geográfica, com coeficientes que favorecem municípios menores. No Ceará, a importância do FPM é amplificada pela baixa base econômica da maioria dos municípios: dados do Ipece (2014) indicam que o grau de dependência médio dos municípios cearenses em relação às transferências constitucionais é de 88%, com desvio padrão de 6,63%. Em municípios do sertão e do semiárido, essa dependência pode superar 95% da receita corrente.

A reforma tributária introduz um elemento novo nessa equação: o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), criado pela EC n.º 132/2023 e financiado por parcela da

arrecadação do IBS, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e reduzir as desigualdades entre os entes federativos. Para os municípios cearenses mais vulneráveis, o FDR representa uma potencial fonte adicional de recursos para investimento em infraestrutura e desenvolvimento local, capaz de mitigar parcialmente os efeitos transitórios negativos da extinção do ISS (Famurs, 2025). No entanto, a eficácia redistributiva do FDR dependerá das regras de distribuição a serem definidas em legislação complementar, o que torna o acompanhamento legislativo um imperativo para os representantes municipais cearenses.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo adota abordagem qualitativa, com delineamento de pesquisa bibliográfica e documental. O estudo configura-se como descritivo-analítico, buscando compreender e interpretar os impactos da Reforma Tributária sobre a dinâmica competitiva dos municípios cearenses, sem a pretensão de estabelecer relações causais quantificadas.

A revisão bibliográfica contemplou artigos científicos indexados nas bases Web of Science, Scopus e SciELO, utilizando como descritores: "reforma tributária", "guerra fiscal", "federalismo fiscal brasileiro", "ISS", "IBS", "municípios", "Ceará", "competição interjurisdicional" e "desenvolvimento territorial", com corte temporal entre 2010 e 2025. A busca foi conduzida em português, inglês e espanhol, e os resultados foram submetidos à triagem por relevância e qualidade metodológica, priorizando artigos publicados em periódicos revisados por pares classificados no sistema Qualis Capes a partir do estrato B2.

A análise documental incluiu: (i) textos normativos, notadamente a Emenda Constitucional n.º 132/2023 e a Lei Complementar n.º 214/2025; (ii) notas técnicas e estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP); (iii) relatórios e comunicados da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz-CE) e da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece); e (iv) estudos de base do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). A escolha dessas fontes justifica-se pelo caráter oficial, pela abrangência temática e pela especificidade em relação ao contexto cearense.

O procedimento analítico foi estruturado em três etapas sequenciais e integradas. Na primeira etapa, procedeu-se à sistematização da literatura sobre guerra fiscal e federalismo fiscal para contextualizar o problema de pesquisa e estabelecer o quadro teórico de referência. Na segunda etapa, realizou-se análise de conteúdo dos documentos normativos e técnicos, com foco nos dispositivos que alteram a competência e a partilha de receitas municipais, bem como nas regras de transição. Na terceira etapa, os achados foram projetados sobre a realidade dos

municípios cearenses, considerando suas características de dependência fiscal, perfil econômico e capacidade institucional, sendo identificadas estratégias de adaptação coerentes com esse contexto.

As limitações metodológicas incluem a indisponibilidade, à época da pesquisa, de dados definitivos sobre os impactos fiscais da reforma para todos os municípios cearenses, uma vez que a transição encontra-se em curso, com implementação plena prevista para 2033. Além disso, como toda revisão bibliográfica e documental, a pesquisa está sujeita aos vieses inerentes à seleção de fontes. Reconhece-se que a análise quantitativa dos fluxos de receitas municipais durante a transição, com dados primários e modelos econométricos, constituiria complemento valioso ao presente estudo, sendo apontada como agenda de pesquisa futura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EC n.º 132/2023 provocará mudanças de três ordens para os municípios brasileiros: (i) extinção do ISS e sua incorporação ao IBS durante o período de transição (2026–2033); (ii) redefinição dos critérios de partilha das receitas tributárias sobre o consumo, com adoção do princípio do destino; e (iii) restrição à autonomia municipal na concessão de benefícios fiscais, eliminando a possibilidade de guerra fiscal pelo ISS. Essas três mudanças são estruturalmente interligadas: a extinção do ISS remove o instrumento da guerra fiscal; o princípio do destino redistribui as receitas segundo um critério mais equitativo; e a restrição à autonomia fiscal impede que o ciclo de competição predatória se recrie sob outra roupagem.

O período de transição estabelecido pela EC n.º 132/2023 é gradual e cuidadosamente calibrado para minimizar impactos abruptos sobre as finanças dos entes subnacionais. Entre 2026 e 2028, haverá um período teste com alíquotas reduzidas do IBS e da CBS. A partir de 2029, as alíquotas do ISS e do ICMS serão reduzidas anualmente em 1/10 cada, com aumento correspondente do IBS, até a extinção completa em 2033 (Sinfreerj, 2025). Paralelamente, será implementado o mecanismo de split payment, pagamento fracionado diretamente ao fisco no momento da liquidação financeira, que reduz a possibilidade de inadimplência e aumenta a eficiência da arrecadação.

Os municípios cearenses devem, ao longo desse período, manter a arrecadação do ISS com a mesma eficiência atual, enquanto preparam suas estruturas administrativas para o novo regime. Essa dupla exigência manter o esforço de arrecadação no sistema antigo e, ao mesmo tempo, capacitar-se para o novo representa um desafio gerencial significativo, especialmente para os municípios menores, que dispõem de equipes técnicas reduzidas e orçamentos de custeio da administração tributária já muito pressionados.

Segundo estudo do Ipea citado pelo Diário do Nordeste (2023), 174 dos 184 municípios cearenses equivalentes a 95% do total devem apresentar incremento em suas receitas após a plena implementação da reforma. O ganho agregado para o estado é estimado em R\$ 3,3 bilhões. Esse resultado positivo decorre principalmente do perfil net consumer da maioria dos municípios cearenses: o consumo realizado em seus territórios supera o valor da produção local, de modo que a migração para o princípio do destino redirecionado para esses municípios a receita do IBS incidente sobre o consumo de suas populações receita que, no sistema anterior, ficava com os municípios e estados produtores. Itapipoca é o único município cearense entre os 40 grandes municípios mais beneficiados, com projeção de crescimento de receita entre 3,4% (cenário pessimista) e 4,4% (cenário otimista). Viçosa do Ceará lidera entre todos os municípios do estado, com previsão de crescimento de 4,6% ao ano.

No entanto, esse cenário médio favorável não deve obscurecer os riscos de curto prazo. Municípios que concentram a prestação de serviços como os que abrigam grandes hospitais, call centers ou empresas de tecnologia podem enfrentar reduções de arrecadação ao longo da transição, à medida que as alíquotas do ISS declinam. Além disso, existe o risco de concentração das receitas do IBS nos municípios de maior porte, que possuem maiores bases de consumo em especial Fortaleza, que concentra mais de 40% da população e mais de 60% do PIB estadual.

A extinção da guerra fiscal pelo ISS remove um instrumento que, embora distorcivo, era amplamente utilizado pelos gestores municipais como estratégia de desenvolvimento econômico local. Com a alíquota municipal do IBS sendo uniforme para todas as operações realizadas no território e não podendo mais ser diferenciada por setor ou tipo de atividade, os municípios perdem a capacidade de conceder vantagens tributárias específicas para atrair empresas. Essa perda é, em grande medida, compensada pela maior clareza e previsibilidade do novo sistema, que elimina a insegurança jurídica e reduz os custos de conformidade para as empresas.

Do ponto de vista das empresas, o novo modelo é substancialmente mais simples e menos oneroso. A não cumulatividade plena do IBS e da CBS que permite o aproveitamento de créditos de todos os tributos pagos nas etapas anteriores da cadeia produtiva reduz o custo tributário efetivo, especialmente para setores com cadeias produtivas longas. A unificação das obrigações acessórias e a gestão centralizada pelo CGIBS reduzem o número de relacionamentos tributários que as empresas precisam manter. Isso pode, paradoxalmente, aumentar a atratividade de todos os municípios para a instalação de empresas, na medida em

que o custo tributário deixa de ser um fator diferenciador e a decisão de localização passa a ser determinada por fatores produtivos reais.

A competição municipal por investimentos no novo cenário desloca-se, assim, de uma lógica de leilão fiscal que oferece mais benefícios tributários e atrai mais empresas para uma lógica de construção de vantagens comparativas baseadas em fatores de produção e qualidade de vida. Os municípios que investirem em infraestrutura de transportes e logística, qualificação da mão de obra, serviços de saúde e educação de qualidade, segurança pública e regulação urbanística adequada terão melhores condições de atrair empresas e residentes no ambiente pós-reforma (Famurs, 2025). Essa é, precisamente, a lógica do desenvolvimento territorial endógeno propugnado por Vázquez Barquero (2007): a construção de vantagens competitivas sustentáveis, enraizadas nos ativos específicos do território.

Existe, porém, um risco de transição que merece atenção específica: a possibilidade de que municípios com menor capacidade institucional, justamente aqueles que mais dependem da receita própria do ISS para financiar investimentos, sejam penalizados durante o período de transição antes que os benefícios do novo modelo se materializem plenamente. Para mitigar esse risco, é fundamental que os governos estaduais e o governo federal ofereçam suporte técnico e financeiro aos municípios menores durante o período de adaptação, e que o CGIBS seja sensível às especificidades dos municípios de menor porte na definição das regras operacionais do sistema.

A migração para o princípio do destino não elimina a competição entre municípios; ela a transforma qualitativa e estruturalmente. No modelo anterior, a guerra fiscal era uma competição por estabelecimentos produtores de fábricas, prestadoras de serviços e sedes corporativas. No novo modelo, a competição passa a ser, de forma muito mais direta, por consumidores e residentes, pois são eles que determinam onde o IBS será recolhido (Conjur, 2025). Essa reorientação tem implicações concretas e profundas para as estratégias de desenvolvimento municipal no Brasil.

Em termos operacionais, o consumo que define a partilha do IBS inclui tanto o consumo das famílias residentes no município quanto o consumo de visitantes e turistas. Isso cria incentivos específicos para o desenvolvimento do turismo como vetor de arrecadação tributária: um município com forte vocação turística que recebe visitantes de outras regiões se beneficia diretamente de seu consumo na distribuição do IBS. Para municípios do litoral cearense como Jijoca de Jericoacoara, Cascavel e Trairi, essa dinâmica representa uma oportunidade significativa de ampliar as receitas tributárias por meio do desenvolvimento sustentável do turismo.

Outro vetor importante é o consumo corporativo: despesas de empresas instaladas no município com insumos, serviços e investimentos também contribuem para a base do IBS local. Isso mantém, em alguma medida, o incentivo para atrair empresas não mais pela via da desoneração tributária, mas pela criação de condições favoráveis à expansão dos negócios locais. Municípios com polos industriais consolidados, como Maracanaú e Horizonte, que integram a Região Metropolitana de Fortaleza e concentram parte significativa da indústria cearense, precisarão avaliar com cuidado as implicações da mudança do princípio de tributação sobre suas receitas, buscando estratégias para compensar possíveis perdas com o crescimento do consumo das famílias trabalhadoras instaladas em seus territórios.

Para os municípios do interior cearense, a nova dinâmica competitiva pode ser um vetor de reversão do processo de esvaziamento demográfico. Se a arrecadação municipal passa a depender da presença de consumidores no território, os municípios têm incentivos fortes para investir em políticas de fixação de população: habitação acessível, serviços de saúde e educação de qualidade, cultura e lazer, geração de emprego e renda local. Esse conjunto de políticas é, ao mesmo tempo, bem-estar social e estratégia fiscal – uma convergência que a lógica da guerra fiscal não permitia.

A Sefaz-CE e a Aprece formalizaram, em março de 2025, acordo de cooperação técnica para o compartilhamento de informações e a elaboração de relatórios sobre os impactos da transição tributária para os municípios cearenses (Governo do Ceará, 2025). Essa iniciativa, articulada com a estratégia denominada 'IBS Ceará', reflete o reconhecimento, por parte das instâncias estaduais, de que o sucesso da transição tributária depende da capacidade de coordenação entre os diferentes níveis de governo. O Ceará, historicamente reconhecido pela qualidade de sua gestão fiscal e pela forte cooperação interfederativa, encontra-se em posição relativamente favorável para navegar essa transição, comparado a outros estados com menor tradição de planejamento tributário colaborativo.

O perfil fiscal dos municípios cearenses apresenta características estruturais que tornam a adaptação à Reforma Tributária particularmente exigente. A análise do Ipece (2014) demonstra que o grau de dependência médio das transferências constitucionais nas receitas correntes dos municípios cearenses é de 88%, com os municípios dos estratos menores – abaixo de 10.000 habitantes – apresentando dependência ainda maior. A variável Receita Tributária Própria representa parcela diminuta da variação da Receita Corrente, com o FPM sendo o principal determinante da capacidade de gasto municipal.

Nesse contexto, a extinção do ISS representaria, em tese, uma perda relevante de receita própria para municípios cujas economias são intensivas em serviços. No entanto, dado que a

maioria dos municípios cearenses são net consumers e não grandes prestadores de serviços, a passagem para o princípio do destino tende a compensar essa perda ao longo do período de transição. O desafio maior recai sobre os municípios que abrigam prestadores de serviços de grande porte, como Fortaleza, Caucaia e Sobral, que concentram atividade econômica intensa nos setores de saúde, educação, tecnologia e finanças.

Um eixo prioritário de adaptação para todos os municípios cearenses é a modernização da arrecadação do IPTU e do ITBI. Esses dois tributos, que permanecem 100% sob competência municipal após a reforma, representam o principal ativo fiscal sobre o qual os gestores têm controle direto. A subutilização do IPTU é um problema crônico: plantas genéricas de valores (PGV) desatualizadas, cadastros imobiliários incompletos e baixa capacidade de fiscalização resultam em bases de cálculo muito inferiores ao valor de mercado dos imóveis (Cnm, 2025). Estimativas para municípios de porte médio indicam que a simples atualização das PGV pode aumentar a arrecadação do IPTU em 50% a 300%, sem qualquer alteração de alíquota.

A modernização cadastral com uso de geoprocessamento, sensoriamento remoto e inteligência artificial para identificação de imóveis não cadastrados ou com áreas construídas divergentes tornou-se, no contexto da reforma tributária, uma prioridade de gestão para as prefeituras cearenses. Além de ampliar a arrecadação própria, cadastros imobiliários atualizados são insumos essenciais para o planejamento urbano, a gestão de riscos climáticos e a alocação eficiente de serviços públicos, benefícios que extrapolam a dimensão estritamente tributária (Geopixel, 2026).

O ITBI, por sua vez, torna-se ainda mais estratégico no novo cenário, na medida em que o mercado imobiliário cearense tem passado por valorização expressiva, especialmente nas cidades do litoral e na Região Metropolitana de Fortaleza. A reforma tributária, ao não alterar a competência constitucional do ITBI, mas ao fortalecer os instrumentos de fiscalização das prefeituras, criou condições para que os municípios ampliem essa fonte de receita por meio de avaliações mais precisas e de maior rigor no combate à subavaliação das transações imobiliárias (Investnews, 2026).

O segundo grande desafio é o fortalecimento da capacidade institucional das administrações tributárias municipais. A operacionalização do IBS exigirá das prefeituras cearenses domínio de conceitos tributários complexos não cumulatividade, crédito de IBS, regimes específicos e diferenciados, split payment e integração tecnológica com sistemas federais e estaduais. A palestra promovida pela Sefaz-CE em outubro de 2025, com participação de mais de 250 servidores de secretarias de finanças municipais cearenses, representa um passo

relevante nessa direção, mas é apenas o início de um processo de capacitação que precisará ser contínuo e sistematizado (Governo do Ceará, 2025).

Um terceiro desafio é a adequação da legislação tributária municipal ao novo marco normativo. Os municípios precisarão revisar seus Códigos Tributários Municipais para adequar as disposições relativas ao IPTU, ao ITBI e à Cosip às novas regras introduzidas pela EC n.º 132/2023 que, entre outras inovações, ampliou as finalidades da Cosip para incluir o custeio de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos. Essa revisão legislativa é tanto uma obrigação jurídica quanto uma oportunidade para modernizar a legislação tributária local, tornando-a mais clara, mais eficiente e mais justa.

Diante das mudanças estruturais impostas pela reforma, os municípios cearenses precisarão desenvolver estratégias de desenvolvimento local adaptadas à nova lógica de tributação pelo destino. Essas estratégias podem ser organizadas em quatro eixos complementares e interdependentes.

O primeiro eixo é o da modernização fiscal e cadastral. A atualização das plantas genéricas de valores para o IPTU, o investimento em sistemas de geoprocessamento para o cadastro imobiliário, o fortalecimento da fiscalização tributária e a digitalização dos processos de arrecadação são medidas urgentes que ampliam a receita própria municipal e constroem a base tecnológica necessária para a integração com o CGIBS. Municípios que realizarem essa modernização antes da entrada em vigor plena do IBS estarão em posição privilegiada para capturar os benefícios fiscais da reforma e para demonstrar ao mercado e aos cidadãos sua capacidade de gestão tributária eficiente.

O segundo eixo é o da competitividade territorial. Com o fim da guerra fiscal tradicional, os municípios precisarão construir vantagens competitivas baseadas em ativos territoriais específicos: vocações econômicas locais, potencial turístico, disponibilidade de infraestrutura logística, qualidade dos serviços públicos e ambiente empreendedor. Isso requer um diagnóstico aprofundado da economia local, com mapeamento dos setores intensivos em consumo, das atividades não geradoras de crédito tributário e das cadeias produtivas com maior potencial de expansão. Para os municípios do litoral cearense, com forte potencial turístico, o desenvolvimento sustentável do turismo pode se tornar um vetor central de arrecadação do IBS e de geração de emprego e renda local.

O terceiro eixo é o da articulação federativa e institucional. Os municípios cearenses têm na Aprece, na Sefaz-CE e no CGIBS parceiros estratégicos para navegar a transição tributária. O acordo de cooperação firmado em 2025 é um ponto de partida; é necessário avançar para mecanismos permanentes de análise de dados, projeção de impactos e advocacy junto ao

CGIBS, garantindo que os interesses dos municípios cearenses sejam representados na definição das regras operacionais do novo sistema. O Ceará, como unidade da federação com representação relevante no Nordeste, tem a oportunidade de liderar a construção de posições coletivas dos municípios nordestinos nos fóruns de governança do IBS, ampliando sua influência na regulamentação do novo tributo.

O quarto eixo é o do planejamento territorial de longo prazo. A tributação pelo destino cria incentivos para que os municípios invistam em políticas de atração e retenção de população: habitação acessível, mobilidade urbana, saúde, educação, cultura e lazer. Esse conjunto de políticas deve ser articulado em planos de desenvolvimento municipal de longo prazo, que identifiquem os vetores de crescimento demográfico e econômico sustentável e orientem os investimentos públicos para maximizar a base de consumo local. No Ceará, onde a dinâmica de urbanização ainda está em curso e onde cidades médias como Juazeiro do Norte, Sobral e Iguatu têm potencial de crescimento demográfico relevante, esse planejamento é especialmente estratégico.

O Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), previsto na EC n.º 132/2023 e financiado por parte da arrecadação do IBS, representa uma fonte adicional de recursos para os municípios cearenses mais vulneráveis. Para que o potencial redistributivo do FDR se concretize plenamente, é fundamental que os representantes dos municípios cearenses atuem ativamente nos fóruns de definição das regras de distribuição dos recursos do fundo, defendendo critérios que levem em conta as desigualdades de capacidade fiscal e de desenvolvimento humano entre as diferentes regiões do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Tributária brasileira, consolidada pela EC n.º 132/2023 e regulamentada pela LC n.º 214/2025, representa uma ruptura estrutural no modelo de competição interjurisdicional que vigorou no Brasil desde a redemocratização. A substituição do ISS e do ICMS pelo IBS, cobrado segundo o princípio do destino, elimina os instrumentos que sustentavam a guerra fiscal, mas inaugura uma nova arena competitiva entre municípios, desta vez baseada em qualidade de vida, infraestrutura, capacidade de atração de residentes e consumidores, e eficiência da gestão pública. Em síntese, a reforma não extingue a competição entre municípios: ela a civiliza, substituindo a lógica predatória do leilão fiscal pela lógica produtiva da oferta de bens públicos e amenidades territoriais.

Para os municípios cearenses, a reforma apresenta um horizonte simultaneamente promissor e desafiador. Do lado positivo, projeta-se que 95% dos municípios do estado terão

incremento em suas receitas após a plena implementação do novo sistema, beneficiando-se do perfil net consumer da maioria dos territórios cearenses e da redistribuição promovida pelo princípio do destino. Além disso, o Fundo de Desenvolvimento Regional pode ampliar os recursos disponíveis para os municípios mais vulneráveis, complementando as transferências constitucionais existentes.

Do lado dos desafios, a reforma exige transformações institucionais profundas e urgentes: modernização cadastral e tributária do IPTU e do ITBI; capacitação de equipes técnicas para operar no novo sistema do IBS; integração tecnológica com o CGIBS e com a Sefaz-CE; revisão da legislação tributária municipal; e reorientação das estratégias de desenvolvimento local para a nova lógica de competição por consumidores e residentes. Municípios que não realizarem essas adaptações ao longo do período de transição correm o risco de não capturar os benefícios potenciais da reforma e de aprofundar sua dependência de transferências intergovernamentais, perpetuando o ciclo de baixa autonomia fiscal que caracteriza a maioria dos municípios nordestinos.

Em termos teóricos, os resultados do artigo contribuem para a literatura sobre federalismo fiscal ao demonstrar que a extinção da guerra fiscal não significa o fim da competição interjurisdicional, mas sua reconfiguração em bases não tributárias mais próximas do modelo Tiebout original e mais convergentes com a teoria do desenvolvimento territorial endógeno. A mudança do princípio de tributação da origem para o destino reorienta os incentivos dos gestores municipais: de atrair empresas por meio de desonerações para atrair pessoas por meio da qualidade do gasto público. Essa reorientação tem o potencial de tornar o sistema de incentivos ao desenvolvimento local mais eficiente e mais equitativo do ponto de vista do bem-estar social.

Do ponto de vista da gestão pública, o artigo contribui ao sistematizar um conjunto de estratégias adaptativas para os municípios cearenses no contexto da reforma tributária, organizadas em quatro eixos: modernização fiscal e cadastral, competitividade territorial, articulação federativa e planejamento territorial de longo prazo. Essas estratégias não são mutuamente exclusivas; ao contrário, são complementares e se reforçam mutuamente. Municípios que avançarem simultaneamente nessas quatro dimensões estarão melhor preparados para fazer da transição tributária uma oportunidade de fortalecimento institucional e de consolidação de trajetórias de desenvolvimento sustentável.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos ao Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB) pelo incentivo à publicação científica, com a isenção da taxa de processamento deste artigo.

Manifestamos também nosso reconhecimento ao Grupo de Pesquisa Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional (GPEDR), responsável por proporcionar o contexto acadêmico em que esta pesquisa foi desenvolvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, J. R. R.; ARAÚJO, E. A. A capacidade de gasto dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. **Cadernos Adenauer**, v. 4, p. 35-57, 2006.
- BOISIER, S. Desarrollo (local): ¿de qué estamos hablando? *In*: VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio; MADDOERY, Oscar (org.). **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosario: Homo Sapiens, 2001. p. 48-74.
- CIALDINI, A.; AFONSO, J. R. Os municípios cearenses e o desafio de se preparar para a Reforma Tributária. **Focus Poder**, 16 dez. 2025.
- CLICKNOTAS. **Como ficam as alíquotas estaduais e municipais com o IBS?** 5 jan. 2026.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **E como fica a fiscalização de tributos não abrangidos pela EC 132/2023 – Reforma Tributária**. Brasília, 2025.
- CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR). **Reforma tributária e desafio dos municípios – do foco na produção ao consumo**. 13 jun. 2025.
- CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.
- DIÁRIO DO NORDESTE. **Apenas um município do Ceará está entre as grandes cidades mais beneficiadas com Reforma Tributária**. 4 set. 2023.
- EVANS, P. **Embedded autonomy: states and industrial transformation**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FAMURS. **Reforma Tributária: pontos de atenção aos novos gestores municipais**. 19 fev. 2025.
- GEOPIXEL. **Reforma Tributária 2025/2026: o que muda na arrecadação municipal**. 26 mar. 2026.
- CEARÁ. Governo do Estado. **Sefaz e Aprece assinam termo de cooperação para reforma tributária**. Fortaleza, 12 mar. 2025.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Receitas correntes em municípios cearenses: autonomia ou dependência?** Fortaleza: IPECE, 2014.
- INVESTNEWS. **Reforma tributária não muda o ITBI, mas torna cobrança mais rigorosa e amplia disputas com municípios**. 30 jan. 2026.
- JUSBRASIL. **A Reforma Tributária no Brasil: uma análise jurídica e contábil da EC 132/2023 e LC 214/2025**. 15 out. 2025.
- MANN, M. The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. **European Journal of Sociology**, v. 25, n. 2, p. 185-213, 1984.

OATES, W. E. An essay on fiscal federalism. **Journal of Economic Literature**, v. 37, n. 3, p. 1120-1149, 1999.

PUTNAM, R. D. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ. **Sefaz discute impactos da reforma tributária no Simples Nacional e split payment**. Fortaleza, 17 out. 2025.

SINFRERJ. **Reforma tributária e os municípios**. 4 dez. 2025.

SINTAF. **Pagar e receber**: quanto de imposto retorna para cada cidadão cearense. Fortaleza, 27 mar. 2024.

TIEBOUT, C. M. A pure theory of local expenditures. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 64, n. 5, p. 416-424, 1956.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Especial CADIP – Reforma Tributária EC n.º 132/2023 (PEC 45/2019)**. São Paulo, 31 jan. 2024.

VARSANO, R. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, p. 3-18, 1997.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollo endógeno: teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, n. 11, p. 183-210, 2007.



ISBN: 978-65-83825-12-4

